



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

LETICIA LUZIA DA CUNHA

**MEDIDAS DE AJUSTES FISCAL E ORÇAMENTO PÚBLICO: OS CUSTOS PARA
O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO
TOCANTINS**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Leticia Luzia da Cunha

Medidas de ajustes fiscal e orçamento público: os custos para o Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do estado do Tocantins

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora. Dr^a. Eliane Marques de Menezes Amicucci
Linha de Pesquisa: Serviço Social e Políticas Sociais

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- L648m Cunha, Leticia Luzia da.
Medidas de ajustes fiscal e orçamento público: os custos para o Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do estado do Tocantins. / Leticia Luzia da Cunha. – Miracema, TO, 2023.
137 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2023.
Orientadora : Eliane Marques de Menezes Amicucci
1. Medidas de ajustes. 2. Orçamento público. 3. Cortes. 4. Assistência estudantil. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LETICIA LUZIA DA CUNHA

MEDIDAS DE AJUSTES FISCAL E ORÇAMENTO PÚBLICO: OS CUSTOS PARA O
PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Serviço Social da Universidade Federal
do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dr^a. Eliane Marques de Menezes Amicucci.
Linha de Pesquisa: Serviço Social e Políticas Sociais.

Data de aprovação: 26/05/2023

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra Eliane Marques de Menezes Amicucci - Orientadora – UFT.

Prof^a. Dra Giselli de Almeida Tamarozzi – Examinadora – UFT.

Prof^a. Dra Maísa Miralva da Silva - Examinadora – UFG.

AGRADECIMENTOS

Àquele que nos criou e nos sustenta a cada dia, nos agraciando com muito mais do que merecemos, Deus obrigado por todas as oportunidades que o senhor me presenteou até aqui e obrigada pela minha saúde.

A minha avó, a senhora Neuza Luzia da Cunha, que pela simplicidade e ausência de oportunidade, me motivou sempre a saber aproveitar todas elas, buscando um afago pelas injustiças que a vida lhe causou e por ser a pessoa a quem eu quero sempre ser motivo de orgulho e a todos da minha família que torceram por mim e me ajudaram.

A Marina Soares Cunha, a filha que Deus me concedeu os cuidados e a quem eu quero ser o melhor exemplo possível enquanto pessoa e mulher. Obrigado por aguentar todas as dificuldades que passamos, a minha ausência lhe causou algumas tristezas, mas a sua força me causava esperança.

Ao meu companheiro Renato Aurélio Sousa Almeida que sempre me apoiou nessa jornada desde o começo com palavras que me fizeram acreditar, buscando me tranquilizar que esse momento chegaria e me apoiando nessa caminhada apesar de toda sobrecarga que ela provocou não só em mim, mas naqueles que estão ao nosso lado.

A minha amiga Renata Mikaellem que diariamente me presenteia com sua amizade, força e oração, que sempre esteve pronta para me ouvir não só nessa jornada, mas desde sempre, que me apoia e fica feliz com minhas conquistas, uma amizade recíproca há quase duas décadas.

A minha amiga Hosana, um presente que o IFTO me deu desde 2011 e que mesmo eu estando afastada das atividades laborais, as conversas eram quase que diariamente por longas horas. Ao Fabrício Barbosa, o nordestino que fez um bate e volta aqui no Tocantins, mas a que eu devo meu muito obrigado por todas as vezes que me disse que ia dar certo e pela admiração que eu e todos temos por você, especialmente pela sua disponibilidade em ajudar.

A cada uma das minhas colegas de trabalho do Hospital Regional de Paraíso, em especial a Michelle enquanto supervisora e Mônica Carneiro que sempre se colocou a disposição para cuidar da Marina para que eu pudesse estudar quando não houvesse suporte.

E aos docentes e discentes da pós-graduação em Serviço Social da UFT, especialmente a Eliane Amiccuci, que se disponibilizou à orientação deste estudo, que me guiou na construção deste trabalho com paciência e afincos, e que acima de tudo compreendeu no que foi possível as minhas limitações.

RESUMO

Este estudo tem como objeto as implicações da Emenda Constitucional 95 frente ao orçamento do Programa Nacional de Assistência ao Estudante - PNAES, destinados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, considerando o objetivo principal dissertar sobre a política de educação frente aos ditames do atual Regime Fiscal, elucidando os cortes no orçamento para o financiamento da assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia entre os anos de 2017 a 2022. Para o alcance dos resultados, o percurso metodológico percorrido se assenta em uma abordagem qualitativa e quantitativa para tornar possível uma abordagem descritiva, a partir de uma revisão bibliográfica e documental. Dessa forma, analisamos os conceitos de Estado, crises econômicas, educação, educação profissional e tecnológica, reforma e contrarreforma, buscando capturar as interfaces da ascensão das políticas neoliberais como mecanismo de acumulação capitalista. A partir da contextualização fora possível compreender alguns aspectos, dentre os quais destaca-se para o cunho político via gestão do orçamento da educação, pautado na invisibilização da disputa pelo fundo público enquanto fundamento e tendência da financeirização da riqueza pública e de dominação política.

Palavras-chaves: Medidas de ajustes. Orçamento público. Cortes. Assistência estudantil.

ABSTRACT

The object of this study is the implications of Constitutional Amendment 95 against the budget of the National Student Assistance Program - PNAES, intended for the Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins, considering the main objective to dissertate on the education policy against the dictates of the current Fiscal Regime, elucidating the budget cuts for funding student assistance at the Federal Institute of Education, Science and Technology between the years 2017 and 2022. To achieve the results, the methodological path followed is based on a qualitative and quantitative approach to make possible a descriptive approach, based on a bibliographic and documentary review. In this way, we analyze the concepts of State, economic crises, education, professional and technological education, reform, and counter-reform, trying to capture the interfaces of the rise of neoliberal policies as a mechanism of capitalist accumulation. From the contextualization it was possible to understand some aspects, among which we highlight the political nature of the management of the education budget, based on the invisibilization of the dispute for the public fund as the foundation and tendency of the financialization of public wealth and political domination.

Keywords: Adjustment measures. Public budget. Cuts. Student assistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Despesas Financeiras e Despesas Sociais na disputa do Fundo público	98
Figura 2 - Distribuição da Rede Federal no Mapa do Brasil	105
Figura 3 - Distribuição dos Institutos Federais no Estado do Tocantins	106
Gráfico 1 - PIB mundial na crise de 2008	49
Gráfico 2 - Prouni - Bolsas ofertadas por ano	71
Gráfico 3 - Lucro Líquido dos onze maiores bancos de 1994 a 2005	72
Gráfico 4 - Evasão Escolar no Brasil	87
Gráfico 5 - Orçamento Geral da União 2017	94
Gráfico 6 - Orçamento Geral da União 2018	95
Gráfico 7 - Orçamento Geral da União 2019	95
Gráfico 8 - Orçamento Geral da União 2020	96
Gráfico 9 - Orçamento Geral da União 2021	96
Gráfico 10 - Orçamento Geral da União 2022	97
Gráfico 11 - Evolução dos recursos de Assistência ao Estudante	113
Gráfico 12 - Distribuição dos estudantes matriculados por renda per capita	116
Quadro 1 - Notícias midiáticas sobre cortes orçamentários Governo Bolsonaro.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Orçamento Geral da União e % para políticas públicas 2011-2016.....	91
Tabela 2 - Orçamento Geral da União e % para políticas públicas 2017-201.....	92
Tabela 3 -Orçamento da Educação/MEC 2015-2023.....	110
Tabela 4 -Orçamento dos Institutos Federais	111
Tabela 5 – Orçamento do Instituto Federal de Educação do Tocantins – LOA.....	112
Tabela 06 - Comparativo entre valor empenhado e valor executado PNAES/IFTO	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EC	Emenda Constitucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
CF	Constituição Federal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIB	Produto Interno Bruto
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
PNE	Plano Nacional de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IF	Instituto Federal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
FIES	Financiamento Estudantil
M-D-M	Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria
MPC	Modo de Produção Capitalista
CEPAL	Comissão Aplicada para América Latina e o Caribe
FMI	Fundo Monetário Internacional
EUA	Estados Unidos da América
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
PDRAE	Plano Diretor da Reforma e do Aparelho do Estado
FHC	Fernando Henrique Cardoso
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
CPI	Comissões Parlamentares de Inquérito
PPP	Parceria Público-Privada
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
UNB	Universidade de Brasília
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômico

OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BC	Banco Central
MPL	Movimento Passe Livre
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
TCU	Tribunal de Contas da União
USP	Universidade de São Paulo
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
MP	Medida Provisória
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
BPC	Benefício de Prestação Continuada
PL	Projeto de Lei
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
PPA	Plano Plurianual
PGR	Procuradoria Geral de União
PT	Partido dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal
DRU	Desvinculação de Receitas da União
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
OGU	Orçamento Geral da União
CONIF	Confederação Nacional dos Institutos Federais
MEC	Ministério da Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro de Material Didático
SETEC	Secretaria Tecnológica
FIC	Formação Inicial Continuada
EAD	Ensino a Distância
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e e Tecnologia do Estado do Tocantins
LCP	Lei Complementar
TIC's	Tecnologia de Informação e Comunicação

RFP	Renda Familiar por Pessoa
SUAP	Sistema Unificado da Administração Pública da Educação
LGBT	Lesbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: SIGNIFICADO POLÍTICO E CONTEXTO MERCANTILIZADO	17
2.1	Da escolarização da elite ao projeto de educação burguesa	18
2.2	Perspectivas contraditórias na formação da classe trabalhadora.....	23
2.3	A política de educação na agenda do ideário neoliberal	32
3	MEDIDAS DE AJUSTES NEOLIBERAIS NO BRASIL.....	36
3.1	Crise do capital e financeirização da riqueza.....	37
3.1.1	Dominância Imperialista e a América Latina	50
3.2	Redemocratização e a reinvenção contrarreformista.....	58
3.3	Da crise ao temeroso golpe de 2016.....	75
3.3.1	A PEC 95/2016: um pacote de perdas dos direitos sociais.....	88
4	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DOS CORTES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	100
4.1	A educação profissional e tecnológica no limbo autoritarista	100
4.2	O IFTO e os cortes no orçamento no âmbito da assistência estudantil	103
4.3	Aspectos fascistas: instrumentos de repressão e contingenciamento orçamentário	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
	REFERÊNCIAS.....	128

1 INTRODUÇÃO

A atual conjuntura exige que evidenciemos veementemente as estratégias de modernização do capital no contexto contemporâneo, como um processo ávido de acumulação capitalista. Isso requer a compreensão dos processos históricos que permeiam diversas áreas científicas, como as ciências econômicas e sociais.

É nesse sentido que se faz necessário evidenciar os aspectos das políticas sociais que permeiam o tempo presente, na perspectiva da totalidade. Esses aspectos estão em desfavor da ampliação dos direitos sociais desde a ascensão das políticas neoliberais no Brasil, materializando a preeminência de interesses mercadológicos capazes de construir as necessidades sociais, ao mesmo tempo em que são influenciados pela exigência da produção e pela luta de classes em diferentes frentes (FALEIROS, 2009).

à mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro, com destaque para a dívida pública, um elemento central na política econômica de alocação do orçamento público (BEHRING, 2021, p. 101).

Cabe-nos destacar que essa perspectiva não se limita a uma visão pragmática e economicista das políticas sociais, mas encontra-se na justaposição interpretativa, considerando a origem das crises econômicas. Conforme ressalta Paulo Netto (2020), essa perspectiva também pode ser compreendida como uma reinvenção do capital, conforme demandada pelos ciclos econômicos.

Neste processo, os elementos destacados pela crítica da economia política evidenciam que a financeirização tem se constituído, nas últimas três décadas, como um mecanismo de captura do fundo público, especialmente na condução das políticas sociais. Sobre isso, Brettas ressalta que:

O neoliberalismo - que tem na financeirização uma das principais alavancadas para a retomada das taxas de rentabilidade do grande capital - produzirá mecanismos jurídicos e acionará medidas de política econômica para pilhar o recurso público, beneficiando a burguesia rentista. (BRETTAS, 2020, p. 208).

Assim, na captura do fundo público, destacam-se aspectos como a expressiva carga tributária e a constante retirada de direitos sociais no estabelecimento das contrarreformas orientadas para o mercado, o que implica em um forte enxugamento do Estado, incentivando a busca por serviços básicos no setor privado. Essas medidas têm se difundido como mecanismo

utilizado pelo Estado Capitalista, que retém o financiamento das políticas sociais devido à financeirização do capital.

Em Bhering (2008), o conceito de medidas contrarreformistas configura-se como um projeto em andamento, orientado pelas agências multilaterais, que impacta o papel do Estado na correlação de forças em meio a uma disputa. Portanto, como acrescenta Salvador (2012, p. 5), o "fundo público desempenha um papel relevante na manutenção do capitalismo".

Nesse sentido, Behring traçou um breve panorama sobre a historicidade relacionada à disputa pelo fundo público, argumentando que:

Em meio às oscilações políticas e de gestão macroeconômica - deslocamentos que tem relação com as colisões de classes e blocos de poder que se forjaram desde a redemocratização do país, bem como com a vulnerabilidade externa e a posição do país na economia mundial - há fortes persistência do neoliberalismo e de suas políticas de ajuste fiscal, as quais atingem de forma deletéria, a política social e seu financiamento. (BEHRING, 2021, p. 163).

Seguindo essa linha de pensamento, as políticas sociais em diversas áreas, como saúde, previdência, assistência social, segurança pública e educação, têm sido alvo de ajustes neoliberais e medidas contrarreformistas sem precedentes. O foco deste estudo está justamente nesse último aspecto. Na verdade, a política de educação, seguida pela política de assistência social, foram as áreas que mais sofreram cortes e contingenciamentos, de acordo com os dados da Lei Orçamentária Anual de 2022. Isso ocorre em conformidade com as disposições estabelecidas pelo orçamento da União em vigor, por meio da Emenda Constitucional 95/2016, que limita um teto de gastos nas despesas primárias. Essa emenda foi aprovada durante a gestão presidencial de Michel Temer.

Dessa forma, diante do atual cenário, uma das modalidades educacionais vinculadas à política de educação e com financiamento orçamentário ligado ao Ministério da Educação é o Programa Nacional de Assistência ao Estudante - PNAES, destinado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. O objetivo deste estudo é analisar as implicações da Emenda Constitucional 95 no orçamento desse programa. Conforme expresso por Cavalheiro (2020, p. 183), o retrocesso na concessão de direitos sociais na sociedade brasileira, a partir de 2016, tem afetado de maneira significativa a Política de Educação, especialmente em relação aos cortes de recursos.

Nesse contexto, é evidente que a proposta do atual regime fiscal dismantela as garantias dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, que foi elaborada para fortalecer e ampliar a proteção social. Conforme apontado pela Fundação Friedrich Ebert (2016,

p. 45), "a emenda minimiza o papel do Estado e garante a continuidade dos efeitos da política de austeridade", argumentando que as políticas populistas adotadas durante o governo do PT contribuíram para o aumento da dívida pública e colocaram o país vulnerável aos efeitos das crises.

Diante disso, é importante questionar em que medida as regras do regime fiscal se configuram no contexto da educação, considerando os ajustes instituídos que não se limitam aos cortes, mas também ao contingenciamento orçamentário do PNAES no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Essas medidas contribuem para restringir o uso dos recursos financeiros, em conformidade com as políticas neoliberais em curso.

O objetivo principal deste estudo é contextualizar a política de educação diante das determinações do atual Regime Fiscal, destacando os cortes no orçamento para o financiamento da assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no período de 2017 a 2022. Além disso, busca-se compreender as relações entre as reformas educacionais e a história da educação no Brasil, evidenciando as imposições dos países imperialistas diante da condição subalternizada da América Latina, em particular do Brasil. Também será discutido o Novo Regime Fiscal e seus impactos na política de educação, bem como serão elucidados os cortes no orçamento do Programa de Assistência Estudantil, especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Para alcançar os objetivos mencionados, é necessário estabelecer um interesse na interpretação de um objeto e conceber uma concepção teórica sobre a sociedade capaz de orientar a interpretação dos fenômenos. Como afirma Paulo Netto (2011, p. 5), "a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa". Nesse sentido, fica evidente o interesse pela temática a partir da experiência profissional como membro do Setor de Assistência Estudantil do IFTO - Campus Paraíso, o que proporcionou vivências próximas ao objeto deste estudo, iniciadas em 2011.

É importante ressaltar explicitamente que esta pesquisa está fundamentada nas bases teóricas do materialismo histórico e dialético. Essa abordagem considera as transformações ao longo da história da sociedade, a compreensão dialética dos contextos que se manifestam nas relações humanas e na práxis, ou seja, na ação e na reflexão conjuntas

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. (PAULO NETTO, 2011, p. 5).

Dentro dessa lógica, por meio do método utilizado nesta pesquisa, Marx reproduziu a estrutura e a dinâmica do capital. Assim, a partir dos procedimentos empregados para desvelar os fenômenos de seu objeto de estudo, identificam-se categorias teórico-metodológicas fundamentadas na totalidade, na contradição e na mediação, permitindo a compreensão essencial de seu objeto e sua fundamentação teórica. Ianni (2011, p. 407) destaca que "a categoria é a explicação dialética, captando o movimento real. Ao capturar a vida real, ela percorre esses vários momentos lógicos de reflexão".

Para cumprir esta investigação e alcançar a essência desse objeto, levando em consideração o contexto do processo de ajuste permanente que tem afetado a política de educação e seus programas, utilizamos a técnica de investigação com uma abordagem descritiva que considera aspectos qualitativos e quantitativos.

Conforme mencionado por Creswell (2010, p. 211), com o desenvolvimento e a percepção da legitimidade da pesquisa qualitativa e quantitativa nas ciências humanas e sociais, a pesquisa de métodos mistos, que combina a coleta de dados de ambas as formas, está se tornando mais comum. Goldenberg (2004, p. 62) também destaca que essa integração envolve a combinação de diferentes perspectivas e diferentes métodos de coleta e análise de dados, permitindo uma compreensão mais ampla e compreensível da complexidade de um problema.

Nesse aspecto, para alcançar o objetivo por meio dessa técnica, o levantamento de dados foi realizado principalmente por meio de pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo temas relacionados à observação, como a Emenda Constitucional 95/2016, educação, políticas públicas, financiamento, contrarreforma, assistência estudantil e financeirização. Essas fontes foram amplamente revisadas com o intuito de compreender em que aspectos contribuem para uma aproximação sucessiva do objeto de estudo. Minayo (1994, p. 53) reitera que a "pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse"

De fato, a pesquisa documental desempenha um papel fundamental nesta investigação, uma vez que permite acessar os materiais que muitas vezes são críticos para o objeto de estudo, fornecendo uma compreensão de como ele foi estabelecido no contexto da sociedade. Portanto, é essencial coletar dados que correspondam às normativas pertinentes, a fim de obter informações substanciais para a pesquisa.

Existem apenas dois grandes grupos de tipos de documentos que são: "documentos escritos", documentos oficiais; publicações parlamentares: documentos jurídicos, fontes estatísticas, publicações administrativas; documentos particulares e outros. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 178).

A diferença fundamental entre pesquisa bibliográfica e pesquisa documental no contexto do conhecimento é que a primeira refere-se a conteúdos de natureza científica e de domínio público. Envolve a análise de obras e publicações que estão disponíveis no meio acadêmico e que foram previamente tratadas e interpretadas por outros pesquisadores. Já a pesquisa documental se concentra em fontes primárias, como documentos originais, registros históricos, arquivos, relatórios, correspondências, entre outros. Essas fontes ainda não foram analisadas ou interpretadas, e podem fornecer informações valiosas para a pesquisa, mas requerem um processo de tratamento analítico por parte do pesquisador.

Esta pesquisa é estruturada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo dedica-se à trajetória da política de educação como um espaço propício para a mercantilização no Brasil, caracterizado por disputas hegemônicas e dualidade. O objetivo é compreender o panorama histórico percorrido pela política de educação até os dias atuais. No segundo capítulo, são abordadas as medidas de ajuste no contexto neoliberal, destacando as contribuições para a crítica da economia política e o modo de política econômica. São discutidos os aspectos contrarreformistas que surgiram nesse contexto, evidenciando o papel da acumulação capitalista.

No terceiro capítulo, dedicamo-nos à análise do financiamento da política de Assistência Estudantil, considerando o Decreto 7.234/2010 e o Regulamento do IFTO como diretrizes. Também examinamos o lugar ocupado pela Educação Profissional e Tecnológica dentro do contexto de políticas baseadas no autoritarismo, apresentando as medidas de cortes e contingenciamento no orçamento do Programa Nacional de Assistência ao Estudante (PNAES) no IFTO. Além disso, exploramos como o manuseio político pode ser interpretado em relação a estratégias associadas ao cerne do fascismo, que disseminam a repressão e a insegurança na aplicação do orçamento em meio a um cenário de instabilidade.

Seguindo essa direção, é importante compreender o cenário em que a assistência estudantil, como um dos programas que mais necessitam de recursos orçamentários no contexto da política de educação, se configura como um espaço urgente e necessário de resistência às políticas educacionais impostas pela frente hegemônica. A assistência estudantil desempenha um papel importante na garantia de condições adequadas de acesso, permanência e êxito dos estudantes no ambiente educacional. Portanto, compreender e fortalecer a assistência estudantil é uma forma de resistir e colaborar no enfrentamento às políticas educacionais que perpetuam a exclusão e a falta de oportunidades.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: SIGNIFICADO POLÍTICO E CONTEXTO MERCANTILIZADO

A história da educação é vasta e complexa, e o debate sobre objetivos e metas tem perpassado todos os séculos desde o início da humanidade, evidenciando mudanças significativas que ocorreram em conformidade com cada época. Ao longo dos tempos, uma série de fatores influenciaram a educação em diferentes momentos, contribuindo para a formação da história da educação no mundo. Por exemplo, na Antiga Grécia, na Idade Média, no Renascimento e na Revolução Industrial, períodos imbuídos de contextos sociais, políticos e econômicos, houve transformações que deixaram suas marcas na educação. Giraldelli (2009) aborda esses períodos e suas características relacionadas à educação.

No Brasil, a história dessa política também é rica e profunda; por isso, é importante entender as diferentes fases e contribuições que a compõem para pensar nos desafios atuais e futuros. Todavia, os desdobramentos vinculados à política de educação têm sido um tema de grande preocupação para muitos autores, principalmente pelo seu enfraquecimento enquanto bem público. A educação ocupa na sociedade um papel de extrema relevância, talvez o mais importante para a construção social da cidadania, da emancipação humana e do desenvolvimento social.

Nesses moldes, Gramsci apresentou a educação como um instrumento de transformação social e cultural, capaz de formar cidadãos críticos e ativos na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Uma educação que estimula o pensamento crítico e a reflexão sobre a realidade social, sendo esta uma prática de libertação, capaz de capacitar os indivíduos a lutarem por seus direitos e pela transformação da sociedade (SAVIANI, 2018).

Porém, o debate que envolve a concepção de educação capaz de atender aos interesses da sociedade insere-se na trama de uma discussão de classes, composta unicamente por vertentes distintas. Por isso, historicamente, essa política está em constante disputa, pois objetiva-se formar indivíduos dotados de autonomia, uma condição inerente ao ser humano. Além disso, busca-se que esses indivíduos sejam capazes de promover uma ruptura com as imposições da ideologia do capital.

Assim, as imposições ancoradas na ideologia capitalista atribuem ao campo da educação um fértil espaço para a reprodução das desigualdades sociais, transformando-a em um mecanismo de mercantilização de um bem público, atendendo aos interesses do capital com a comercialização e a transformação do ensino em um produto de consumo. Sob essa perspectiva, a educação historicamente tende a oscilar mais para a conformação dos interesses da classe

detentora do poder e menos para servir como mecanismo indutor de transformação social, como bem ressaltam Gomes e Lima (2019, p. 17).

2.1 Da escolarização da elite ao projeto de educação burguesa

O papel da educação é fundamental e multifacetado. A educação desempenha uma função crucial na formação de indivíduos capazes de contribuir positivamente para a sociedade e na promoção da transformação social. Saviani (2018) reitera que a educação só pode alcançar tal transformação se estiver a serviço dos interesses populares, e não dos interesses da elite. Todavia, esse dilema tem como referência a estrutura do sistema nacional de educação na sociedade capitalista, a qual está intrinsecamente relacionada a uma condição de dependência. Esta é uma condição que o Brasil enfrenta desde que suas terras foram tomadas.

Há três fases que contemplam a história da educação no Brasil durante o período político da Colônia. A primeira delas, de maior predominância, configura-se pela educação ministrada pelos jesuítas, em razão do respeito que a sociedade mantinha por eles. A segunda fase ocorreu quando o Marquês de Pombal realizou reformas educacionais em 1759, momento marcado pela expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal. Por fim, a terceira fase teve início quando o Brasil passou a ser sede do Império Português, entre 1808 e 1821 (MANACORDA, 2010).

A partir do processo de formação de um novo povo, promovido no período colonial até a independência (1500-1822) a hegemonia educacional estava nas mãos dos Jesuítas “que atuavam na perspectiva de pregar a fé católica, educando os filhos dos senhores de engenho, dos colonos, dos índios¹, e dos escravos ao trabalho educativo por meio do ensinamento das primeiras letras e a gramática latina”, Piletti e Piletti (2009, p. 166), nestes termos, os jesuítas acreditavam que a educação poderia ajudar a difundir a religião cristã e converter indígenas e escravos a fé católica, assim

A educação jesuíta possuiu um caráter elitista e excludente servindo como instrumento de controle social e manutenção da ordem colonial ao educar as classes de abastados que via na educação uma forma de torná-las úteis e eficientes em seus trabalhos. A educação Jesuíta espalhou-se por diversas regiões do país e estava voltada para transmissão de conhecimentos práticos como leitura, escrita e cálculo. (SCHWATZ, 2002, p. 15).

¹ A palavra índio está descrita neste texto pela fidedignidade a escrita dos autores, porém, sabe-se que muitos intelectuais defendem o uso da palavra indígena como forma de respeitar e valorizar a cultura deste povo. Ressalta-se também, que a CF 1988 utiliza corretamente o termo em detrimento a sua múltipla diversidade, reconhecendo que indígena se refere àquele que se originou da terra e chegou antes, mas que vive no presente.

No contexto das escolas particulares, voltadas para os filhos de colonos ricos e membros da Igreja, a educação ministrada pelos jesuítas focava na formação religiosa e na cultura clássica. Prado Jr. (2012), em sua obra 'Formação do Brasil Contemporâneo', destacou que a educação no período colonial tinha como principal objetivo a formação de uma elite letrada e religiosa.

O autor também enfatiza que a educação era vista como um privilégio das classes mais abastadas, que possuíam recursos financeiros para manter escolas particulares e educar seus filhos. Ghiraldelli Jr. (2009, p. 3) acrescenta que os colégios jesuíticos exerceram forte influência sobre a sociedade e a elite. Eram poucos para a demanda, mas suficientes para estabelecer uma relação de respeito entre os donos da terra e os donos da alma'. Em termos numéricos, quando os jesuítas foram expulsos, havia cerca de cem estabelecimentos de ensino no Brasil

A primeira reforma educacional aconteceu em 1759, com a expulsão dos jesuítas. Naquele momento, o Marquês de Pombal objetivou implantar uma série de reformas adaptadas ao modernismo da época, referenciando-se aos setores econômicos, políticos e culturais. No campo da educação, nasceu o ensino público estatal, que passou a ser responsabilidade do Estado, sob a perspectiva de cidadania. Foi uma reforma que buscou modernizar e centralizar a educação no país, além de promover a difusão dos princípios do Iluminismo e da razão (GHIRALDELLI JR., 2009).

A reforma teve como principal objetivo a formação de uma elite letrada e técnica que pudesse atuar como intermediária entre a metrópole portuguesa e a colônia. Esse processo de modernização, que buscava estreitar as relações da colônia com os grandes centros, recebeu muitas críticas do meio educativo devido à forte valorização da razão em detrimento da religião. Isso exacerbou a falta de inclusão social e o caráter autoritário da reforma. Como Fernandes (2020, p. 29) ressalta, essa é 'uma expressão situada na ordem da dominação reformista que muda par conservar.

A formação promovida pela reforma era da mais alta precariedade possível. A educação era ministrada por professores formados sob os ensinamentos dos jesuítas. Eles apontavam que a promessa de modernização nos campos econômico, educacional e cultural seria um desafio, não apenas por essa razão, mas também pela condição de submissão imposta pela metrópole à colônia.

Prado Jr. (2012, p. 72) salienta que 'se não é simples educar os colonos e a população em geral para que pudessem aperfeiçoar sua técnica, muito mais custoso seria modificar um sistema'. Isso exigiria reformas profundas, econômicas e talvez sociais, demandando o

aperfeiçoamento dos intelectuais em parceria com os países da metrópole para a continuidade da reforma então vigente.

Com a formação dos poucos intelectuais inicialmente educados pelos jesuítas, mas aprimorados pelo modernismo iluminista, algumas escolas de ensino secundário abriram as portas para o desenvolvimento das ciências, dando também abertura ao ensino de inovações. Esse movimento ficou conhecido como a Reforma Pombalina. Até então, o currículo escolar era eminentemente voltado para o ensino das humanidades, filosofia e teologia. Ressalta-se que, mesmo com uma reforma em andamento, o caráter excludente persistiu, já que as poucas vagas disponíveis eram prioritariamente ocupadas pela elite branca.

Com a chegada da família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, uma cidade que não dispunha da estrutura necessária, teve início o período joanino, que perdurou de 1808 a 1821. Nesse período, algumas instituições foram criadas e várias mudanças foram implantadas. Começando pela substituição do ensino curricular pelas aulas régias, houve ampliação do ensino para os níveis primário, secundário e superior, criando uma elite burocrática econômica, política e social alinhada aos interesses da coroa (GHIRALDELLI JR., 2009).

Com a liderança de D. Pedro I e a conquista da independência em 1822, ocorreu a promulgação da primeira Constituição no ano de 1824. A partir de então, a educação ganhou reconhecimento legal, sendo estabelecida a obrigatoriedade do ensino primário ao Estado e defendendo a criação de um sistema nacional de educação. Apesar de sua razoabilidade, essa medida estava disposta no Art. 179.

A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: XXII - A instrução primaria, e gratuita a todos os cidadãos XXIII - Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes. (BRASIL, 1824).

Desse modo, ainda que de forma precária e limitada, a instrução primária passou a ser frequentada por crianças e jovens mais pobres das camadas da sociedade. Estes deveriam responder às necessidades do Estado e da sociedade capitalista, retratando assim o processo de educação pública no contexto do capital abordado neste item. Vale destacar que, apesar de a oferta de educação ter se tornado majoritariamente pública, ainda era voltada principalmente para a elite.

Em resposta à necessidade de diminuir custos após a outorgação da CF de 1824, especialmente no que se refere à oficialização da instrução primária pública e à baixa capacidade de oferta diante da elevada demanda no processo de formação, a Corte Portuguesa

importou para o Brasil, em 1827 por meio de Decreto Imperial, o Método Lancasteriano. Esse método visava uma escolarização em massa sem a necessidade de muitos professores, o que causou um grande atraso na qualidade da instrução da sociedade. Esse método foi aplicado no ensino elementar até 1880.

Posteriormente, com o advento do Ato Adicional Nº 37, em 1834, foram implementadas mudanças de caráter descentralizador, fazendo com que a educação elementar (alfabetização) e secundária (ensino médio) passassem a ser responsabilidade das províncias. Já o ensino superior permaneceu sob o domínio da Corte, assim como o seu modelo de ensino. Essa divisão claramente denota uma orientação baseada em interesses políticos, evidenciando que a formação básica não era prioridade para a Corte.

Seguindo um viés elitista e de caráter propedêutico, com o Ato, a educação elementar e secundária passaram a ser pré-requisitos para ingresso no ensino superior, evidenciando uma medida que perpetuava o acesso da elite à formação escolar. Portanto, as mudanças ocorridas no âmbito do modelo de educação na passagem do século XVIII para o século XIX são vistas por Saviani como,

um caminho que foi na contramão da sociedade moderna, que inicialmente forjou o conceito de escola pública estatal e em seguida buscou implementar os sistemas nacionais de ensino como instrumento de democratização, com a função de converter súditos em cidadãos, colocando estas como condições de sociedade democrática, mesmo sob a forma capitalista e burguesa. (SAVIANI, 2018, p. 32).

Já em 1879, como resposta à precariedade na estrutura da educação até então vigente, entra em vigência a reforma Leôncio de Carvalho ou do ensino livre, expressa no Decreto 7.247 de 19 de abril. A reforma carrega em si, um conteúdo misto e paradoxal quanto a sua funcionalidade ancorada em sua amplitude, esta trazia em seu contexto a obrigação do ensino primário e secundário, assim como, a criação da função de Inspetor Geral, Conselho Diretor entre outros, para províncias que dispunham de escola, trouxe também garantir a participação de filhos de escravos ao ensino público, destes que estavam às margens do ensino público, buscando atender a grande demanda que se fazia presente desse período escravocrata.

Todavia, o decreto trazia em seu bojo a autorização para criação de escolas particulares a nível primário, secundário e superior, findando especialmente ao nível superior o monopólio presente no Império, mas porém, instituindo um teor liberal e mercantilizado da educação, sob a expressão e falaciosa justificativa de que o Estado não era capaz de provê-lo, tal como devia, sob a justificativa de aumento de despesa.

Com esse avanço, muitos debates sobre os problemas observados começaram a surgir

no seio da sociedade durante a segunda metade do século XIX. Esse debate, protagonizado principalmente pela elite, reconhecia a educação como um instrumento essencial para o projeto político da nação, apesar de todos os problemas associados à evolução do acesso à educação. Entre eles, não se garantiu a efetivação de todas as melhorias estabelecidas na reforma, o que resultou em poucas mudanças significativas no campo da educação.

Com a instauração da Primeira República (1889-1930), ocorreu uma virada política como resposta à modernização que a sociedade estava experimentando, especialmente devido à expansão da lavoura cafeeira, ao fim do regime escravocrata, à adoção do trabalho assalariado e à remodelação material do país, como o surgimento da rede telegráfica, novos portos e novas ferrovias, conforme relatado por Ghiraldelli (2012). Foi um período em que a sociedade começou a se transformar de uma nação essencialmente agrícola para uma agroindustrial. No entanto, no que diz respeito aos aspectos sociais, este pode ser caracterizado como um período marcado pelo 'mais do mesmo', ou seja, ainda elitista, predominantemente agrário e com vestígios de aspectos escravocratas apesar da Lei de Abolição. Continuava mantendo apenas 12% das crianças em idade escolar matriculadas e a taxa de analfabetismo atingia 85% da população.

Algumas mudanças no campo das ideias foram implementadas em função dos ideais liberais e positivistas, a partir da importante reforma de Benjamin Constant. Essas mudanças demonstraram avanços no reconhecimento da população empobrecida. Com a Primeira Constituinte Republicana em 1891, promulgou-se no Art. 72 § 3º que 'Todos são iguais perante a lei'; § 6º estabeleceu que 'O ensino ministrado em todos os estabelecimentos públicos será leigo'. Além disso, houve a criação do Ministério da Instrução Pública, embora esta não tenha perdurado por muito tempo, devido à descentralização da gestão educacional estabelecida ainda no Ato Adicional de 1834, o federalismo.

Neste aspecto, a Constituinte visou garantir o acesso à educação para todos, inclusive aos adultos não alfabetizados, bem como se alinhou à ideia positivista de defender a separação da Igreja do Estado. Contudo, os quarenta anos que abarcaram a Primeira República não foram suficientes para a implementação de grandes reformas no campo da educação. Alguns estados, graças à sua condição econômica e à concepção de modelo educacional, tiveram grande êxito. Dentre eles, o Estado de São Paulo, com a reforma local conhecida como Caetano de Campos, sustentou a necessidade de educar o povo com o objetivo de garantir-lhe autogoverno e autonomia. Essa reforma elaborou um novo conceito de escolarização e de currículo, e implementou mudanças significativas no processo de formação docente, servindo de grande exemplo para muitos outros estados.

2.2 Perspectivas contraditórias na formação da classe trabalhadora

As tensões inerentes à luta de classes podem ser percebidas em diversos aspectos da sociedade, refletindo os diferentes interesses que moldam a ordem social. Durante a Primeira República, um significativo movimento reformista impulsionado pelos ideais liberais e positivistas defendeu o processo de civilização através do debate público. Essa discussão ampliou o entendimento de que a educação não é apenas um instrumento para a construção da nação, como também corroborou a reforma de Leôncio de Carvalho. Assim, reconheceu-se a necessidade de integrar a população economicamente desfavorecida ao sistema educacional. Esse foi um momento de renovação da escola e de ruptura com um modelo elitista.

Este processo que visava inserir o debate civilizatório no contexto da sociedade, bem como redefinir o currículo, que ganhou força a partir da década de 1920, logo que encerrada a 1ª Guerra Mundial (1914-1917), trazendo a defesa da ampliação da escolarização, quando o modernismo americano foi importado ao país por meio da literatura pautada no conteudismo do movimento do otimismo pedagógico.²

No Estado de São Paulo, Sampaio Dória assumiu o cargo de Diretor da Instrução Pública Paulista em meio a uma escassez crítica de vagas, uma realidade contraditória ao movimento positivista predominante. Ele se deparou com o dilema de expandir a oferta de vagas ou melhorar as condições de ensino, optando pela primeira alternativa. Assim, deu início à reforma conhecida como Escola Nova, que propôs uma série de medidas voltadas para a aceleração do processo de alfabetização.

Entre as medidas drásticas adotadas, estavam a redução do ensino primário de quatro para dois anos, permitindo a compactação de conteúdos, e a diminuição da carga horária diária de cinco para duas horas e meia, o que aumentou o número de vagas. Além disso, a redução de dois anos na idade mínima para a obrigatoriedade escolar foi uma decisão que passou a receber opiniões polarizadas de intelectuais, tanto defensores quanto críticos.

Nesse contexto, educadores como Afrânio Peixoto (Bahia), Francisco Campos e Mário Casassanta (Minas Gerais), Hermes Lima (Pernambuco) e Francisco Filho (Ceará), entre outros, desencadearam críticas, melhorias ou ampliações quanto à escola nova. Para os que a defendiam, a reforma foi subjugada como uma alternativa à educação tradicional centrada na

² O otimismo pedagógico refere-se a uma perspectiva na educação que acredita no poder transformador e emancipador do ensino e na capacidade da escola de promover mudanças sociais positivas. Esse movimento tem suas raízes no Iluminismo e na crença de que a razão, a educação e o conhecimento podem levar ao progresso humano e à melhoria das condições de vida. O otimismo pedagógico também está associado a uma visão humanista da educação, enfatizando o desenvolvimento integral do indivíduo e o respeito à dignidade e aos direitos humanos.

transmissão de conhecimento e na disciplina. Sampaio Dória defendia a reforma como democrática, considerando apenas sua extensão quantitativa.

Libanêo (2010, p. 209) destaca que 'a difusão da escola nova dos pioneiros nos anos 1920-1936 foi bastante significativa no meio educacional, mas há razões para entender essa difusão muito mais com um cunho político, institucional e normativo, do que prioritariamente pedagógico'. Miguel, Vidal e Araújo acrescentam que,

No jogo político que se valeram os educadores e políticos, da educação para implementação das propostas reformistas, os debates em torno da correta concepção de Escola Nova demarcaram as fronteiras entre inovadoras e tradicionais. Assim, a adesão aos princípios da escola nova nem sempre implicou o pertencimento a uma mesma rede. Ao contrário, os significados atribuídos ao termo parecem menos controlados no período que antecede a publicação no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A carta de 1932, pretendeu não apenas precisar os contornos da expressão, como constituir uma comunidade autorizada de interpretação. (MIGUEL; VIDAL; ARAÚJO, 2011, p. 12).

Entre 1924 e 1928, Anísio Teixeira trouxe para a educação da Bahia correspondências pedagógicas da Escola Nova, inicialmente seguindo de perto suas origens, mas modernizando-a no processo. Com base na experiência adquirida dentro e fora do Brasil durante seu tempo em cargos públicos e aperfeiçoando seus conhecimentos em território estrangeiro, Anísio Teixeira publicou o primeiro boletim da Associação Bahiana de Educação, intitulado 'Porque Escola Nova?'. Nele, ele enfatizou a importância do sistema nacional de educação e argumentou que as transformações sociais devem ser acompanhadas por uma modernização no contexto escolar. Segundo o educador,

Que enormes pois são as novas responsabilidades da escola: educar em vez de instruir, formar homens livres em vez de homens dóceis; preparar para um futuro incerto e desconhecido em vez de transmitir um passado fixo e claro; ensinar a *viver* com mais inteligência, com mais tolerância, mais finamente, mais nobremente e com maior felicidade, em vez de simplesmente ensinar dois ou três instrumentos de cultura e alguns manuaesinhos escolares. Para essa finalidade, só um novo programa, um novo methodo, um novo professor e uma nova escola – podem bastar. (TEIXEIRA, 1930, p. 5).

Portanto, conforme descrito, a Escola Nova foi objeto de inúmeras interpretações e apropriações, imbuidas de concepções das mais variadas formas, muitas das quais serviam para atender aos interesses dos Estados. Isso fez com que a legislação do ensino evoluísse de maneira diferenciada no país, como ressalta Pascoal Lemme, citado por Ghiraldelli Jr. (2009).

Monarcha *apud* Lourenço Filho (2000, p. 172), trouxe o significado de “escola nova” a partir do célebre livro Introdução ao Estudo da Escola Nova de 1930, “por escola nova se deve entender, hoje, um conjunto de doutrinas princípios tendentes a revê, de um lado os

fundamentos da finalidade da educação, e de outro, as bases de aplicação sciencia à technica educativa”.

No período da Segunda República, também conhecida como Era Vargas (1930-1945), após o fim da política do café com leite e todos os resquícios herdados do Império, iniciou-se um período de modernização, industrialização e urbanização no país. Neste contexto, a educação passou por uma nova reconfiguração, com ênfase na difusão do ensino técnico-profissional.

Essa nova configuração instaurou um modelo de desenvolvimento que foi além das contribuições do capital privado, com a chegada do capitalismo brasileiro. Do ponto de vista econômico, começou-se a requerer financiamento público. Entre as primeiras medidas, ainda em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Entre 1930 e 1945, Francisco Campos, Washington Pires e Gustavo Capanema atuaram como gestores desse ministério. Nesse contexto, diversas forças remodelaram o modelo estatal e, conseqüentemente, o modelo educacional, exigindo um fortalecimento da estrutura das políticas sociais por parte do Estado Nacional.

Com a anulação da Constituição de 1891 e a revogação de todas as medidas tomadas durante seu período de vigência, as leis governamentais foram substituídas por decretos até a promulgação da Constituição de 1934. No campo da educação, em parte, houve um retrocesso, principalmente em relação ao retorno da educação religiosa e seus desdobramentos. Isso incluiu a inserção das instituições religiosas na disputa pelo financiamento público, bem como iniciativas privadas voltadas para a gestão e administração dessas instituições com dinheiro público, isentando-as de tributos.

Entre abril de 1931 e abril de 1932, seis medidas reformistas no campo da educação foram instituídas por meio de decretos assinados por Francisco Campos. Essas medidas priorizavam processos de modernização nos níveis secundário e superior, sustentadas pela lógica de que era necessário organizar o ensino brasileiro para se adaptar às exigências do emergente capitalismo brasileiro. A ideia era produzir mão de obra técnica capaz de sustentar a construção do país e assumir um papel econômico na sociedade. Campos sustentava que o ensino secundário era o mais importante e promissor nível da educação.

Neste aspecto, Fávero acrescenta que,

Anísio critica o projeto de reforma do ensino secundário do ministro Francisco Campos em discussão em 1931, que se voltava apenas para a formação de uma elite intelectual, julgando-o como uma solução incompleta do problema e de certo modo perigosa, além de contribuir para uma solução dualista que, inconscientemente é alimentada, “de uma educação profissional para o povo e os elementos menos

ambiciosos ou menos afortunados da sociedade e uma educação acadêmica de classe, ou seja, um dualismo filosófico entre cultura e trabalho”. (FÁVERO, 2000, p. 177).

Este percurso político no campo educacional confronta-se com as posições intelectualizadas dos escolanovistas que, dentro deste turbulento período de renovação política, levantam a bandeira unificada da Escola Nova no ano de 1932 por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Este manifesto foi inspirado em John Dewey, considerado o precursor dos preceitos da Escola Nova, por ser o pai da educação renovada.

Este revolucionário documento foi liderado por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, apresentando uma concepção de educação baseada na valorização do aluno na construção do conhecimento a partir da experiência social. A Escola Nova, entre seus princípios democráticos, defendia um sistema escolar estatal, laico e unificado, voltado tanto para os filhos da classe média, da elite e da burguesia, quanto para os filhos da classe trabalhadora.

Com a Constituinte de 1934, a política de educação ganha centralidade nas políticas públicas da nação, pois institui a obrigatoriedade de um Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação. Isso representa um rompimento legal com a descentralização da Primeira República. Artigo 150 - É competência da União,

- a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual. (BRASIL, 1934).

Na organização deste sistema, podemos observar uma divisão social e econômica institucionalizada por meio da escolarização. A determinação era de que o ensino abrangesse distintos ramos no processo de formação. Estes foram alocados da seguinte forma: no ensino secundário, durante a fase ginasial (secundário ou técnico profissional) de quatro anos, destinado a crianças a partir de 12 anos; no colegial (secundário ou técnico profissional), durante três anos para crianças; e no normal (magistério). Contudo, tudo isso era direcionado à construção da formação da força de trabalho, visando atender o pretensioso processo de urbanização do Estado Novo, o que Teixeira (2007) denominou como *'os moldes do homo fabris'*.

Romanelli (1999) acrescenta que esse planejamento oferecia suporte ao objetivo econômico do governo, caracterizado por uma divisão da educação entre a elite, as mulheres e os trabalhadores. Assim, estabelecia-se a função de dar suporte ao projeto industrial do governo.

A Constituição de 1934, que foi construída a partir da Assembleia Constituinte nos moldes de uma democracia liberal, perdeu seu efeito legal com a substituição pela Constituição de 1937. Esta última foi imposta à nação com o golpe do Estado Novo e, embora não tenha trazido modificações significativas em relação à educação, marcou o período que se estendeu até 1945, conhecido pela ditadura Vargasista. A sequência deste período foi a Constituição de 1946.

As reformas, que possibilitaram continuidade, estabeleceram um papel mais incisivo para suas responsabilidades e competências na definição das diretrizes e bases da educação em nível nacional. Elas reafirmaram o caráter nacionalista que as políticas públicas educacionais passaram a ter, a partir do debate sobre o Plano Nacional de Educação. Este foi composto por vários intelectuais, entre eles os signatários da Escola Nova, em especial Anísio Teixeira. Desde a década de 1930, Teixeira participou das estruturas para a construção de uma estrutura educacional voltada para a democratização da educação. Ele atuou diretamente na colaboração de diversas instituições que materializaram a produção científica e a produção no campo pedagógico.

Esses pressupostos, na institucionalização da dualidade escolar, nos fazem compreender que, entre outros fatores, a era Vargas foi marcada por intensas tendências contra-hegemônicas e antidemocráticas. Isso anunciava a massificação de uma relação tendenciosa entre política e educação no contexto da organização social. Monasta revela que,

É necessário denunciar o caráter ideológico da dualidade entre o ensino clássico e o ensino técnico que reflete a divisão social entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; essa separação oculta a divisão real que existe entre as funções “diretivas” e “subalternas” da sociedade, independentemente do fato de que o trabalho realizado por um grupo de pessoas, e que o caracteriza, se chame intelectual ou manual. (MONASTA, 2010, p. 22).

Em contraponto às protoformas do ensino secundário até então estabelecidas, a Reforma Capanema de 1942 instituiu normas para a formação profissional e também reformulou a preparação para a entrada no ensino superior. A tônica do pensamento do então Ministro da Educação versava sobre a compreensão de que, de acordo com Ramos (2019, p. 6), 'a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais’.

Essa expressão clarifica o pilar da ordem burguesa que se descreve na naturalização de que a divisão de classes como algo natural, portanto, aqui Frigotto (2020, p. 29) *apud* Fernandes (1980, p. 245) a respeito do desafio educacional aponta que “não há reforma que concilie uma minoria prepotente a uma maioria desvalida”.

Partiu desse princípio, uma assumida e consolidada divisão social do trabalho que, via de regra atender as necessidades desta nova fase do capitalismo, ocasionada fortemente pela influência da crise no Brasil em 1929 e acentuando-se após a segunda Guerra Mundial (1939-1945), no qual possibilitou ao Brasil intensas alterações no ramo da economia, assim como, novas propostas para superação da crise e o equilíbrio econômico ao nível do capital mundial efetivadas por meio de medidas econômicas e sociais.

Frigotto *apud* Fernandes ressalta que,

no plano estrutural é que as crises entre as frações da classe dominante acabam sendo superadas mediante processo de rearticulação do poder da classe burguesa, numa estratégia de conciliação de interesses entre o denominado arcaico e o moderno. Trata-se, para o autor, de um processo que reitera ao longo da nossa história, a “modernização do arcaico” e não a ruptura de estruturas de profunda desigualdade econômica, social, cultural e educacional. (FRIGOTTO (2007, p. 1132) *apud* FERNANDES (1981).

Paralelamente ao contexto de crise mundial e os reflexos ocorridos no Brasil, o setor público passa a investir no setor privado, estabelecendo parcerias na oferta da educação profissionalizante, inaugurando uma nova conjuntura a partir da implantação para formação em curto prazo desenvolvida por meio do Sistema S - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, inicialmente no ano de 1942.

Essa nova configuração trouxe um imenso desafio à proposta de consolidação ensino propedêutico³, haja vista que, esse sistema de ensino privado subsidiado por parte do financiamento do fundo público, surge em atendimento à égide taylorista-fordista e contribui demasiadamente com a fragmentação do conhecimento. Bedê (2004) *apud* Mandrefi (2002), analisa o Sistema S como ao mesmo tempo, um mecanismo de racionalização, disciplina e controle da mão de obra e como força ideológica de incentivo à paz social entre o capital e o trabalho.

As condições de reprodução do capital que, nesta conjuntura evoluiu segundo as perspectivas toyotista, alterando substancialmente o impetuoso processo econômico e condicionando a sua dimensão econômica a uma nova ordem social, corresponde também a introdução do debate das políticas sociais fragmentadas no país via criação de instituições como o Ministérios do Trabalho, Ministérios da Educação e Saúde e outros entre 1930-1964, nas quais “possibilitaram as funções de ordenar e supervisionar as relações entre o capital e o

³ Ensino baseado na Lei 7.044 de 18 de Outubro de 1982, destinada à formação para cidadania dos filhos da elite e que foi revogada pela Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Divisão de ensino por classe que implantou uma dualidade estrutural na educação brasileira.

trabalho, conforme modelo corporativista de integração do trabalho ao capital”. (SANTOS (2022, p, 83) *apud* CUNHA (1980, p. 211).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1946, um ano após a queda do Governo Vargas, deu-se abertura para um processo de intensas lutas de classe, ocasionando assim, a reabertura de uma agenda em torno das políticas sociais, a exemplo, a política de educação volta a consolidar-se a luz de uma educação democratizada, a partir do ingresso de Jânio Quadros na Presidência da República, um professor que apresenta um projeto educacional que, conforme ressalta Iamamoto e Carvalho (2014), não se limita a perspectiva econômico e o crescimento da produtividade, um projeto que integra o desenvolvimento através da reestruturação da sociedade, visando a superação da dualidade que assola a educação portanto, a qualificação profissional e o aumento salarial são vistos como respostas.

Desse modo, em 1961 com a Lei 4.024 de 20 de dezembro a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, trouxe em seu cerne o reconhecimento da possibilidade da educação profissional tecnológica voltada para educação propedêutica como direito de todos e dever do Estado no Art. 34 afirmando que, o ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário (BRASIL, 1961).

Com o reconhecimento do ensino técnico qualificado nos moldes da educação propedêutica, deram início aos seus traçados e se configurou no início da construção de uma nova ideia e de conceitos das bases do Ensino Médio Integrado (EMI) diferentemente da condição em que o ensino propedêutico era aplicado, apenas aos filhos da classe dominante com vistas ao ensino superior.

Mais adiante, em 1968 essa proposta enfrentou desafios pautados na efetivação dos ideais do milagre econômico⁴, ocasionando a todas as escolas públicas do ensino médio a obrigatoriamente de produzir mão-de-obra para o mercado, pautadas no projeto desenvolvimentista e fundamentada na LDB de 1971 – Lei 5.692 de 11 de agosto, período em que a ditadura militar se consolidava no âmago mais temeroso pela democracia no Brasil.

É válido ressaltar que, dados do IPEA apontam que em alusão ao fomento destas propostas para o setor econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) investido em gastos sociais chegou em torno de 3%, o que trouxe para época a marca nacional de um Estado de bem-estar

⁴ Milagre Econômico ou "milagre econômico brasileiro" corresponde ao crescimento econômico ocorrido no Brasil entre os anos de 1968 a 1973. Esse período foi caracterizado pela aceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), industrialização e inflação baixa.

em um estado *nascendi*⁵, segundo as posições desenvolvimentista e de perspectivas modernizadoras, conforme relata Kerstenetzky (2012).

Em contraposição, Iamamoto e Carvalho (2014) definem que o tempo é de posições ideologias estabelecidas e que se configuram em perspectivas modernizadoras, sem apresentar reformas de impactos relevantes e universalistas, a fim de solucionar problemas de grande escala, ou seja, demandas estruturais, buscam respostas técnicas.

Nessa perspectiva, as então Escolas Técnicas Federais (ETF) e Escolas Agrotécnicas que já se caracterizavam como a evolução das antigas Escola de Aprendizes e Artífices, passaram à Cefet's criadas pela lei 6.545/1978, onde Ernesto Geisel possibilitou autonomia administrativa e financeira a instituição assegurada no Art. 5 da referida lei. Cabe-nos aqui ressaltar que, esse marco na história da educação profissional e tecnológica é a base para análise crítica do que contemporaneamente compõe o regime ideológico que conduz o sistema de proteção social no campo da educação, e em especial a política de educação profissional e tecnológica.

Em 1982, esse processo de avanços e retrocessos da educação alcança mais uma proposição negativa, instituída pela Lei 7.044, que restabelece ao modelo de escolarização dualista, entre escolas propedêuticas e escolas profissionalizante, extinguindo a obrigatoriedade do ensino médio profissionalizante. Perfazendo uma abstração sobre este conjunto, Ciavatta reitera que,

A pluralidade de tendências e de posições e o questionamento sobre o tipo de vínculo que a escola deve manter com o trabalho, se deve ou não se envolver diretamente na formação profissional, preparando os indivíduos para as ocupações específicas. Além da imprecisão do conceito de “preparação para o trabalho”, como a escola faria a integração com o trabalho? Estaria contribuindo para a manutenção ou para a mudança da estrutura de classes sociais?. (CIAVATTA, 2006, p. 119).

A discussão sobre a formação geral e educação profissional dentro do contexto histórico da EPT dentro do ensino médio, recai sobre uma possibilidade analítica regada de compreensão aos fatores dos modelos de desenvolvimento econômico e com as expressões da luta dos movimentos sociais, um objeto de iminente disputa.

Ghiraldelli (2009, p. 169), acrescenta que, “no contexto da Assembleia Nacional Constituinte para elaboração da nova Constituição de 1988, durante o processo de redemocratização do país, em todos os setores houveram intensos debates”, dessa forma, o

⁵ A definição do Status *nascendi* está descrita no Dicionário Alemão que em suma significa o momento da sua formação.

campo da educação também foi arena de disputa de interesses variados.

O autor ressalta que, a educação não foi contemplada apenas no tópico específico quando reconhecida como “espaço de pleno desenvolvimento, assim como preparo para a cidadania e preparação para o trabalho”, mas compôs campos distintos, a exemplo dos direitos sociais no Art. 6º assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, da proteção à maternidade e à infância, da assistência aos desamparados.

Com a impossibilidade de legislar mais detalhadamente sobre a educação, a Constituição determinou a criação da nova LDB de acordo com as novas configurações estabelecidas na educação. É salutar que, que contribuições distintas colaboraram para a nova versão da lei, estabelecendo novas diretrizes.

Com a LDB de 1996, o contexto da educação profissional e tecnológica expandiu-se, ampliando as modalidades desse nível de formação e por meio do Plano de Expansão da Rede Federal, objeto de criação da Lei 11.195/2005, que tinha como proposta três grandes fases importantes para a história da Rede e para a história da educação em geral e mais adiante em 2008 com a Lei 11.741 a Educação Profissional e Tecnológica, incluiu no capítulo II da LDB as diretrizes especificamente da educação profissional técnica de nível médio, assim como, a Lei 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação⁶ que possui uma meta que trata especificamente sobre a expansão,

A educação profissional é tema da Meta 10, em sua oferta integrada à EJA, e também ganha destaque na Meta 11, que trata da expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade de oferta e propondo triplicar o número de matrículas até 2024, com pelo menos 50% dessa expansão no segmento público. Nesse sentido, de 1.602.946 matrículas de educação profissional técnica de nível médio, em 2013, passou-se a 1.851.541, em 2021, totalizando um crescimento de aproximadamente 15,5% no período. O acréscimo corresponde a 248.595 matrículas, o que representa 7,7% da expansão necessária para o atingimento da meta estabelecida para o ano de 2024. Desse total, 251.624 matrículas estão no segmento público, o que corresponde a 101,2% do aumento verificado e à superação do percentual de 50% de participação prevista no PNE. A expansão das matrículas exclusivamente no segmento público atingiu 27,9%, em 2021. (INEP, 2022, p. 16).

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, trazendo uma nova proposta, oferecendo diversas modalidades de educação, atendendo as demandas territoriais que vão desde os Programas de Ensino de Jovens e Adultos, Ensino Técnico Integrado ao Médio, cursos concomitantes e subsequente ao ensino médio, curso de graduação e de pós-graduação, visando universalizar o direito à educação como um direito de todos, garantindo a

⁶ O Plano Nacional de Educação é um documento que determina diretrizes, metas e estratégias para política educacional de acordo com o diagnóstico da educação brasileira, que designou metas no período de 2014 a 2024 instituída pela Lei 13.005/2014.

população mais empobrecida, acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em espaços territoriais antes inimagináveis, nas quais até então se atravessou durante todos os cenários políticos existentes no Brasil, haja vista que, conforme a fala de Jaqueline Moll nas discussões de Schiedeck (2019, p. 63) “mexer nos lugares assentados de uma sociedade de matriz escravocrata é algo muito difícil”.

Dentre os diversos desafios impostos à luta para o fortalecimento da Rede, a expansão e a interiorização são categoricamente ditas como as que compõem o cerne e o legado dessa luta, porque visionava incansavelmente alcançar a população em situação de risco social.

Ramos, Oliveira e Soares acrescentam que,

Ainda que a expansão educacional atenda às necessidades do capitalismo, devemos ressaltar que, na particularidade do capitalismo dependente, ela estrutura-se sob a égide do privilégio de uma dualidade: para a classe trabalhadora existe uma educação sem crítica e aligeirada e para a burguesia uma educação de excelência somada a privatização da educação. (RAMOS; OLIVEIRA; SOARES, 2020, p. 155).

Dessa forma, há em torno da problematização da EPT no contexto do ensino médio, diversos intelectuais que se debruçam em compreender os limites entre a superação da concepção dualista de educação⁷, e ainda se o que transcorre no processo histórico em questão é uma formação que objetiva formar cidadãos produtivos ou seres humanos emancipados.

Esse posicionamento crítico acerca da expansão e interiorização dos IF's, não se conota ao conjunto geográfico e territorial em que foi possível alcançar, mas pelas diretrizes que este fenômeno possibilita, ao atender as matrizes do modo de reprodução do capitalismo por meio da capacitação do indivíduo ao trabalho das massas, o que escamoteia que “há um conceito de educação do homem integrado às forças sociais, que se difere da mera submissão às forças produtivas” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

2.3 A política de educação na agenda do ideário neoliberal

Todos os momentos da história política, social e econômica em que a sociedade atravessa, o contexto da educação tal como ela se apresenta, reflete muito fortemente aos interesses da hegemonia dominante, situação ocasionada pelo aprofundamento do capitalismo e seus desdobramentos no cenário global. Nesse sentido, é indispensável aguçar o debate da educação e sua função precípua, considerando suas respectivas relações sociais, culturais,

⁷ O termo educação humanista pode ser conferido em Gaudêncio Frigotto e nos textos do *Caderno 12 de Antônio Gramsci*.

políticas e econômicas.

Desde de 1989 a propagação das medidas elaboradas pela ocasião do Consenso de Washington, no qual foi realizado por grandes instituições econômicas, vem tomando proporções cada vez mais modernizadas e globais, quando a priori, estas eram para enfrentamento da reestruturação econômica e superação da miséria advindas das crises nos países da América Latina, como assim foi defendido. Dentre as medidas adotadas, o liberalismo econômico e a redução do investimento público, configuram como ideia central desse aparato em favor da superação da crise e da dívida pública, baseando-se no tripé privatização, mercantilização e focalização.

O ingresso da ideologia neoliberal tal como tem se instituído no cenário brasileiro, desde a década de 90 em favor de um novo regime jurídico na reprodução e acumulação do capital, vem normalizando e legalizando uma conjuntura que estabelece a todos os setores da sociedade uma reconfiguração da função das políticas sociais e da concepção de cidadania, tomando uma proporção destrutiva ao modelo de estado de bem-estar no qual a sociedade brasileira alçou até o presente momento.

A exemplo, Ghiraldelli (2009, p. 172) acrescenta que, sobre as questões financeiras de ensino, a LDB de 1996 deixou uma série de portas e janelas abertas pelas quais as instituições privadas, sem ter o que temer, podem se apropriar de recursos públicos, por todos os níveis de ensino, desse modo, evidenciando um aparelho hegemônico a favor da mercantilização da educação sob a égide do financiamento público.

Neste cenário, o impacto sobre as políticas sociais nas quais interfere diretamente o exercício da cidadania e a busca pela condição de acesso aos mínimos sociais, tal como, saúde, trabalho, educação, assistência e previdência social tem sido alvo de estrangulamentos sem precedentes, acarretando assim um novo reordenamento sobre tal.

Em favor disto, a política de educação na qual tem sido defendida desde o início do século XX, e durante ele, evoluiu de modo que fosse possível estabelecer por um curto período uma sucessiva aproximação entre a política de educação e a condição de exercício da cidadania, que agora e desde o final do século, vem sofrendo ataques estarrecedores especialmente no âmbito da educação pública em favor do aceleração da educação privada, atendendo a lógica do mercado. Santos (2022, p. 86) *apud* Schwartzman (1984, p. 190) aponta que, “um levantamento realizado pela Divisão do Ensino Secundário em 1939, mostrava que dos 639 estabelecimentos existentes em todo o país, 530 eram particulares”.

Essa nova conjuntura, a que a política de educação tem atravessado, demonstra claramente que grandes instituições financeiras que construíram as dez medidas estabelecidas

pelo Consenso de Washington direcionando-a para mercantilização, a privatização e a focalização, elaborando um cenário promissor às políticas sociais em atendimento a redução da intervenção do Estado, possibilitando medidas que possibilitam a grande hegemonia do capital, das quais, para a política de educação foram estabelecidas medidas exclusivas de parâmetros no processo de globalização.

Sobreposto a esse modelo, a educação pública tem sido tomada para dar espaço à mercantilização, ocasionando assim ao processo de formação humana uma transformação em fim mercadológico, negociável e lucrativo. Com efeito desta nova condição para a política, a mercantilização da educação, até o presente momento atravessou fases que antecederam a constituinte de 88, quando empresas educacionais se apresentavam no ramo da filantropia, aos ditames da era FHC, no qual instituiu medida provisória convertendo a mensalidade em lei, atingindo inclusive mudanças nas organizações responsáveis por elaborar parcerias do público-privado com a intervenção de instituições bancárias propulsando uma musculatura financeira estarecedora no mercado global como fruto da atividade de grandes corporações.

Bhering aponta que,

No caso da educação, tais ataques fazem parte da agenda da contrarreforma ultraneoliberal do Estado combinando sua face econômica à intelectual e à moral, no sentido de tornar o país mais dependente e heterônimo, esvaziando a pesquisa; no mesmo passo asfixiar a crítica social produzida nas universidades públicas, tendo em vista – pela força – forjar a adesão pelo projeto privatista, de ensino aligeirado e de baixo custo à distância. (BHERING, 2021, p. 208).

Essas e outras medidas estão viabilizando o fim da educação pública no Brasil, favorecendo o grande capital e desoportunizando a sociedade de uma educação pública, gratuita e de qualidade. A exemplo deste relato, o Programa de Financiamento Estudantil o Fies, que em 2016 acarretou o direcionamento de R\$ 18,8 bilhões, enquanto que as Instituições de ensino público como Universidades e Institutos Federais apenas R\$ 5,5 bilhões em investimento, o que demonstra que nesses moldes, a prioridade do Estado neoliberal, tem sido direcionada à empresas educacionais.

Fazem parte desse comprometido sistema de acumulação e reprodução do capital a desresponsabilização do Estado na garantia do sistema de proteção e via políticas sociais. Frente a esse contexto, uma juventude marcada pelo desemprego e pela instabilidade do emprego, as medidas que envolvem uma fantasiosa condição de oportunidade a todos vão desde o financiamento da própria formação, como também de medidas que “oportunizam” aqueles em situação irregular com as financiadoras, a exemplo a recente MP N° 1.090 de Fevereiro de 2022, que regulamenta renegociação do FIES a aqueles em situação de inadimplência financeira no

caso do ensino superior.

Assim,

As políticas educacionais a partir da última década do século XX estão circunscritas num contexto de forte adequação do Estado às demandas do mercado, que passaram a introduzir, no âmbito da escola, a lógica mercantil, sustentada pela retórica de modernização da organização escolar como necessária para alcançar melhorias na qualidade do ensino nas escolas públicas do país, (GOMES; LIMA, 2019, p. 5).

A rigor da linha neoliberal, no campo da educação, projeções apontam que os investimentos no ensino superior sejam substituídos cada vez mais em favor da formação básica e da mão-de-obra barata, profissionalizada, ajustando-se a premissa de que a educação é uma fronteira econômica a ser explorada, bem como, funcional aos capitalistas, no que se refere a adequação da classe trabalhadora às condições alienadas, conforme aponta Silva *apud* Mota Junior (2014, p. 72).

Em salto, o neoliberalismo no contexto na política de educação, tem tomado medidas de reordenação e reconfiguração na função social da educação em todos os níveis, especialmente no âmbito do ensino médio. A reforma do Ensino Médio tem desmascaradamente uma propositura tecnicista para o futuro da educação, que atinge desde a escolarização às pós-graduações, viabilizando uma envergadura sem precedentes dos ataques neoliberais dos últimos anos, ataques estes que percorrem pelo sucateamento, o desmonte da formação e as privatizações.

Através da Lei 13.415/2017, a educação básica se tornou no presente momento alvo de um conjunto de medidas que colocam a formação humana à luz da acumulação capitalista, quando a formação geral teve a carga horária diminuída e acrescida de itinerário técnico. Deste, o que corrobora mais agravante a essa nova medida é a parceria público-privado direcionada para a formação tecnicista, onde será viabilizada por empresas “parceiras da educação” e ministrado por profissionais sem formação acadêmica específica.

Portanto, a política de educação no Brasil tem caminhado para o apogeu das medidas estabelecidas por organismos multilaterais como o Banco Mundial, e nesse cenário, cada vez mais como mecanismo de base para estruturação da estabilidade política orientada pelo ideal neoliberal. O que assevera esse reordenamento político à educação, fundamenta-se na condição de um país dependente economicamente, que confere o ingresso de tais reformas educacionais a uma espécie de moeda de troca aos interesses de cunho macroeconômico, assim como pela reestruturação de modelos universais.

3 MEDIDAS DE AJUSTES NEOLIBERAIS NO BRASIL

O capítulo que se apresenta, tem como intuito direcionar à compreensão peculiar do processo de crise do capital contemporâneo e seus desdobramentos, compreendendo a complexidade dialética deste fenômeno, a partir da crítica da economia política, donde as bases marxistas evidenciam a concretude das relações sociais que fundamentam a materialidade da política que conduz à reprodução social e econômica instituída em todo o conjunto da vida em sociedade, nas quais estão alicerçadas no processo histórico e na condição real da totalidade. Continuamente faz-se necessário abordar o contexto da análise de Marx sobre a valorização do valor e como este se materializa e se expande no processo de financeirização do capital financeiro contemporâneo e globalizado, relacionando-a intrínseca e direta com as crises do capital que porta juros.

Adiante, e como parte da financeirização dos recursos públicos no atendimento aos interesses hegemônicos, o papel das contrarreformas, diante da destruição das políticas públicas e dos direitos sociais, no atendimento à reestruturação produtiva, destacando para o cenário brasileiro e seus desdobramentos na disputa do fundo público, a partir da década de 1990, quando o Brasil instituiu claramente as políticas neoliberais por meio de um modelo de política de governo em que debruçou a legislação brasileira aos interesses do capital.

Nesses termos, a construção desse trajeto se dá no âmbito do processo contrarreformista do Estado brasileiro, fazendo destaque para a instituição de políticas neoliberais a partir do Golpe de 2016, de onde culminou o maior pacote de retirada dos direitos sociais após a promulgação da Constituição de 1988, assim como EC 95/2016, na qual tem viabilizado a legitimação em constitucionalizar o ajuste fiscal, sob a justificativa de crise econômica ocasionada pela alta inflação, mas que tem assento no privilégio da dívida pública e na jurisdição de uma correia de transmissão dos bens públicos em favor do setor privado, o que Fagnani (2016, p. 110) chama de uma oportunidade supostamente histórica, para que os detentores da riqueza concluam em prazo curtíssimo as estratégias que perseguiram sem sucesso nas últimas quatro décadas.

A condição enfrentada pelo Brasil, de ser um país de capitalismo dependente, é fração da ditadura do capital financeiro globalizado, sendo este a amostra de um país que ocupa lugar no epicentro do que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Michel Lowic (1995) denomina como a que canaliza a sua força de trabalho à produção da riqueza para a hegemonia, e que por meio da manutenção da miséria, em que no caso brasileiro, eminentemente compatível com o projeto de expansão do capitalismo, fecunda incessantemente a legitimidade burguesa.

3.1 Crise do capital e financeirização da riqueza

Analisar a crise do capital à luz da teoria marxista, evidencia-nos um campo de reflexão arduamente sustentado pela necessária leitura do mundo real e da força que há nas relações sociais. Marx (1978, p. 121), coloca que não existe um “modelo” que apresente a produção da vida social, que ele não pode ser transcrito por meio de uma fórmula numérica. É complexa essa totalidade que compõe a produção e reprodução social, ela é um conjunto das relações sociais antagonizadas por movimento e interesses que se divergem em função das contradições, da instabilidade e da conversão do que já foi para a materialidade do novo.

Kosik (1926, p. 58) acrescenta que, “não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com a qualidade das partes ou com suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação do conteúdo, mas também criação do todo”.

Como parte importante para leitura desse processo a que este texto está designado, partiremos resgatando a produção ampliada do capital consolidada no contexto da crítica que Marx (2014, p. 289) trouxe a partir da *fórmula geral do capital*, está sendo capaz de traduzir as condições necessárias no percurso que sustenta as bases da economia capitalista, apresentadas conforme a dinâmica econômica, social e política do contexto no qual pertence.

Desse modo, o objeto final da economia capitalista é o processo de capitalização, este vai ocorrer e ampliar-se em ciclos que convertem-se na transformação do dinheiro em capital e deste em mercadoria, o que adiante corresponde demasiadamente o processo de circulação, a fim de que, diante desse ocorra a valorização do valor.

Harvey (2013, p. 79) ressalta que, essa dinâmica está posta por meio dos ciclos do capital, estes são intrincados, mutuamente entrelaçados e estão em constante movimento, uns em relação aos outros. O movimento de cada um é uma condição para o movimento de todos. Dessa forma, não há funcionalidade e tampouco vitalidade convertendo-os em partes isoladas.

O cenário no qual representa todo esse conjunto de ciclos é definido como modo de produção capitalista, o que Marx reconhece como uma enorme coleção de mercadorias⁸. O que esse todo orgânico se refere, são aos processos de produção, distribuição, troca e consumo, é nele que o dinheiro é transformado em mercadoria, fundando o ciclo iminente do modo de produção capitalista necessário à acumulação do capital.

⁸ Marx deu início aos manuscritos do *O Capital* descrevendo que toda riqueza presente numa sociedade capitalista é uma coleção de mercadorias nas quais podemos confirmar a partir da cotidiana de compra e venda, Paulo Netto (2012).

Para tal compreensão, o modo de produção simples de mercadoria segundo a teoria M-D-M se compromete a traduzir que, a mercadoria é transformada em dinheiro e que este dinheiro em mercadoria, podendo também ocorrer D-M-D, onde dinheiro se transforma em mercadoria, seguido do inverso e ambos materializando a circulação necessária para o cumprimento do sistema econômico pré-capitalista, no qual surge a partir do século XIV, correspondendo o que se configura como a pré-história do capital, pautadas no movimento de venda e compra ou de compra e venda, observa-se que, o que muda é apenas o ponto de partida para um mesmo objetivo, porém, o que torna a distinção destas teorias é o dinheiro enquanto capital ou enquanto dinheiro no processo de circulação.

Marx (1978), diz que a substância do valor é o trabalho vivo, vendido pelo proletariado ao sistema capitalista como mercadoria, assim, evidencia-se as raízes da exploração e a expropriação da mais-valia, subsidiando a dominação do capital.

Ocorre que, diante das transformações tecnológicas, que possibilitou a evolução da organização social aos moldes capitalista, a passagem do sistema pré-capitalista em suas diversas fases logrou a maturação de um sistema econômico que possibilita identificar que é na venda da força de trabalho, compreendida como matéria natural, que o valor é produzido, por tanto;

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todas as revoluções que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho. (MARX, 1978, p. 963).

Diante disto, a segunda fase do capitalismo engendrou-se na produção de mais valia, por meio da venda da força de trabalho, considerando então que a essa trajetória teórica seja transcrita por meio de D-M-D', onde essa mercadoria é composta de produção e por força de trabalho e ao se transformar em dinheiro por meio da venda, compreende-se que essa esfera gera produção de mais-valor (D'), Marx (1978, p. 294). Desse modo, D-M-P-M'-D' ou seja, o dinheiro que se transformou em mercadoria, e por conseguinte em produção através da força de trabalho, viabilizando a mercadoria que garante a valorização do valor.

Segundo esta leitura, temos aqui preliminarmente o capital como processo de movimento, quando ao tratar dos fundamentos do livro I de *O' Capital* Marx *apud* Teixeira e Gomes (2021, p. 57) ressaltam que, “me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e suas relações correspondentes de produção e circulação”.

Diante de tal, temos aí a integralização entre o capital monetário, o capital produtivo e

o capital comercial, correspondendo a lógica do capital industrial⁹ alicerçando a reprodução capitalista, ou seja, “categorias diversas, que nos permitem fazer reflexões sobre a forma que o capitalismo se organiza e reorganiza na busca de produção e apropriação de excedente sob forma de mais-valia”, ressalta Teixeira e Gomes (2021, p. 57).

Em suma, o sistema capitalista foi capaz de implementar estratégias que pudessem encurtar os estágios da produção a fim de que, fosse acelerado o processo de reprodução e acumulação, encurtando o tempo assim a valorização do valor dentro dos ciclos de circulação, “em outras palavras, quanto menor o tempo de rotação, mais rapidamente se realiza a mais-valia, Brettas (2020, p. 47).

Em função dos estágios que representam o tempo de rotação do capital, em sua forma simplificada, onde $D-M$ e $M'-D'$, se considerarmos que começando pela empregabilidade de dinheiro (D) que se transforma em mercadoria (M), apresenta-se desde então o capital de comércio de dinheiro que, se emprega como sistema de crédito, no qual é compreendido por Marx como importante no processo de aceleração de mais valor “na forma geral em que um adiantamento leva a obtenção de um valor maior do que o adiantado” Brettas (2020, p. 47).

Rosa Luxemburgo (2004, p. 18), reitera que a função específica do crédito, consiste exposta e muito esquematicamente em corrigir tudo que o sistema capitalista pode ter de rigidez, introduzindo-lhe a elasticidade possível, em tornar todas as forças capitalistas extensíveis, relativas e sensíveis. Desse modo, o sistema de crédito ocupa um importante desenvolvimento do sistema capitalista.

Seguindo este entendimento, o sistema de crédito está habilitado para atender a complexidade posta a forças produtivas, tornando-se assim como mecanismo que efetivam o capital de comércio de dinheiro e tornando esse, como possuidor do capital monetário administrado por meio de instituições financeiras.

A categoria do capital financeiro, imbricada a um novo contexto de acumulação, produziu a interpretação da teoria do imperialismo a partir dos fenômenos históricos ocorridos no século XX. Sabadine *apud* Hilferding, conceitua capital financeiro a partir da seguinte trajetória

A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez

⁹ A lógica do capital industrial foi historicamente defendida pelo economista marxista Rudolf Hilferding quando este evidenciou a aproximação entre finança e indústria no contexto da última década do século XIX.

maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso [portador de juros] – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. (SABADINE *apud* HILFERDING, 2015, p. 74).

Marx (2017), identifica essa configuração como “nova aristocracia financeira”, uma nova espécie de parasitas na figura de projetos. A autonomia do capital financeiro ocorre em função da circulação da mercadoria-dinheiro, na qual a leitura marxista transcreve como categoria que está para o movimento do dinheiro que produz mais dinheiro $D - D'$, àquele que porta juros.

Considerando a fórmula já reiterada, na qual retrata a rotação do capital $D-M$ (circulação) P (produção: $F_t + M_p$)- $M' - D'$ (circulação), onde descreve que dinheiro é transformado em mercadoria, em que para esta mercadoria fora dispensada força de trabalho e modo de produção, ocasionando uma nova mercadoria e o esperado mais valor.

Quando Marx (2014), traz a implicação do capital constante (capital investido no meio de produção) e do capital variável (capital investido na força de trabalho) no processo de produção capitalista, acrescentando que é necessário capturar que, estes são elementos que vão compor a mais-valia D' , e que portanto, participam da reprodução e acumulação, desse modo, a aplicabilidade de ambos devem ser gradativos ao excedente produzido, no qual, dentro do processo de circulação se configura como entesouramento em forma de dinheiro. Implica-nos acrescentar que a deriva do capital constante como Marx, o traz no contexto de produção, “este tem um papel em qualquer atividade sobre a qual possa extrair mais-valor; produz mercadorias para satisfazer o “estômago ou a fantasia”, nos setores que tradicionalmente chamamos de industrial ou de serviços”. (FONTES, 2008, p. 97).

Brettas (2020, p. 50) adiciona que, “esse dinheiro que se transforma em mais dinheiro, ou seja, o capital portador de juros, nada mais é que a soma de dinheiro que uma vez emprestada (sistema de crédito) e empregada como capital monetário, possibilita o seu proprietário ter acesso a uma parcela de mais valia produzida, havendo então, uma tríade no ciclo de rotação que produz a valorização do valor e que sustentabiliza os juros.

Ocorre que, no que diz respeito ao processo de circulação, o capitalista, para efetivar a acumulação, necessita que o tempo em que o capital monetário esteja sobre processo de rotação seja o quão mais rapidamente encurtado para que, se transforme em mais valia e assim, volte ao processo produtivo gerando cada vez mais valorização do valor.

As inovações cada vez mais constantes no processo de acumulação capitalista oriundas

também do comércio de mercadorias, ocasionaram um processo de crédito também na esfera do comércio, de onde a venda de mercadoria se dava em troca de promessa em prazo determinado pelas partes. Essa transação possibilitou cada vez mais;

As novas formas de poder econômico, a ascensão de novos atores financeiros (fundos de pensão, fundos especulativos, seguradoras, etc.), a forma de apropriação do excedente econômico, o esgotamento da livre-concorrência, a implantação de novas técnicas de gestão e inovação, o aumento da escala produtiva e da concentração industrial, as crises capitalistas recorrentes que se manifestam na esfera financeira, dentre outros, requerem uma (re) leitura e um “novo olhar” interpretativo. (SABADINI, 2015, p. 73).

Esse teor do desenvolvimento do modo de produção capitalista, surgiu da necessidade da administração de juros e lucros que se expande cada vez mais, de tal modo, que a concentração industrial possibilitasse forma ao capital financeiro originado da associação do capital industrial ao capital bancário.

Esse processo de junção de duas grandes forças dentro do modo de produção, configura a centralização e a concentração de capitais que operam em favor do capital fictício como nova figura expansiva na dinâmica do capitalismo. Desse modo, a intensificação agudizada da acumulação desde que o capitalismo foi inserido no vocabulário econômico em meados de 1860 segundo Hobsbawm (2015, p. 9), ocasionou o triunfo que tornava livre a iniciativa privada.

A concentração e centralização de maneira fulcral instituíram a monopolização da riqueza socialmente produzida, tal como podemos referenciar, a concentração se define na condição de ampliação de capital, enquanto a centralização designa o modo como os grandes capitais se unem nos diversos setores Lenin (1979). Esse processo ao mesmo tempo que possibilita expressiva tendência a livre concorrência, também se mostra sob forma de junção entre capitais ocasionando assim algumas interpretações sobre o capital financeiro e a sua influência, eximindo a leitura desse fenômeno de um caráter apenas economicista, “trata-se de fazer a crítica dessa economia, apontando a existência de relações sociais ali onde somente se apresentam cifras” (FONTES, 2008, p. 85).

No ínterim do capital financeiro, aquele que metamorfoseou as estratégias para acumulação de capitais, visto como resultado as relações entre indústria, sistema bancário e o comércio, também visto como um novo modelo de reprodução que se configura por meio de títulos negociados sob a égide de projeções futuras, configura-se uma nova unidade do poder financeiro, conforme expõe Hilferding (1985, p. 321).

Destaca-se que, o capital financeiro surgiu gradativamente no modo de produção capitalista, e que uma vez instituído este cenário da acumulação sem precedentes e especulação de capitais, bem como, habilitadas estratégias que objetivavam atender circunstâncias que

porventura pudessem redefinir o percurso em ascensão, evidenciando a natureza anticivilizatória do capitalismo, Sabadini ressalta que o século XX, possui importantes contextos nos quais condicionaram o aprimoramento deste, haja vista,

muitos acontecimentos históricos marcaram a humanidade, tais como, a primeira Guerra Mundial em 1914, a Revolução Russa em 1917, a grande crise de 1929 e a segunda Guerra mundial em 1939, dos quais mudaram a trajetória geopolítica global, despertando-o para hegemonia norte-americana e o remodelamento das relações entre as frações do capital representativas da esfera produtiva e financeira. (SABADINI, 2015, p. 72).

Em destaque, a junção de grandes forças, nos quais contribuíram para a formação dos trustes, uma adaptação do termo em inglês “ trust ”, que tem seu significado na palavra confiança, institui a partir de 1912 um debate mais consolidado acerca dos fundamentos do imperialismo, o que mais adiante foi trazido por Lênin (2012) em sua obra *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, publicada em 1917.

Parafraseando Lênin, Sampaio Júnior (2011, p. 30) aponta que “não é somente um dos problemas essenciais, mas provavelmente o mais essencial na esfera da ciência econômica que estuda a mudança de forma do capitalismo nos tempos modernos. Conhecer os fatos relacionados a esta esfera, [...], é absolutamente indispensável para quem se interessa, não só pela economia, mas por qualquer aspecto da vida social contemporânea”. Dessa forma, a grandeza da problemática ora apresentada pelo autor, é colocada como constância necessária.

Desse modo, o imperialismo ou a dominação do capital financeiro conforme Lênin (2012) o retrata, se configura como a “supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas de capital, significa a hegemonia do rentista e da oligarquia financeira; ela significa uma situação privilegiada para um pequeno número de Estados financeiramente ‘poderosos’, com relação a todos os demais” Lênin (1912, p. 87), ou seja, uma reconfiguração do capital financeiro que não somente estabelecia somente com a fusão do capital de capital bancário e industrial, mas também com a exportação de capitais como rearranjo das classes dominantes. Aqui, a supremacia da oligarquia volta-se para compreensão de que a expansão do imperialismo se dava,

não apenas a incorporação de terras agrícolas ou não capitalistas, mas uma partilha do mundo entre grandes potências dentre as quais já existiam formas interpenetradas de capitais, partilha que implicava o controle político e militar direto dos países colonizadores sobre os territórios e populações anexados e a redução a uma forma de dependência semicolonial dos demais países. (FONTES, 2022, p. 38).

Implica-nos ressaltar, que no ínterim da expansão do imperialismo, a classe que vive do

trabalho, são derrocadamente atingidas pelo processo que concentra e centraliza capitais advindas do estabelecimento da livre concorrência, mas que nada impede à formação dos monopólios. Adiante, o estabelecimento de livre concorrência compõe a dinâmica capitalista, que em Paulo Netto e Braz (2006, p. 102) reverberam que, de fato é entendido como o movimento total do capital, e não apenas suas expressões particulares – engendra uma tendência ao nivelamento das taxas de lucro, advindas do preço das mercadorias que são vendidas pelo seu valor, apesar de serem categorias distintas.

É importante frisar que para Marx, o valor de uma mercadoria se estabelece pelos determinantes oriundos da soma entre capital constante, tempo de trabalho vivo e a mais valia empregada pelo trabalhador, lembrando que para o capital o trabalho vivo é contabilizado apenas pelo trabalho socialmente necessário, resulta que esta somatória ocasiona o preço de produção da mercadoria na qual será vendida, ou seja, o preço de mercado, assim como a lei da oferta e da procura.

Desse modo, é fato que caso o capitalista em função da livre concorrência desvirtue o preço de mercado, a lei do valor passa a ser objeto de violação no contexto do sistema capitalista, o que possibilita a tendência da queda da taxa de lucro, fruto das contradições da acumulação capitalista, observemos Marx *apud* Paulo Netto; Braz,

Nenhum capitalista emprega um novo método de produção, por mais produtivo que seja ou por mais que aumente a taxa de mais-valia, por livre e espontânea vontade, tão logo ele reduza a taxa de lucro. Mas cada um desses novos métodos de produção barateia as mercadorias. Ele as vende, portanto, originalmente acima do seu preço de produção, talvez acima do seu valor. Embolsa a diferença entre os custos de produção e o preço de mercado das demais mercadorias, produzidas a custos de produção mais elevados. Pode fazê-lo porque a média do tempo de trabalho socialmente exigido pelo novo método de produção. [...]. Mas a concorrência generaliza-o e submete-o à lei geral [do valor]. Então se inicia o descendo da taxa de lucro [...], o que é totalmente independente da vontade dos capitalistas (MARX, 1984, III, 1: 198). (MARX (1984), *apud* PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 106).

Dessa forma, os grandes acontecimentos do século XX, possibilitaram a demarcação da criação de grandes potências, configurando o *caráter universal* desta, todavia, a especificidade que regula a livre concorrência, possibilita a busca pela maximização dos lucros, ao posto que, gera a queda da taxa de lucro de modo coletivo ocasionando uma das contradições inerentes ao sistema capitalista. Certo que, a conformação relativa que expressa essa tendência da queda da taxa de lucros, não corresponde uma regra no sistema capitalista, haja vista que, caso se efetivasse não seria possível recuperar o controle das regras que conduzem o sistema.

Tal modo, ocorre que em função das tendências que arrolam no sistema hegemônico e possibilitam que os ciclos econômicos, muitas vezes sejam circunscritos pelas crises e seus

desdobramentos, crises estas ora provocadas ora deliberadas por reações adversas da natureza, tal como as crises sanitárias, como podemos destacar o tempo presente no qual atravessamos recentemente, sobre tal Behring *apud* Mandel (2007, p. 113) acrescenta que “o desenvolvimento do capitalismo não se orienta pela noção de equilíbrio, ou seja, que as rupturas de equilíbrio são marcas de sua origem e leis de desenvolvimento”.

O que nos importa aqui, não se trata de uma análise nos fundamentos e na historicidade de como cada uma das crises surgiram e qual papel desempenham dentro dos ciclos econômicos, porém, é necessário que tenha-se conhecimento que crises fazem parte do modo de produção do capital, ocasionando exacerbadamente acumulação de capitais dentro deste processo que representa as contradições do sistema capitalista, que Marx chama de crises cíclicas,

Nas crises estala em explosões violentas a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. A circulação de mercadoria fica, por um momento, paralisada. O meio de circulação, o dinheiro, converte-se num obstáculo para a circulação; todas as leis da produção e da circulação das mercadorias viram pelo avesso. O conflito econômico atinge seu ponto culminante: o modo de produção rebela-se contra o modo de distribuição. (ENGELS, 1976, p. 92).

Ora posto, esse processo possibilita a polarização de classes que se configuram como base do modo de produção capitalista, subsidiado entre outras formas, pelo desemprego colaborando com o progresso da atividade econômica. Ocorre que, a mesma circunstância pode colaborar ativamente para expansão da mais-valia por meio da exploração da mão-de-obra enquanto produção, como também interferir na etapa da circulação, ocasionando queda na taxa de lucro como já fora dito, desta e de outras contradições pertinentes à etapa superior do capitalismo, a super população relativa ou o exército de reserva compõe entre outras, demasiadamente a dinâmica do capital e é parte importante no processo de expropriação da mais valia, culminando dessa forma, os interesses maiores de capitalização.

Rahm Emanuel, chefe de gabinete de Barack Obama, disse recentemente que um governo não “deve nunca permitir que uma crise seja desperdiçada”, dado que crises produzem oportunidades “de fazer coisas que não podem ser feitas normalmente”. Como a sociabilidade capitalista demanda crises, a manutenção do capital em suas diversas formas; de comércio, de mercadorias e dinheiro financeiro mundial também é sustentada por esse fenômeno, sejam elas intermitentes, estruturais, provocadas ou não, porém, ligadas diretamente ao objeto final do modo de produção capitalista tal como Marx citado por Engels (1894 p, 20) em conceitualmente o sustenta com maior afinco no livro III “*O Capital*” ao interpretar crise cíclica, quando ele aponta que “ela não pode ser entendida apenas como momento do ciclo em que a

crise irrompe, deve ser vista como a totalidade do processo de acumulação do capital, em sua trajetória cíclica, com momentos de expansão e retração, mediados pelas rupturas”.

No século XIX, especificamente em 1825 surgiram os primeiros sinais de crises após a Primeira Guerra Mundial (1776-1830), nas quais inicialmente ocuparam o cenário de terras inglesas, seguindo para uma dimensão mundializada no ano de 1947 que, por conseguinte, quase três décadas depois do início da primeira, 1973 foi o ano da maior crise daquele período, na qual, permeou por mais de vinte anos.

Diante das sucessivas condições de desequilíbrio financeiro, a travessia para o século XX decorreu por ciclos do auge, crise, depressão e retomada econômica, agudizada em 1929 durante a segunda fase da Revolução Industrial, a grande depressão como ficou conhecida e teve início ao final da segunda década, na qual, ocasionou consequências catastróficas a quase todo planeta.

A despeito da América Latina, intensos prejuízos trazidos pela violência do capitalismo selvagem¹⁰ foram herdados, ocasionados pelas grandes potências, como é o caso do Brasil, que já no final do século XIX, “por volta de 1870 cerca de 53% dos produtos manufaturados vinham da Inglaterra contra 12% da França, apesar de sua grande influência cultural e política no Brasil” (ALVES, 1970, p. 69).

Ocorre que, a ascensão econômica dos Estados Unidos oriunda de diversos fatores como a inovação fordista, a produção do rádio que impulsionava o setor da comunicação, exportações de mercadorias justificadas pelo fim do pacto colonial, a produção agrícola, grandes empréstimos, especialmente à Europa em detrimento da destruição deixada pela Primeira Guerra Mundial e a expansão do pleno emprego justificaram a abertura de medidas direcionadas aos trabalhadores como por exemplo o crédito, a diminuição da carga de trabalho, o que ocasionou mais tempo livre para lazer, foram fatores que marcaram o final do século dos EUA como potência econômica, Paulo Netto (2012).

De modo, a grande influenciadora do crescimento econômico neste período dos EUA foi a indústria automobilística, na qual abriu caminhos para outros setores, como abertura de estradas, facilitando as exportações e inflando a venda de automóveis para interesses comerciais e pessoais. Todavia, à medida que o progresso se assentava em terras americanas, a projeção dos acordos entre grandes setores, impulsionaram a junção de empresas em favor do crescimento e dos conglomerados, controlando boa parte da produção no país.

¹⁰ O termo capitalismo selvagem é uma analogia utilizada pela primeira vez por Karl Marx ao se referir a essencialidade de que a produção da riqueza advém da competição construída pelo sistema capitalista.

A recuperação econômica da Europa e a renovação do pacto colonial, teve grande influência sobre a queda no boom econômico americano, acarretando o incentivo à concorrência, o que propulsionou o aumento da produtividade do trabalhador, decorrendo ainda de discrepância no reconhecimento salarial, bem como, a venda de ações de empresas pela bolsa de valores sob via do capital fictício, a fim de que, os prejuízos que emanava da queda econômica projetasse uma possível crise, que adiante veio a se materializar.

Paulo Netto (2012), acrescenta que a venda das ações via bolsa de valores não se limitavam a investidores americanos, outros países culminaram em promessas de lucro futuro. Neste cenário, a queda na procura e a superprodução em diversos setores da economia americana começou a se estagnar, a ausência de lucro nos investimentos na bolsa de valores, ocasionou o fechamento de empresas, queda no valor de mercadorias, alterou drasticamente o comportamento econômico da época, o que se intensificou com pessoas que haviam penhorado seus bens fossem perdendo-os por falta de condições de pagamento. O caos estava instalado e em outubro de 1929 a crise já tomou conta do poder econômico mundial, ocasionando desemprego, falta de moradia e fome entre a população que vivia do trabalho, as promessas eram funestas.

Ocorre que, a extensão dos graves prejuízos em detrimento da crise de 1929, não se limitaram aos EUA, mas, porém, com grande expressão aos países que dependiam economicamente, como daqueles que apostaram nos grandes investimentos realizados. A saber, países que dependiam da importação como a Alemanha, experimentaram grande impacto na economia, ao contrário da França e do Japão que possuíam menor condição de dependência. Neste cenário, a América Latina, especialmente a Argentina e o Brasil sofreram rebaixamento na exportação e nos preços de produtos, o que culminou uma crise política durante o governo de Washington Luís em detrimento da ausência de apoio aos produtores de café e leite, o que ocasionou a política do café com leite e a derrocada política do então presidencial.

Neste aspecto, a crise de 1929, em detrimentos dos aspectos já elencados, assim como, dos salários estagnados e demissões em massa, ocasionou na década seguinte uma depressão de subconsumo. Limoncic acrescenta que,

A partir de 1929 o que estava em jogo portanto, era a construção de um novo modelo de regulação do capitalismo americano, novas estruturas institucionais, novos hábitos e costumes, novas leis, novos mecanismos de regulação, de forma a permitir salários mais altos para uma parcela da classe trabalhadora grande o suficiente para possibilitar a sustentação de um novo regime de acumulação. (LIMONCIC, 2009, p. 153).

Ocorre que, a referência política para retomada econômica nos Estados Unidos

aconteceu a partir de 1933, quando Franklin Roosevelt eleito no ano anterior, instituiu medidas de reestruturação política e econômica, estabelecendo uma nova operação quanto ao papel do governo na intervenção da crise que teve seu apogeu em 1933. O New Deal (novo acordo), instituiu reformas na estrutura de desenvolvimento econômico dos EUA, implantou uma série de medidas, abrindo caminho para uma nova estrutura global, que recria novos mecanismos racionalizados de reprodução da vida social, econômica e material.

Esse novo modelo de desenvolvimento, implantado na reconfiguração do retorno dos EUA ao cenário de grande potência, pautou-se numa extensa lista de instituições voltadas para um conjunto de obras públicas, diminuição da jornada de trabalho, criação do salário mínimo, criação do seguro desemprego e da aposentadoria, ou seja, uma promoção da contratação coletiva do trabalho, redistribuindo a renda, a fim de evitar maiores impactos do caos trazido com a grande depressão e com a Primeira Guerra Mundial.

Portanto, uma vez referenciada como catastrófica, a crise de 1929 na qual repercutiu num longo processo que buscava recuperação, perdurou por quase quatro décadas na história econômica dos EUA. Desse modo, o século XX foi por Eric Hobsbawm denominado como a Era dos Extremos (1914-1991), que se materializou em espaços territoriais de grande potência econômica e políticas, desde o advento da Primeira Guerra Mundial e de uma das maiores crises mundiais à era dourada do crescimento, acrescido ainda de ter sido uma década importante para a abertura do Terceiro Mundo, assim como, pela sua radicalização política como também pelo aparato das minorias.

Desse modo, ora posta as condições econômicas deixadas pela crise de 1929, como também, os mecanismos utilizados para superação desta, observa-se que o Estado assume um novo papel diante das contradições do mercado. Costa (2008, p. 88), acrescenta que “especialmente, após a II Guerra Mundial, quando o Estado passou a intervir de maneira abrangente na economia, não apenas redirecionando-a, priorizando setores, como também organizando amplas áreas da produção, de forma a regular a demanda agregada e amenizar as crises.

Posto esta via, observa-se que já diante das condições estabelecidas pelo New Deal, o papel do Estado se reconfigurou, rompendo-o com o liberalismo econômico tal como se apresentara e instituindo um novo modelo de intervenção no cumprimento de uma nova agenda que se estabelecia. Paulo Netto corrobora que,

Apesar dessas providências, que sinalizam o redimensionamento do papel do Estado em face da dinâmica econômica, o desenvolvimento do capitalismo, ao longo de toda a segunda metade do século XX e na entrada do século XXI, continuou alternando

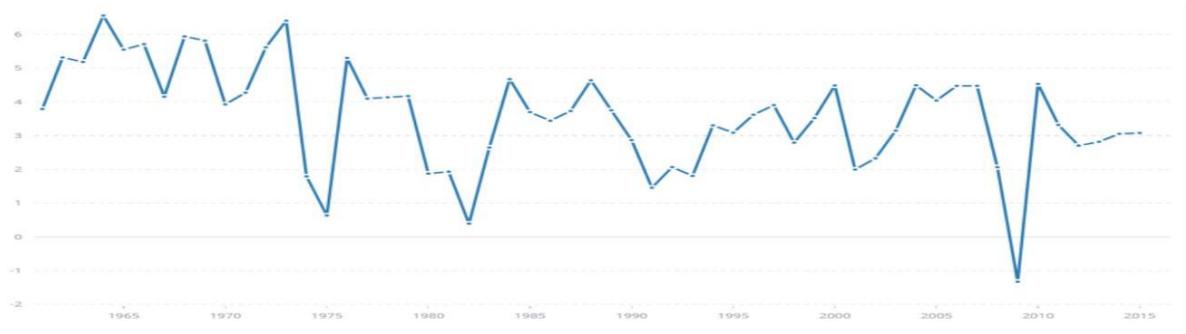
prosperidade e depressão (ou recessão, que designa uma depressão menos violenta) – o que aponta para o caráter ineliminável das crises. A análise teórica e histórica do MPC comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existe e não existirá capitalismo sem crise. (PAULO NETTO, 2012, p. 109).

Como dito, a grande crise do século XXI, ocorreu a partir de 2008 conhecida como crise *subprime*¹¹, após quase trinta anos de acumulação do grande capital ocorrido no sistema neoliberal e comporta em seu histórico o mais recente reduto de uma grande depressão, estabelecida no âmbito econômico e político do cenário internacional, no qual evidenciou mundialmente as contradições estabelecidas na capacidade de acumulação e especulação na administração dos Estados e suas políticas motorizadas para reprodução social, nas quais atuam diretamente na redefinição, gestão e realização da riqueza. Uma crise que, nas questões de ordem econômica, eclodiu diante da crescente abundância de empréstimos hipotecários nos EUA na década de 1990, o que ocasionou uma supervalorização dos imóveis, fazendo com que o sistema financeiro elaborasse um intenso e complexo processo de securitização da dívida acumuladas por aqueles que não conseguiam pagar, transformadas em títulos e adquiridas por investidores. Mas, que devido sua extensão catastrófica, atingiu disputas políticas voltadas para luta de classes, com maior expressão na última década, podendo ser afirmada com uma crise que rompeu com diversas esferas da sociedade, “trata-se de um mecanismo perverso de ampliar cada vez mais a ilusão da casa própria ao mesmo tempo que se asfixia o orçamento das famílias com as condições de juros, formando, assim, uma bolha de capital fictício” (TONELO, 2021).

A crise de 2008 elevou mundialmente até a presente ordem o menor PIB - Produto Interno Bruto a nível internacional no ano de 2009, quando pela primeira vez atingiu taxas negativas, a saber -1,3%.

¹¹ Paulo Netto (2020, p 169), a chamada “Crise dos subprimes” ou “bolha imobiliária”, americana, de proporções gigantescas, cujos desenvolvimentos posteriores alguns afirmam que foi o que redundou na enorme Crise Sistêmica de 2008, que faliu empresas gigantes consideradas antes desse episódio “inquebráveis”, como o Lehman Brothers Holdings Inc. e provou o quanto o “Estado mínimo” só é mínimo para os trabalhadores, com trilhões de dólares do governo estadunidense para salvar títulos podres e seus respectivos donos empresariais

Gráfico 1 - PIB mundial na crise de 2008



Fonte: Banco Mundial (2002).

Distintamente da crise instalada em 1929 que levou a devastadora depressão nos anos 30, a crise de 2008 não configurou aparente sua magnitude, assim como na primeira ocasião porque “nas últimas grandes crises econômicas, em lugar de quebras dos bancos, de grandes prejuízos empresariais, os Estados assumiram os custos das crises geradas pelo grande capital, como os Estados Unidos após 2008 e os Estados europeus após 2012”. (FONTES, 2017, p. 417).

Dessa forma, observa-se que já diante das condições estabelecidas pelo New Deal, o Estado, na busca pela superação da crise que se ora se apresenta, assumiu uma nova conformação do seu papel diante do objetivo eminente quanto a manutenção do capitalismo, o que interessa dizer que, dado essa formatação, na qual pode ser traduzida na leitura de um Estado que viabiliza o interesse do capital sob a forma de financeirização desde o Império Romano até então as automatizadas, como formas do capitalismo contemporâneo.

A exemplo, “no fatídico mês de Setembro de 2008, um dia depois da bancarrota do Lehman Brothers¹², o governo norte-americano decidiu injetar o valor de 85 bilhões de dólares para salvar a seguradora Americana Internacional Global (AIG)”, investimento maior se deu em 30 de Setembro, quando o Senado americano aprovou um plano de resgate de 700 bilhões de dólares, Tonelo (2021), este, se configurou o viés de recuperação da crise que assolou a economia no século XXI em todos os países de potência.

Desse modo, é necessário compreender que “é impossível pensar casos de crise política ou de crise social como fenômenos independentes em face da crise econômica, mas em muitos contextos, em especial os estruturais, crises econômicas, políticas e sociais se imbricam”, (MASCARO, 2018, p. 25).

Marx e Lenin agregaram ao conhecimento marxista as condições estabelecidas sobre o

¹² Lheman Brother Holdings foi um banco de investimentos e provedor de outras instituições financeira, sendo o quarto maior banco dos Estados Unidos e que decretou falência durante a crise de 2008.

Estado na sociedade capitalista, ainda que sob a concepção de sociedade civil e política, tal como se instituiu na década de 1970, década esta que atravessou grande instabilidade financeira, porém, fortemente imbricado nos interesses do capital devido a busca pela rentabilidade acelerada, estabelecendo contradições nas quais Virgínia Fontes (2017), classifica como “profunda desqualificação das formas políticas clássicas”, àquelas que demonstram estreita relação a égide da “pura/grande propriedade” sob proteção da legislação, que reproduz um vasto aparelho hegemônico e que se volta para regulação da massa trabalhadora, em suma, um período no qual a principal discussão a respeito da regulamentação pairava sobre a relação entre Estado e mercado na financeirização. Braga (1991, p. 2), reitera-nos sobre a financeirização noutros termos como sendo a “dominância financeira, como expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo”.

Adiante, Poulantzas (2009), colaborou com a análise que identificou os tipos capitalistas de Estado, no qual é assegurado pelo autor como um “moderno Estado representativo, que oferece uma estrutura flexível para unificar os interesses políticos de longo prazo de um bloco no poder¹³ de outra forma fissiparos, para desorganizar as classes subalternas e para assegurar o consentimento das massas populares”. (JESSOP, 2009, p. 131).

Tal como representado, as figuras ora postas, viabilizam nesse aspecto capturar os entrelaços contidos na automatização da financeirização do capital por meio de bens públicos, tal como historicamente esse fenômeno têm se apresentado que se confronta com a legitimidade do poder político da classe trabalhadora, essa é uma tarefa política necessária, compreendendo que sob a égide do capital e de um mundo cada vez mais financeirizado, a condição de sobrevivência arraigada a uma operacionalização constante e modernizadora da reprodução social, que nos remete aos determinantes da produção neoliberal em todos os sentidos, traz então intrinsecamente à tona, a necessária compreensão da natureza do desenvolvimento frente a conjuntura contemporânea, bem como ao evidenciamento do posicionamento real do Brasil na dimensão global enquanto apreensão da realidade.

3.1.1 Dominância Imperialista e a América Latina

Assegura-nos Lenin (2012), quando traz a compreensão sobre a complexa temática da financeirização no capitalismo convertido em Imperialismo, tal como abordado anteriormente, como um campo composto por uma extensa problematização, no qual se configura muito além

¹³ A respeito do conceito de bloco do poder, Poulantzas (se refere às classes e as frações das classes, nos quais permitem uma leitura dos regimes políticos nos Estados democráticos e a forma de ser dos governos.

de uma potência do dinheiro e que se reconfigura no terreno concreto do capital que porta juros e que está em constante movimento, especialmente nas últimas quatro décadas. A financeirização carrega em seu curso histórico, a certeza de que sem o Estado não haveria ascensão, nem mesmo em países subdesenvolvidos¹⁴, se outrora não contasse com a regulamentação do sistema financeiro necessária a perpetuação do capital portador de juros.

Ora posto, o dinamismo arraigado na financeirização ocorre como resultado da estabilidade do poder da hegemonia, tal como acredita boa parte das teorias marxistas sobre a avidez dessa relação. Face a esta condição de aspecto epocal, a financeirização evidencia as grandes potencialidades que se constituem do fenômeno da globalização no processo de integração do sistema financeiro internacional entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Sobre esta forma, Lima (2018, p. 21) acrescenta que, o termo globalização se refere a “universalização de mercadorias, de técnicas e a cultura entre as nações, estreitando os laços e diminuindo as diferenças entre razão da desregulamentação das economias nacionais, ou seja, concebendo-lhe como de consequência positiva”, em outras palavras, o que pode ser compreendido como uma civilidade entre as nações em prol da mundialização do capital.

Dessa forma, as protoformas da financeirização oriunda na administração das finanças, compõe as tendências de acumulação capitalista, associa-se a liberalização financeira na qual teve origem à partir da década de 1970 e seguiu uma trajetória estabelecida na integralização de desenvolvimento entre os mercados, especialmente dos países ricos para os países pobres, compondo um cenário de financeirização subordinada.

Precedida de intenso fervor a favor do reordenamento do regime hegemônico, até então baseado na política keynesiana, o neoliberalismo foi implantado como uma ordem capaz de retomar a acumulação dos países capitalistas a partir da segunda metade da década de 1970, tais referências vieram da elaboração do acordo entre 45 países que reunidos criaram o Bretton Woods no ano de 1944, no qual favoreceu a hegemonia capitalista dos EUA e da Inglaterra nos anos 1980 e que é descrito por Prado Jr. (2012, p. 349), como o principal fator do impulso dado às transações internacionais, o que tanto contribuirá para a fase de prosperidade do pós-guerra”.

Assim, Baruco acrescenta que,

A validação das políticas econômicas que garantisse a retomada do processo de acumulação de capital no bloco dos países capitalistas, após a crise dos anos 1970, exigia uma concepção de desenvolvimento que disputasse a hegemonia como o

¹⁴ Utilizaremos o termo "subdesenvolvidos" de Celso Furtado (2009) ao se tratar dos países que não representam o patamar dos países que são grande potência econômica, porque segundo o autor o subdesenvolvimento é portanto, um processo histórico e autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.

Keynesianismo. A esta nova concepção de desenvolvimento, inspirada nas teses liberais, a este “novo liberalismo”, portanto, convencionou-se denominar neoliberalismo. (BARUCO, 2005, p. 46).

A Inglaterra, país em que o capitalismo é avançado e se mostrou de imediato interessado em implantar os sistema neoliberal, colocou tal projeto em prática especialmente com a chegada de Margaret Thatcher em 1979 ocupando o cargo de primeira Ministra do Reino Unido por mais de dez anos, se tornando conhecida como a “dama de ferro” em alusão às duras políticas econômicas de desregulamentação alimentadas durante o período no governo, nas quais ficaram denominadas de Thatcherismo e tinham como objetivo “dissolver as arenas específicas de confronto e negociação entre as classes, para deixar o espaço aberto para o Estado Mínimo” conforme nos retrata Oliveira (1988, p. 25).

Uma outra grande potência econômica, no qual impulsionou a tomada do neoliberalismo como sistema político adotado nos países desenvolvidos, se configurou em 1980 com a chegada de Ronald Reagan, um conservador que compactuava com o cenário adotado na Inglaterra especialmente no campo da redução do Estado e a desregulamentação da política econômica. Tais medidas, ocasionaram, assim como em outras experiências, o alcance de objetivos ligados a redução da inflação, bem como aumento na oferta de empregos, porém, com uma dívida pública significativamente inflada.

Sob efeito da ascensão do neoliberalismo, no qual precedeu ao Estado neoliberal como resposta às novas necessidades de acumulação capitalista, em oposição ao Estado intervencionista, especialmente dedicado na superexploração do trabalho como contraponto aos avanços no campo do bem-estar social, tal como pela valorização do capital e pela gestão da força de trabalho, por meio de contrarreformas sociais e trabalhistas, deram origem a políticas de desregulamentação e de flexibilização especialmente nos países dependentes.

No cenário Internacional, a década de 1980 foi a grande entrada para formalização de uma escalada subordinação financeira dos países em desenvolvimento as grandes potências econômicas. A despeito da ascensão das políticas neoliberais na América Latina, o Chile foi o país em que primeiro se posicionou favorável a implantação de políticas que conduziram o Estado aos preceitos neoliberais, seguido pelo Uruguai em 1974 e Argentina em 1976 seguindo a natureza ditatorial de Augusto Pinochet, antes mesmo da sua grande expansão mundializada na década de 1980, porém, a adoção do neoliberalismo na história da América Latina não ficou a cargo somente dos países com regimes autoritários, a exemplo, a Bolívia, que após 1985 seguiram os ditames deste sistema. (CREMONESE, 2016, p. 18).

Seguindo o alcance no qual o neoliberalismo percorreu, é possível afirmar que

o neoliberalismo se constitui num movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. (CREMONESE, 2016, p. 39).

Seguindo esse movimento, o ideário neoliberal deixava o campo teórico para se instituir no campo político na América Latina, a partir dos primeiros anos da década de 1970, países latino americanos habilitaram-se aos ditames imperialistas, que tal como a cartilha que rezava essa nova definição, contida na “virada neoliberal” condicionando diversas áreas à subordinação econômica. Prado Jr. (2012), reitera que, assim como em outras conjunturas, a situação econômica do momento corresponde-se a efeitos de uma nova dinâmica, que possibilita-nos uma leitura de ordem que pode ser compreendida na teoria da dependência que conforme Prado Jr.,

Ora, é de grandes, mais que isso, consideráveis saldos que necessitamos para fazer frente aos compromissos assumidos por efeito do tipo da nossa economia umbilicalmente ligada e subordinada ao imperialismo e cujos inconvenientes se agravam consideravelmente em virtude da orientação adotada nesses últimos anos de institucionalizar, já sem nenhum disfarce ou atenuante, aquela subordinação erigida em norma, e digna de todos os incentivos. (PRADO JR., 2012, p. 352).

Marini (2012), trouxe-nos a leitura deste cenário inteiramente conectado a uma teoria que traduz as facetas de uma economia dependente, responsável por desempenhar um papel fundamental no mercado mundializado, no qual a América Latina integra o sistema capitalista global, argumentando que não se pode denominá-la meramente como pré-capitalista, haja vista que, a contradições políticas e sociais em especial a superexploração da força de trabalho, arraigada à condição peculiar da formação social presente na história da América Latina e em especial no Brasil, se deu principalmente com a abolição da escravatura e com a Proclamação da República, configurando-se como uma base para reprodução do capitalismo, assim como contribuiu no período colonial e com a grande Revolução Industrial.

A chamada heterogeneidade estrutural na América Latina no qual ocasionou problemas gerados pela política de ajuste fiscal é definida por Soares (2001, p. 26) “a partir de uma síntese contemporânea da formação histórica das sociedades latinoamericanas” que se materializa em três condições básicas, sendo elas; estrutura de produção, as relações sociais oriundas dos processos produtivos e ao ordenamento institucional na esfera política construído no sistema de poder.

Essa referência teórica se conformou no auge de uma década cerceada de grandes inovações, bem como de grandes contradições, e em especial pelo apogeu da industrialização

na América Latina, no qual o autor sustenta a crítica no que compete as consequências desse desenvolvimento e que portanto, se confronta com a defesa central da CEPAL- Comissão Econômica para América Latina, em que, outrora pautava sua atuação na indicação de políticas para o desenvolvimento socioeconômico, o que notadamente no contexto contemporâneo se configura em um pensamento para o novo desenvolvimentismo, ou seja, para a perpetuação das políticas de relação de dependência dos países subdesenvolvidos para com os países desenvolvidos.

Tal como se apresenta, as primeiras experiências em que financeirizados os interesses do público em função do setor privado e do desenvolvimento econômico como parcela da mundialização do capital, especialmente na América Latina em nome da industrialização, demonstrando o que Caio Prado Jr. sustenta como “tapando um buraco com outros buracos”, quando se refere a ocasião de um salto na dívida externa, esta que no ano de 1969 eram de R\$ 4.403,3 milhões salta para R\$ 18.360,9 milhões em 1975, levando-nos a participar como coadjuvantes na solidificação das grandes potências econômicas projetadas à partir do Acordo de Bretton Woods.

No que compete a este cenário posto, a década de 1980 inicia-se com uma grande crise da dívida externa, que entre outras, também por motivo da moratória do México acabou por atingir toda América Latina, instituindo uma política de regulamentação bancária rígida, o que implicou diretamente nas exportações de produtos mexicanos, bem como na negociação de *commodities* (roda pé).

Bhering (2008, p. 131) apud Toussaint (1998), aponta que, em relação ao Brasil, partiu-se de taxas de juros baixas e até negativas para um salto percentual em torno de 19% em 1981 para 27,5% em 1982, por parte dos credores, de forma que houve uma inversão explosiva de transferência de dívida em prazos muito curtos, mas que foi acompanhada também na queda de exportações de matérias-primas, nos países ao sul da linha do Equador, no que compete ressaltar, a década de 1980 é conhecida como a “década perdida”.

Esse período sombrio, no plano econômico, foi chamado de “década perdida”, porque se comparava o crescimento praticamente nulo da renda per capita com anos anteriores do “milagre econômico” – entre 1971 e 1980, o PIB per capita cresceu em média 6%. A perda deveu-se, segundo diversos analistas, a programas de ajuste estrutural mal sucedidos, acertados com o Fundo Monetário Internacional, e à eclosão e persistência da crise da dívida. (BRASIL, 2010, p. 162).

O último governo militar de João Figueiredo (1979-1985) encerrou o período da Revolução Industrial no país comandado por militares, que junto ao acelerado desenvolvimento, trouxe dívida, estagnação e impactos ao meio ambiente sem precedentes

conforme Rodrigues (2014).

No que compete a conjuntura brasileira política nesse período, logrou-se fortemente o processo de democratização, ao passo que, na segunda metade, a soberania popular embuiu-se de grande movimentação, o que culminou para que possibilidade de instauração de um projeto democrático, acarretando a classe burguesa um direcionamento pautado em perspectivas democráticas e como se refere Bhering (2008) de espírito “Welfareano”, ao se referir a Constituição Federal de 1988 aprovada no Brasil.

Diante disso, a conjuntura na qual o Brasil se encontrava na década de 1980, perpassou por estratégias enraizadas ao ideário do plano internacional, nas quais, considera-se tendência mundializadas, e que segundo Bhering (2008, p. 130) foi “uma reação burguesa à crise do capital iniciada nos anos de 1970” podendo ser analisadas como estratégias que direcionaram a situação econômica ao emparelhamento de empréstimos, culminando em uma renegociação que se estendeu por várias fases durante toda a década e efetivando o aumento da dívida externa do país, na qual vem se arrastando desde 1824, quando ocorrerá o primeiro empréstimo externo do Brasil em que Bouças (1946, p. 5), descreve que “é verdade que com aquele empréstimo, o Brasil declarava ao mundo a sua independência política, mas o que é mais grave ficava em absoluta dependência econômica, sacrificando o seu futuro desenvolvimento”.

A aquisição em grande escala da dívida externa nos anos 1980, significou a adoção de uma medida que possui origem no setor privado, eminentemente utilizada para fundamentar o desenvolvimento econômico e que foi assumida pelo setor público, o que possibilitou a solidificação contraditória entre receitas (setor privado) e despesas (setor público), denominando-se estatização da dívida¹⁵, em torno de 70% da dívida externa brasileira.

A este despeito, as contribuições que permeiam a crise do Estado no Brasil e o seu papel frente às demandas nos quais requisitam intervenção pública para além do âmbito econômico, justificadas à modernização da indústria, se materializam na identificação de uma inversão do papel do Estado quando este assume a dívida externa e se torna ausente nos investimentos necessários às demandas econômicas e sociais. Sobre tal, Bouças ressalta,

¹⁵ Gonçalves e Pomar (2000 p. 23) reitera que no Brasil, a dívida pode ser privada, o credor pode ser privado, mas quem paga é a sociedade, pois a dívida acaba no colo do Estado, que cobra impostos, aumenta os juros e adota uma política econômica voltada para pagar a dívida, cujos impactos recaem sobre a maioria dos trabalhadores. Nos anos 70, por exemplo, foi muito comum o Estado contrair empréstimos no exterior e repassá-los, direta ou indiretamente, sem os riscos cambiais e de juros envolvidos, para empresas privadas. A partir dos anos 90, o processo se torna ainda mais sofisticado: o grande empresário toma dinheiro emprestado fora do país, a juros muito baixos, vende as divisas para o Banco Central e, com parte do dinheiro, compra títulos da dívida pública interna brasileira, com correção cambial e direito a juros generosos. Se tudo correr bem, ao final do período conseguirá pagar sua dívida graças ao rendimento dos títulos. E se tudo correr mal, por exemplo se houver uma desvalorização do real, os títulos com correção cambial protegem a empresa.

a dívida nasceu com a Independência, cresceu no Império e na República, e multiplicou-se mais em consequência de operações de consolidação e de “fuldings” do que da utilização de capital para obras produtivas, sendo que de algumas, mesmo que contendo tal cláusula expressa nos contratos de sua instituição, foi o seu produto desviado para outros fins. (BOUÇAS, 1946, p. 5).

Portanto, vale observar que, a história da dívida brasileira é dotada de fatos que evidenciam o teor contraditório, que na aquisição de empréstimos nos quais foram responsáveis por solapar o nascimento de uma república livre para o desenvolvimento social e econômico. Desse modo, Cano (1994) ressalta que o caráter contraditório e circunscrito na redoma “dívida externa/dívida interna/déficit público/emissão de títulos públicos/nova ampliação da dívida interna” acarretou significativamente ao longo dos anos, e em especial nos anos 80 um período fortemente inflacionário, ocasionando a necessidade de pacificar as evidentes turbulências da época.

O que compete evidenciar, a década de 80 esteve imbuída de mudanças relacionadas ao aspecto econômico, social e político no Brasil, responsável por um cenário tanto quanto complexo, a exemplo como na chamada “crise de transição”, denominada por Prado Jr. (2012), ao se referir sobre os primeiros anos da República que foi constituída de uma “burguesia conservadora, escravista, antipopulista, racista e que capturou o Estado para atender os seus interesses” (SILVA, 2021, p. 237).

Porém, o aspecto da “crise dos anos 80”, também não se resume a questão econômica, mas em uma dotada reconfiguração política, que agora permeada pelo movimento popular e por novos arranjos políticos diante do ingresso do neoliberalismo no Brasil, no qual possuía tácito interesse em disfarçar as contradições do capitalismo, o que é definido por Florestan Fernandes (1975) como demagogia populista.

Nesta década, o endividamento evidência na América Latina, e, especial no Brasil, características que instituíram a estagnação por conta do baixo investimento em serviços públicos, desemprego e alta produção em atendimento a demanda de exportação, acarretando aqui uma perda no processo de participação da América Latina no fluxo de investimento externo no Brasil de 4,2% para 1% (BHERING, 2008).

Outro grande motivo para o crescimento da dívida externa, esteve relacionado ao proposto estabelecido entre os países que participaram do Acordo de Bretton Woods, no qual ocasionava a política de paridade do valor das moedas em relação ao valor do dólar o que provocou a dominação política, em função dos juros dos empréstimos flutuarem, fazendo desta moeda referência monetária mundial causando mundialmente tamanha submissão econômica.

A retórica sobre as causalidades do crescimento da dívida externa nos anos 1980 e as

condições políticas, sociais e econômica na qual a década esteve posta, incide evidenciar que ao final dos anos de 1980 a América Latina já somava uma dívida no valor de 257,3 bilhões de dólares, destes 159,1 bilhões era do Brasil ocupando o segundo lugar de acordo com dados do Banco Mundial publicados em 1997.

Fundamental para a manutenção da dominação na atividade econômica e ainda uma resposta a crise do petróleo no qual atingiu patamares internacionais, ocorreu a partir de 1989 a elaboração de medidas de ajustes por meio do então receituário liberal denominado Consenso de Washington, construído pelo economista britânico Jhon Williamson, no qual se estabeleceu nesta década como a política oficial do fundo monetário internacional, sustentada basicamente por apontamentos que argumentam intrinsecamente à promoção do ajuste econômico de países subdesenvolvidos por meio de reformas estruturais liberalizante.

A reunião na qual deu origem ao Consenso de Washington, contou com a participação de grandes instituições financeiras como o FMI, o Banco Central e o Departamento do Tesouro dos EUA, BID, bem como, o então BIRD, dela três significativas medidas foram elaboradas entre as quais; incentivo à exportação, competição entre as taxas de câmbio e a terceira na qual possui direta relação com a questão aqui presente, a gestão das finanças públicas, foram responsáveis por nortear a elaboração de dez políticas e reformas divididas entre estruturais e de estabilidade, em que Jhon afirmou que estavam sendo requisitadas à América Latina para que fosse reestruturada a retomada da ordem econômica, por meio de programas de estabilização monetária, como pode ser observado, nos programas de longo prazo.

As políticas e reformas determinadas pelo consenso, pautaram-se em disciplina fiscal, reordenamento nas prioridades no gasto público, reforma tributária, liberalização do setor financeiro, manutenção de taxas de câmbio competitivas, liberalização comercial, atração de investimentos diretos estrangeiros, privatização de empresas estatais, desregulamentação da economia e direitos autorais, assim, o que podemos ver é uma orientação baseada na redução do Estado, desregulamentação da economia e de abertura para o livre mercado, que conforme seus idealizadores se configuram em três fases perpassando pela estabilização econômica, pelas reformas estruturais e pela retomada do crescimento.

Tais políticas, estabelecidas no seio da teoria neoliberal, se apresentam como reação burguesa, ocasionando às regiões dependentes e periféricas a conta causada pelas medidas dos ajustes, a fim de subsidiar a manutenção da reprodução do capitalismo em nível mundial e ademais, se configura como política regressiva e contrária ao ideário reformista calcada no cunho progressista, baseado numa perspectiva da totalidade, ainda que dentro do capitalismo, mas atenta às demandas dos trabalhadores e justaposta a derrocada das contradições, que afeta

que afetam o papel do Estado democrático, onde Nogueira (1998, p. 212) reitera que “a reforma de Estado nesse sentido é o prolongamento de uma reforma própria da sociedade, tanto quanto é a remodelação das relações entre Estado e sociedade civil”.

Ao que se refere a situação do Brasil neste cenário mundial posto pelas reformas estruturais de cunho liberal, reelaboradas ao final da década de 1980, justificadas sob a alta da inflação, inicialmente o arrocho no investimento se deu no serviço público, predominado até a metade da década, como também, uma queda na receita em consonância com o aumento da dívida pública na segunda metade. Esses são fatores que ingressam a entrada do país na década de 1990 embebido de uma caótica situação social, assim como, num patamar de dívida até então nunca visto representando mais de 70% do PIB.

3.2 Redemocratização e a reinvenção contrarreformista

O processo de transição de uma década para outra, imbuíu uma série de fatores conjunturais, entre eles à redemocratização, pautada pela aprovação da CF de 1988, que trouxe uma disputa ideológica e política que se instituiu entre um Estado desenvolvimentista e/ou progressista na contramão de um sistema neoliberal, alcançando este, um patamar ofensivo à função democrática do Estado, arraigado à reestruturação produtiva que a política industrial inseriu aos ditames da mundialização do capital.

Tais contradições estabelecidas no seio de uma Constituinte, que se divide entre o reconhecimento dos direitos sociais, bem como, pelo modo de condução de prerrogativas, com as medidas provisórias, que a exemplo, durante o governo FHC foram mais de 5 mil, para Bhering (2008, p. 143), “são fatores que elevam o caráter contraditório da Carta Magna ao futuro do país”.

A barricada que impediu a entrada nos anos 1990 numa condição política e econômica diferente do que se almejava os interesses da população, se conformou também à partir da eleição de Fernando Collor de Mello no ano de 1989 e pelo seu comprometimento com as políticas de cunho neoliberal, em atendimento aos arranjos de instituições multilaterais como o Banco Central, o FMI, assim como, das políticas estruturadas e elaboradas para os países dependentes, o que lhe rendeu o título de “embaixador” das corporações internacionais.

Sobre tal, Bhering (2008) *apud Fiori* (1995a e b) justifica que, uns dos fatores responsáveis pela institucionalização deste cenário, se dá a partir das contradições internas ao Estado desenvolvimentista, que frente a organização da hegemonia burguesa na política industrial, amplia a participação do Estado na política Industrial.

A despeito dessas contradições, destacada nas contribuições de Francisco de Oliveira

(1998), em que ele denominou de ilusões nacional-desenvolvimentista¹⁶, que se cunhavam na perspectiva inovadora do movimento operário, resultou o reconhecimento de direitos básicos, que para ele poderia ser a porta de entrada de um possível pacto entre classes, no qual não se legitimou e que diante da reconstrução do Estado em que se esperava, foi sobretudo compreendido como de fato desconstrução.

Aqui, instala-se não somente no cenário brasileiro toda uma ruptura de possíveis projetos advindos da Constituinte até então aprovada, embebida de uma reforma baseada no contexto progressista, mas também de uma certa ditadura civil pautada pela redefinição do papel do Estado, instituindo-o a partir de então, um Estado moderno que, via de regra propagado por sua capacidade de garantir necessidades básicas, nas quais, asseguradas por meio de uma política liberal.

Dessa forma, para Cremonese (2016, p. 148) “modernização do Estado, significa um Estado mais “ágil”, menos “truculento”, “moroso e burocrático”, que se intensifica na desregulamentação econômica, abertura do mercado e privatizações, ou seja, um “reordenamento que possibilita facilitamento em estreitar as relações globalizadas, que possibilitam os avanços da mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro” como nos esclarece Karl Polanyi (1980).

Nestes termos, tratar a modernização como um dos mecanismos que vivificam a reforma estrutural, objetivando agilidade nas operações que permeiam a esfera pública, ressignificando a regulação da vida social, nos permite afirmar que essa relação Estado e reforma, tal como tem sido apresentada, reeditando as formas da modernização contemporânea publicizada no contexto histórico e se configura apenas num caráter tecnicista,

ao deixarem de trazer o programa reformista para a arena pública, debatendo ampla e democraticamente com os principais atores da sociedade civil, esvaziam de conteúdo político as diversas e variadas demandas existentes no âmbito societário ilustra a visão tecnicista que informa estes procedimentos. (NOGUEIRA, 1998, p. 16).

Desse modo, compreender esse arcabouço que se materializa no âmbito da esfera pública, em que segundo Oliveira (1988), em que foi elaborada e imbuída de bases de regulação keynesianas e não se desassocia da condição de democracia, portanto, devia cunhar-se a uma economia de mercado socialmente regulada. Ocorre que, na esfera pública há de se reconhecer que a relação entre reprodução do capital e as classes sociais é um espaço dotado de disputa e

¹⁶ Em Crítica à razão dualista, Francisco de Oliveira argumenta que o pensamento desenvolvimentista brasileiro é baseado em ilusões que obscurecem a complexidade e as limitações da economia brasileira. Para ele, é necessário repensar profundamente as estratégias de desenvolvimento econômico e adotar uma abordagem mais realista e crítica

que reformas enquanto aparato de modernização viabilizam a efetivação dos ideais conservadores e neoliberais.

A reforma, tal como já pudemos identificar, ultrapassa o campo teórico e ocupa um importante papel na reprodução do capital, erigindo regressivamente o Estado mínimo orientado para o mercado, ao fio que, serviços sociais basilares como saúde e educação são garantidos, integrando o projeto de ilusão desenvolvimentista trazido por Chico de Oliveira (2018), ou seja, seguindo entre outras, a cartilha das privatizações que se configura como um dos maiores meios lucrativistas.

Considera-se assim que, o que foi posto em curso é a institucionalização de uma contrarreforma, oposta a orientações progressistas, ao ponto que, o papel contrarreformista na condução da função do Estado, se alimenta da superação da crise fiscal oriunda das crises econômicas, políticas e sociais e orientam todas as medidas de ajustes nas quais o neoliberalismo tem recorrido.

Reitera-se que, na década de 1990 no Brasil, políticas de cunho liberal garantiram especialmente com o Plano Real¹⁷, medidas que impactaram o campo econômico e principalmente o social, reordenando regressivamente as pautas democráticas constitucionalizadas na década de 1980.

Gomes reitera que,

com a implantação do Plano Real, o objetivo explícito era a estabilidade monetária na América Latina, que na verdade serviu de chantagem para introdução da política neoliberal. Entretanto, pretendia mesmo era encontrar uma saída para a recessão iniciada nos EUA em 1991, que pressupunha criar as bases para uma nova etapa de expansão do capital, seja capital produtivo, capital-dinheiro ou capital mercadoria. (GOMES, 2015, p. 3).

A medidas contrarreformistas nesta década nasceram de uma série de organizações burocráticas e institucional regulamentada, nas quais culminaram com a criação do MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e dele o PDRAE - Plano Diretor da Reforma e do Aparelho do Estado através da EC nº 19 de 19 de junho de 1998, justificado pela crise do Estado no ano de 1995 durante o governo Fernando Henrique Cardoso em que ele chamou de “novo modelo de justiça social”. (BEHRING, 2008, p. 177).

Tal ferramenta foi espelhada num modelo de gestão pública internacional, porém, aplicada a realidade brasileira e denominada como pacto de modernização, que tinha como

¹⁷ O Plano Real foi elaborado ainda no governo de Itamar Franco (1993-1995), mas o êxito de sua execução ficou a cargo de Fernando Henrique Cardoso ainda nos primeiros anos do primeiro mandato, o Plano foi elaborado por economistas monetaristas sob a âncora fiscal, cambial e monetária.

prioridade privatizações, programa de estabilização monetária e liberalização na área do comércio, pautada como instrumento viabilizador capaz de recuperar os aspectos deixados pela crise de 1980, que numa leitura econômica liberal, provocada por mau funcionamento do Estado, diferentemente a crise de 1930, que tem em sua raiz problemas relacionados a administração do mercado.

Nesta direção, para além de uma reforma de Estado, denominada por seu aspecto devastador e contrarreformista, observa-se um projeto político que institucionaliza mais que uma modernização, mas a priori, uma redefinição do papel do Estado imbuído de determinações teóricas e filosóficas, nas quais denotam tamanha organização diante de uma articulação globalizada.

A despeito, podemos encontrar em Gramsci quanto a categoria guerra de posição¹⁸, raízes à justaposição, na disputa hegemônica entre classes na sociedade civil, onde atribui-se a argumentação que “a realização de um aparato hegemônico, enquanto se cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de consciência, é um fato de conhecimento, um fato filosófico” Silva (2021) *apud* Gramsci (2014, p. 1250).

Portanto, a envergadura que permeia a reforma enquanto instrumento de regulação da vida social, dota-se de um arcabouço teórico e filosófico que se materializa nas determinações do campo econômico, refletindo o campo político e social, e para tal, são crescentes os mecanismos que viabilizam ao Estado brasileiro projeções que transformam o caráter político social-liberal¹⁹ para modelos políticos e econômicos neoliberal a partir dos anos 1990.

Assim, para efetivar dominação de classe com grande relevância em especial a partir da década de 1990, partindo da ressignificação do papel do Estado e utilizando o setor público em função do privado, tal como elencado anteriormente, por meio do uso de instrumentos que viabilizem o cumprimento desta agenda, via dívida pública, esta que possui um papel fundamental como pressuposto de acumulação e de reconfiguração do papel da esfera pública pode ser compreendido quando David Harvey (2018), evidencia a economia do endividamento ao trazer o nexos existente entre Estado-finanças.

Segundo Gonçalves e Pomar (2000), no caso do Brasil, a dívida pública nos anos 1990 aumentou 100 bilhões de dólares, chegou ao maior patamar até então registrado na história do país, atingindo 241 bilhões de dólares em 1999, sustentada pelo modelo da “era do milagre

¹⁸ Ao se referir a guerras de posições no contexto de classes, Gramsci alerta para os riscos de uma ilusória unidade como instrumento de abertura de forças contrárias.

¹⁹ Luiz Carlos Bresser Pereira, ocupou o cargo de ministro da Fazenda em 1987, criou o Plano Bresser responsável por promover políticas neoliberais no combate à inflação, sustentava que havia possibilidade de uma experiência social-liberal

econômico” e parafraseada pelo ministro da fazenda durante o regime militar Delfim Neto que dizia “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”, deixando claro que a dívida com os credores é prioridade em detrimento da dívida social.

O equilíbrio ou a superação do déficit público que é causado também pela dívida pública é no ideário neoliberal objeto de defesa à lógica que em Rossi; Dweck; Arantes (2018, p. 16), creditam, afirmando que “a defesa da austeridade fiscal sustenta que, diante de uma desaceleração econômica e de um aumento da dívida pública, o governo deve realizar um ajuste fiscal, preferencialmente com corte de gastos públicos em detrimento de aumento de impostos”.

Desta forma, utilizados para materializar o arsenal contrarreformista e justificar as medidas de ajustes no Brasil, a dívida pública tem sido o principal pressuposto de defesa das políticas de austeridade fiscal como valor supremo da política econômica, ocasionando a implantação de um Estado reduzido ao mínimo em serviços públicos, Chesnais (2005, p. 52), afirma que “a interpenetração entre capital industrial e capital de empréstimo tem efeito político importantes em termos de concentração de poder no plano nacional e internacional”.

Blyth (2017), defende que a ideia de austeridade como política contrarreformista de elemento de crescimento econômico não se sustenta, tendo em vista que, a partir das premissas da sua origem tal como, quanto mais o Estado gasta mais ele retira o dinheiro da economia para serviços sociais e se torna ineficiente, assim o aumento do gasto público tira a confiança dos grandes investidores por falta de capacidade em cumprir com o pagamento dos títulos públicos, o que acarreta diminuição no crescimento da economia.

Ocorre que, quando o autor afirma que estes pilares nos quais defendem a implantação de política de austeridade como reforma de Estado, devem responder a questionamentos em torno de para quê e para quem as políticas de austeridade vão servir; que Estado é esse que será diminuído; quais são as áreas e a quem vão beneficiar; via de regra, políticas de cortes de gastos estão a favor mercado posicionando em desfavor das demandas sociais, fica claro que o Estado não diminui, ocorre é que os investimentos públicos são desvirtuados aos interesses da hegemonia burguesa. Outro fator que desmobiliza essa argumentação, se dá em favor da ideia de que o Estado que não “reza a cartilha” do receituário liberal não se sustenta, o que ser contra-argumentado por países como Bolívia e a China.

As contribuições do economista Sul Coreano Ha-Joon Chang em *Chutando a Escada* (2004), defendem a ideia de que países avançados do capitalismo central não tiveram ausência de Estado para receita do sucesso econômico. Sobre tal, o que se pode analisar no contexto mundializado em países que há redução do Estado para o mínimo no campo social e a ampliação do um Estado burguês, é que o crescimento econômico não correspondeu às expectativas da

linha teórica neoliberal, portanto, entende-se que a austeridade é utilizada unicamente como ferramenta política que aumenta a acumulação de capital e que é parte da economia política aos interesses da reprodução do capital, imbuída de elementos ideológicos.

O que se pode observar, na década de 1990 quanto ao acelerado crescimento nas políticas neoliberais, é o recrutamento do Estado neoliberal na perspectiva da mundialização do capital sob o caráter subalternizado, nas quais tiveram o ponto de partida pela reforma previdenciária e administrativa, como é o caso da maioria dos países da América do Sul e em especial o Brasil, o que corresponde em relação a implantação dos modelos de reestruturação produtiva²⁰ da década de 1980, que entre outros fatores, possibilitou aos anos 1990 a massificação do neoliberalismo no Brasil por meio das “políticas macroeconômicas e suas respectivas providências”, assim como, a “estabilização inflacionária em detrimento do Plano Real em 1994” conforme sinaliza Buginski (2016) *apud* Bhering (2008).

Uma das principais consequências da política macroeconômicas do governo FHC, se deu em relação ao elevado número de desemprego, causado pela alta taxa de juros, atingindo muitas empresas, tendo em vista que, não conseguiam cumprir com empréstimos, colaborando dessa forma, com a contradição que permeia uma década que se configurou entre a valorização da sua moeda o Real, instituindo-se uma relativa estabilização dos preços, alcançou a baixa da inflação, mas não apresentou o crescimento econômico à altura das medidas adotadas, conforme planejado

Percebi o prestígio crescente do Brasil no exterior, dei início a uma reforma de Estado, começamos a superar os nossos males sociais, na saúde, na educação, na reforma agrária, na distribuição de renda. Tudo isso oscilando, conforme as dificuldades econômicas e a dificuldade de manejar o câmbio, as taxas de juros, de responder positivamente à responsabilidade fiscal necessária, e também conforme as oscilações do jogo político. (CARDOSO, 2015, p. 13).

Boito Jr. (2018, p. 37), reitera que em relação aos resultados econômicos no primeiro mandato de FHC (1995-1998) “segundo os dados do Banco Central do Brasil, FHC obteve, em porcentagem do PIB nacional, 0,27%, 0,08% e 0,01% de superávit primário, respectivamente, em 1995, 1996 e 1998, já no ano de 1997, ocorreu um pequeno déficit primário de 0,95% do PIB” e no ano de 1999 a crise cambial eclodiu, vale ressaltar que, conforme Sicsú (2007), uma crise cambial ao produzir desequilíbrio nas principais variáveis macroeconômicas, aumenta o grau de incerteza na economia, o que por sua vez, reduz a previsibilidade do cálculo econômico

²⁰ Mota e Amaral (2000), trouxe que as novas formas de exploração da força de trabalho, acoplado a era da informatização, culminou no incremento da produtividade, acarretando os novos modelos de reestruturação produtiva no Brasil, o que também é conhecido como as metamorfoses no mundo do trabalho.

de rentabilidade dos capitalistas.

Todavia, em meio a elevada taxa de desemprego, já ao longo do segundo ano do primeiro mandato do governo, trabalhadores em conjunto com organizações como a CUT e Fiesp movimentaram-se, inclusive quanto às medidas macroeconômicas tais como alta dos juros, privatizações e a abertura comercial.

No que compete às decisões tomadas por FHC, entre outras, à desvalorização da moeda ao final do primeiro mandato, tomada em função da necessária imagem do país sobre os resultados positivos na balança comercial, acarretou assim, mais confiança internacional recuperada no segundo mandato. Em suma, o fracasso neoliberal tomou não só no Brasil, mas em parte significativa da América Latina, o que culminou para uma abertura política capaz de contestar a agenda neoliberal.

A respeito dos anos 1990, Branco (2009, p. 74) ressalta que, não só no Brasil, mas na América do Sul “o neoliberalismo mostra sinais de esgotamento no plano econômico, com a persistência dos desequilíbrios macroeconômicos, a redução dos direitos sociais e o aumento do desemprego estrutural e do pauperismo relativo”.

Santos (2019), acrescenta que na América Latina os movimentos populares deram origem à mudança de governo em nove países que reivindicavam a política neoliberal, causando assim, uma frente ampla e fortalecida aberta à política progressista. No Brasil, a passagem dos anos 1990 para os anos 2000, significou muito mais do que uma mera alternância de mandatário, no qual os presidentes estiveram por oito anos no poder, onde o primeiro permaneceu entre 1995 a 2002 com uma política de governo responsável por cancelar um modelo de desenvolvimento capitalismo pautada no liberalismo e o segundo, conduzindo o país sob a tentativa de conciliação de classes, por meio da social democracia.

Ainda em 2000, pelo então presidente FHC fora sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar ao Art. 163 da CF e as prerrogativas estabelecidas na Lei 4.320/64 (Estatuto das finanças públicas). A LRF estabelece em âmbito nacional metas e limites de gastos com recursos públicos, que condicionam os gastos de acordo que tem o intuito de restringir as possibilidades do déficit primário, portanto, assegurando normas ao planejamento tem o intuito restringir as possibilidades do déficit primário, portanto, assegurando normas ao planejamento e execução do orçamento público de acordo com a arrecadação²¹.

²¹ Fatorelli e Ávilla (2023) esclarecem que o orçamento Federal é alimentado pelas receitas tributárias (referente aos tributos pagos por toda sociedade) patrimoniais (referente às receitas de privatizações, entre outras) comerciais (referente aos lucros de empresas estatais, entre outras) financeiras (decorrentes da emissão de título da dívida pública, recebimento de pagamento de dívida pelos estados e municípios, entre outras).

No que tange uma análise crítica, a esse despeito Rezende *apud* Salvador,

A LRF tratou de limitar as despesas não financeiras do orçamento e priorizar o pagamento de juros, permitindo a apropriação financeira pelo capital. A LRF foi um mecanismo de auxiliar a integração passiva e dependente da economia brasileira da economia globalizada. Como instrumento de contingenciamento de gasto fiscal, a LRF diminui a capacidade de intervenção do Estado na economia, especialmente por investimentos públicos e de ampliação de gastos sociais, ela sacramentou o compromisso do orçamento público, com gerações de superávit primário, mesmo que ao custo dos direitos sociais e do desenvolvimento. (REZENDE (2001, p. 295) *apud* SALVADOR (2010).

À partir da tomada de poder de Luiz Inácio Lula da Silva, proveniente do pleito eleitoral de 2002, entre os anos de 2003-2010 representando até então um período que se estabelecia discussão sobre novos elementos na política, nas quais sinalizavam o atendimento às reivindicações populares ao mesmo tempo em que retroalimentam as perspectivas da economia liberal, o que os determinou para alguns críticos como um novo modelo desenvolvimentista, enquanto que para outros, o governo comprometeu-se com o social-liberalismo.

É salutar que, não cabe a este restrito espaço, esmiuçar as evidências políticas e ideológicas apresentadas durante os governos brasileiros, ao ponto de buscar vencer as indefinições que pairavam sobre o desenho político e ideológico executado durante seu governo, cabe-nos aqui compreender em pequena escala os apontamentos que corroboram com as medidas de reforma executadas, tal qual, seguiram um contexto estrutural ou social.

Em seu primeiro discurso como Presidente da República, Lula acenou a chegada de uma terceira via no campo da ideologia quando acrescentou que “a vitória significa a escolha de um projeto alternativo e o início de um novo ciclo da história para o Brasil”, acrescentando ainda as observações de Silva sobre a imagem política de Lula, em que dizia que era carregada de seis aspectos essenciais para quem alimentava a possibilidade de um outro Brasil, sendo eles

1) a luta contra o excesso do FMI; 2) a oposição à política dita marcada pela aliança entre os partidos de direita e de centro em nome da manutenção do poder; 3) a ideia de transparência em política, com a defesa do fim da distância entre as promessas de campanha eleitoral e a realização dos eleitos; 4) a renegociação da dívida externa brasileira com os bancos estrangeiros de modo a relançar os investimentos sociais o crescimento econômico do país; 5) a inclusão social de milhões de excluídos vivendo em condições precárias; 6) as reformas consideradas fundamentais: agrária (dar terra a quem precisa), educacional (universidade para todos), do trabalho (geração, segundo promessa de Lula, de dez milhões de empregos em quatro anos), da saúde, da previdência social, da desconcentração de renda etc. (SILVA, 2006, p. 7).

O que confere desvelar dessa conjuntura, são os elementos a despeito de uma nova hegemonia burguesa que sinalizava vestígios voltados para manutenção de um conflito de

classe²² como um dos mecanismos de permanência da expansão do capital financeiro no Brasil sob diversas formas de lucratividade e variadas áreas de atuação incluindo as ações do capital portador de juros, em que na atividade dos bancos comerciais ganharam relevante destaque e ainda pela legalização da política de privatizações, como também pela redução de empresas estatais em contraponto a política social implantada durante seu governo, apesar de que ausente de reformas sociais propriamente ditas.

À duras críticas, a análise teórica de Castelo (2013, p. 345), sobre a composição ideológica da política de Lula, no pós Fernando Henrique Cardoso, exprime que, neste novo cenário “formou-se, portanto, um novo bloco conservador que congrega representantes da economia vulgar do social-liberalismo e do novo-desenvolvimentismo com hegemonia do primeiro, que trazem consigo a miséria ideológica da economia marginalizada do bem-estar”.

As concepções em torno do neodesenvolvimentismo não se apresentavam de maneira a possibilitar fácil leitura na construção dos primeiros anos do governo Lula, essa composição gera uma necessária identificação com o projeto neoliberal, no qual, materializou-se nos anos 1990 e que na abertura da década seguinte sofreu um novo pacto, uma nova configuração na qual busca alocar crescimento econômico e equidade social, compondo padrões distributivos racionais, o que fez nascer as linhas do pensamento econômico heterodoxo, conforme ressalta Branco (2009, p. 72).

A agenda política do partido no qual elegeu Lula em 2002, é vista por muitos críticos perdurada em um contraditório discurso, face às políticas econômicas, principalmente em relação aos seus precedentes. Burginski (2016, p. 273) ressalta que, o percurso político que difere a agenda do governo FHC em detrimento da agenda do governo Lula se caracteriza pela dicotomia em que, o primeiro embuiu-se numa natureza política estrutural, enquanto que o segundo de natureza conjuntural, apesar de terem apresentado economicamente melhores resultados, assim como, ruptura no modelo político vigente durante o governo Lula. Marques e Mendes, acrescentam que entre 2003 e 2006 no governo Lula,

sua política econômica favoreceu largamente os interesses do capital financeiro nacional e internacional (garantindo elevada rentabilidade mediante a manutenção de elevadas taxas de juros e viabilizando um lucro bancários recorde) e do *agribusiness*, por outro lado, implementou uma série de programas e iniciativas direcionadas ao segmento mais pobre da população brasileira e àqueles até então excluídos de algumas políticas”. (MARQUES, MENDES, 2017, p. 16).

²² Sob os conflitos de classe no governo do PT Armando Boito Jr. (2018) e Francisco de Oliveira (2003), separadamente sustentam que a junção da elite dirigente no governo Lula associada a representação dos movimentos populares integraram a composição da conciliação de classes no qual compõem a agenda do partido e as promessas de campanha eleitoral.

Desse modo, a despeito das emblemáticas etapas políticas que o Brasil vivenciou durante os anos de 2003 a 2006, análises de grandes historiadores e economistas, apontam uma continuidade ao projeto neoliberal, imprimindo apenas pequenas reversões a agenda que estava em curso, que não elevou-se à concepção de proteção social, que a exemplo das políticas de educação, saúde, assistência social e previdência elaboradas sobretudo nos moldes liberais, assegurando assim, evidências de uma reforma tal como os interesses da manutenção da hegemonia burguesa.

Ocorreu na política de saúde no âmbito do Orçamento do SUS, ainda nos primeiros anos do governo Lula, decisões contrárias àquelas que sustentavam um discurso que possibilitaria via política, maior envergadura aos interesses da demanda populacional, especialmente na expectativa do fortalecimento e ampliação de recursos previstos no Orçamento da União, nos quais não se concretizou, causando insatisfação por aquilo que foi discurso de campanha e que não pactuou-se.

Neste mesmo período, no que compete a Reforma da Previdência Social, uma das pautas que elevam maior esforço no posicionamento dos contrários, retornou aos debates compondo pautas retrógradas, especialmente sobre os funcionalismo público, possibilitando ainda abertura para mercantilização das políticas, via previdência complementar, que se fundamenta como retrocesso negligenciador ao exercício de direito constitucional, bem como, se configura como mecanismo de fortalecimento de mercado a favor do capital financeiro internacional, como a Senadora Heloísa Helena denunciou pouco antes de ser retirada do Partido dos Trabalhadores ainda em 2003.

Antunes acrescentou que,

estamos na verdade, diante de uma contrarreforma da imprevidência, de conteúdo fiscalista, que tira dos funcionários públicos para transferir recursos para o sistema privado de previdência, dos fundos de pensão, que de fato vão lucrar muito com essa proposta. Trata-se, portanto, de uma reforma privatista e que incentivará o sistema financeiro do país, imaginando com isso alavancar o capitalismo brasileiro, associando sistema financeiro, sindicatos e fundo de pensão. Por isso, os bancos estão tão felizes com o início do governo Lula. (ANTUNES, 2005).

No que compete os programas de enfrentamento a pobreza, o governo Lula dedicou-se ao investimento em programas que possibilitaram minimizar a extrema miséria, especialmente através do Bolsa Família, um programa que não se configura como um objeto estabelecido em legislação, o que lhe corresponde a manutenção, permanecendo aquém dos programas de governo, ao passo que deveria ser um programa de Estado.

Dessa forma, ao se referir ao programa Bolsa Família, Yazbek (2004, p. 112) ressalta

que, “essa disputa apresenta um grande risco; que o programa permaneça apenas no plano do assistencialismo e do dever moral e humanitário de prestar socorro aos pobres, não se realizando um direito social (e assim não se politizando)”. Aqui, é possível compreendermos que não houve de fato reformas sociais, tal como, questões sociais exijam, como afirmam Marques e Mendes (2007, p. 21) “ a história da acumulação brasileira indica que faz parte da sua dinâmica uma lógica perversa, de forma que, seja qual for o desempenho da economia a desigualdade aumenta e com ela o tamanho da pobreza.

É sobretudo necessário, identificar que as políticas no campo das demandas sociais implementadas logo no início do primeiro mandato do governo Lula, tiveram lugar de destaque no discurso de uma política de governo que sustentava a priorização da retirada do país do mapa da fome, bem como, de recuperação de oportunidades a população em situação de extrema pobreza. Em função disto, havia em curso uma série de propostas voltadas à redução das desigualdades no país.

Ao que compete às políticas de geração de emprego, o governo Lula defendia em seu programa de governo a criação de uma média de 10 milhões de empregos formais, ocorre que em detrimento da oscilação do crescimento econômico e de fatos determinantes a instabilidade do desenvolvimento interno, durante os primeiros anos de governo esse número não alcançou a metade, possibilitando tão somente a estabilização da ocupação informal, o que pode ser somente contabilizado para fins geração de renda, porém, sem quaisquer condições de segurança trabalhista.

Todavia, houve um avanço no campo da fiscalização das condições de trabalho para com a autonomia da Justiça do Trabalho, quando em 2004 foi aprovada a Emenda Constitucional 45, conhecida como Reforma do Judiciário que atribui, entre outros avanços, autonomia em processar e julgar ações advindas das relações de trabalho fiscalizando posto de trabalho que não cumprem requisitos e determinações estabelecidas em lei.

A respeito, muitas críticas permeiam a EC 45 tendo em vista que, essa nova roupagem da Justiça do Trabalho, se configurou como um instrumento de conciliação entre empregado e empregador, instaurando sempre favorecer o empresariado, essas e outras questões foram expressamente elaboradas e colaboraram na criação do PSOL em junho de 2004.

Ainda que na área econômica, a exportação durante o governo Lula tenha demonstrado um salto pertinente a valorização da moeda, bem como da elevada taxa de juros ao nível externo, entre os três primeiros anos o PIB não correspondeu a expectativa, considerando a média inflacionária do país, a saber Marques e Nakatani (2013, p. 2) afirmam que, 2003 apresentou uma expansão de 0,05%, em 2004 de 4,9% e em 2005 de 2,3%, haja vista que, este

último foi um ano de instabilidade política e econômica, porém, de modo geral, a política econômica do governo Lula alcançou um superávit na balança comercial considerável de US\$ 4.177 milhões em 2003 para US\$ 14.199 milhões em 2005.

A política de exportação no governo Lula, especialmente nos primeiros anos foi essencialmente um significativo mecanismo de atividade econômica, capaz de dar sustentabilidade ao processo de crescimento do PIB, corresponsável por fazer cair a inflação que ainda que, no governo FHC permeava a média dos 12%, caindo para 3% no governo Lula, evidenciando adiante, falha e críticas a despeito do desenvolvimento da política de importação.

O ano de 2004 foi para a cúpula governamental do Partido dos Trabalhadores um período antagônico, assim como para o presidente, um ano de instabilidade na política e na governabilidade, culminado uma crise advinda de acusações de corrupção que abalaram as estruturas do partido e que influenciaram diretamente no crescimento econômico do país, eclodindo todas as consequências no ano de 2005, tendo em vista, as revelações apresentadas por meio da CPI dos correios²³, ainda assim, o governo conseguiu manter uma popularidade aceitável.

Referenciado pelas experiências Europeias, o modelo de parceria público-privada criado pela Primeira-Ministra britânica Margareth Thatcher, no qual inovou a gestão da administração pública, havia sido adotado por alguns estados brasileiros e foi legalizado em âmbito nacional um ano após o último acordo entre o país e o FMI²⁴.

Regulamentado por meio da Lei 11.079 de 30 dezembro de 2004, a PPP viabiliza a construção de obras de infraestrutura e institui muitas possibilidades de abertura para Terceirização e privatização de serviços públicos diversos, demonstrando a permanência de elementos estruturais e conjunturais à serviço da hegemonia do capital financeiro.

Rocha Neto e Silva (2022, p. 200) ressaltam que, a instituição da parceria público-privada “foi um modo efetivo de introdução direta da iniciativa privada na questão pública, possibilitando a transferência do fundo público para mãos privadas e também até a gestão direta de serviços públicos, cada vez mais subsumidos à lógica do capital”, estas impactam diretamente nas condições de trabalho que caminharam ferrenhamente para a terceirização.

²³ A CPI dos correios foi um divisor de águas na estabilidade política de Lula e foi criada após denúncia de corrupção de José Dirceu feita por Roberto Jefferson em que na ocasião foi chamada de Mensalão devido ser alvo de esquema de compra de votos dos parlamentares, Carvalho (2018) ressalta que houve uma desaceleração no crescimento do país em 2005, o que recrudescer as críticas a equipe econômica.

²⁴ Santos e Santos (2019) relata que, em 2004 o Brasil enviou quatro cartas de intenções ao FMI, em sua última enviada em 02 de dezembro apresentava um panorama geral do que já havia sido alcançado, justificando-se necessária uma nova renovação de acordo para o ano de 2005 ocasionado pelo PIB, pela inflação e pela continuidade da política de exportação do presente momento.

Seguindo esse esteio crítico, Mello complementa,

a parceria público-privada, que foi jucundamente auspiciada pelo partido governista - outrora comprometido com os interesses da classe trabalhadora, e hoje ponta-de-lança das aspirações dos banqueiros, constitui-se na *creme de la crème* do neoliberalismo pelo seu apaixonado desvelo na proteção do grande capital e das empresas financeiras. Nem mesmo o governo anterior em respeito de sua álcree submissão aos ditames do FMI, ousou patrociná-la, talvez por uma questão de decoro. (MELLO, 2007, p. 743).

Portanto, a institucionalização das PPP se configura como tomada essencial para a implantação de políticas que mercantilizam a expansão da infraestrutura e do serviço público em diversas áreas. Essencialmente o debate e a pluralidade em torno da lei e do seu objeto final imbuuiu-se de análises que as veem como uma cooperação positiva para o fortalecimento do Estado, em oposição a compreensão de que o Estado além de mercantilizado compromete-se ainda mais com a financeirização do público em favor do setor privado.

Entre essas e outras medidas tomadas no governo Lula, os programas de acesso à educação, elevaram grande destaque na gestão do petista, demarcando essa, na história da política brasileira, a denominada democratização do ensino superior, como uma expansão do acesso às universidades, que além da continuidade do FIES criado ainda em 1999, em Janeiro de 2005 o PROUNI passa a integrar a reforma universitária do governo Lula, lançado como uma parceria público privado concedendo bolsas integral ou parcial para alunos de graduação, este que atingiu grande número de pessoas, representa um claro e límpido mecanismo de conciliação com o mercado, atendendo inicialmente aos interesses do setor privado, colaborando para um realinhamento eleitoral.

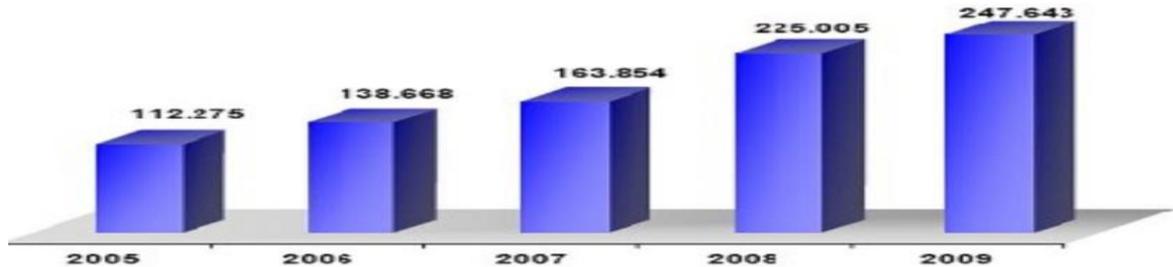
Fonteneles e Crisistomo acrescentam que,

O financiamento do PROUNI é feito pela via do incentivo fiscal nos termos do Art. 8º da Lei 11.096/2005. A renúncia fiscal com finalidade social, já é prática verificada no Brasil há bastante tempo. Na década de 60 do século passado, o governo militar no afã de impulsionar um projeto de desenvolvimento nacional, definiu uma política de incentivo e isenções fiscais, com o propósito de apoiar vários setores da iniciativa privada, dentre os quais se incluía o da educação. (FONTENELES; CRISISTOMO, 2016, p. 5).

Ainda no primeiro ano de programa, foram ofertadas 112.275 bolsas distribuídas em todo território nacional pelas instituições privadas, nessa teia, observa-se que no decorrer da gestão do governo Lula, esse número foi saltando gradativamente, chegando a 247.643 novas bolsas quatro anos após seu lançamento, segundo publicação contida no Portal de Dados do Ministério da Educação. Moreira (2018, p. 13) reitera que, esse avanço numérico, evidencia a potencialidade deste programa como um projeto político que utiliza do “mecanismo de

transferência de recurso público para iniciativa privada”.

Gráfico 2 - Prouni - Bolsas ofertadas por ano



Fonte: Dossiê os anos Lula. Elaboração: Sisprouni

Outra importante decisão do governo em questão, ocorreu no ano de 2005, uma decisão inédita em relação à dívida pública externa, na qual gerou grande polêmica diante da antecipação de quitação do restante da dívida que inicialmente era US\$ 41,75 bilhões tomada em 2002 por FHC.

A Auditora fiscal aposentada Maria Lucia Fatorelli, concedeu entrevista a revista extra classe em 2015 argumentando que, a iniciativa não foi um bom negócio para o Brasil, na ocasião, ressaltou-se que a dívida foi paga as custas de emissão de títulos da dívida interna e que abrimos mão dos juros do FMI de 4% para os juros de títulos a 19%, a auditora concluiu dizendo que a dívida não acabou, ela mudou de lugar a um custo maior.

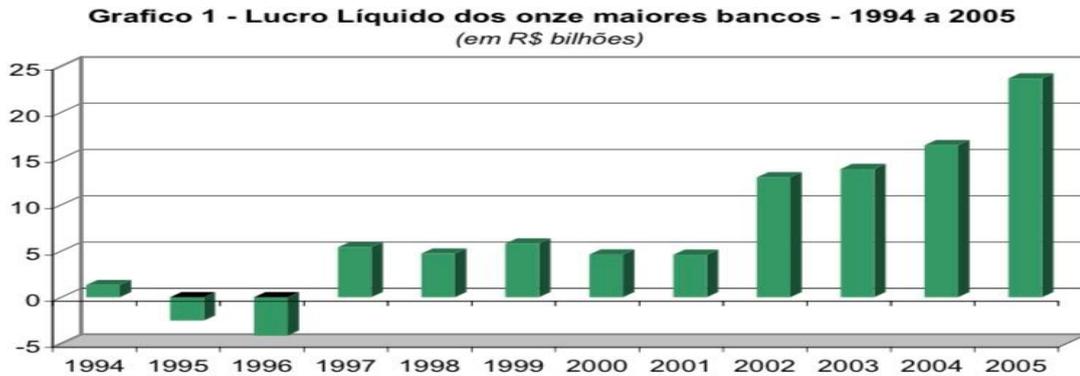
Dessa forma, a abrangência em termos de elevar a imagem do país como o primeiro emergente a quitar a dívida, sob justificativa de que o país deixava de ter a obrigatoriedade de um compromisso com a agenda do FMI não se sustentou, conforme resalta Roberto Piscitelli, professor de finanças públicas da UNB. A roupagem da política de conciliação exercida pelo governo lula conota uma nova conformação ideológica, que mistura elementos de esquerda e de direita, que unem manutenção da estabilidade e ação distributiva, conforme classifica Singer (2009, p. 83).

No segundo semestre de 2005, ganhou notoriedade a lucratividade nos bancos durante o terceiro ano de gestão presidencial, que se deu pela alta dos juros, em especial aos credores da dívida pública. O DIEESE (2006), ressaltou que entre 1994 e 2005, o lucro líquido global dos dez maiores bancos²⁵, registrou aumento de 1.797% e a rentabilidade patrimonial média saltou de 14,1% para 23,3%, o que demonstra uma elevada continuidade no sistema de

²⁵ Periodicamente o Banco Central do Brasil publica o desempenho dos maiores bancos observando o atendimento aos critérios do BC na utilização dos recursos para crédito no alcance do produto.

acumulação do capital portador de juros, apesar do baixo crescimento na economia, o que rendeu um aumento de 52% em relação a 2004 e uma baixa no PIB em relação ao ano anterior, correspondendo a 1,9 trilhões.

Gráfico 3 - Lucro Líquido dos onze maiores bancos - 1994 a 2005



Fonte: BCB/Austin/Balancos Anuais dos Bancos Elaboração: DIEESE. Rede Bancários.

Sobre ano de 2006, que representou o último do primeiro mandato e o ano de sua reeleição, a Petrobrás anunciou uma das suas maiores conquistas, a descoberta do pré-sal, o que rendeu ao Brasil ingressar a OPEP - Organização dos Países Exportador de Petróleo, o que configurou um relativo desentendimento do ponto de vista das relações internacionais com os EUA, tendo em vista, o risco que isso poderia causar ao poder de Washington. Apesar de uma crise política que encerrou o primeiro mandato do governo, em detrimento das acusações de corrupção, o país demonstrava um bom desenvolvimento do ponto de vista econômico, ocasionando boas relações com países emergentes, especialmente com a China.

No que compete aos investimentos financeiros, especialmente para a expansão da infraestrutura, em janeiro de 2007 o governo lançou o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, que objetivava investir no crescimento econômico do Brasil. A respeito do porte desse programa no que compete investimento financeiro e cobertura territorial, o governo Lula chegou a compará-lo com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek - “cinquenta anos em cinco”, lançado em meados da década de 1950, carregado de ideário desenvolvimentista. Lins ressalta que,

O principal objetivo do PAC era retomar o investimento em infraestrutura pelo governo, porém, o programa também representou mudança de ideologia dentro da administração Federal: o gasto público, principalmente em infraestrutura. Entre as obras que o governo se comprometeu a investir, estavam projetos de infraestrutura social, logística, urbana e energética. Segundo o Ministério do Planejamento, a previsão do investimento na primeira fase do programa foi de R\$ 500 bilhões para a primeira fase, que foi de 2007 a 2010. (LINS, 2017).

O programa significou um salto na governabilidade do petista, o que não o isentou de duras críticas quanto ao cumprimento do planejamento, correspondendo ainda, a materialização das medidas aos interesses do setor privado, haja vista que, para acontecer teve o “terreno preparado” quando previu e legalizou as parcerias público e privado ainda no primeiro mandato.

A política de aceleração do crescimento realizada através da construção de grandes obras, incluem a privatização de estradas, o que não se diferenciou nestes termos da política do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que investiu na privatização de grandes empresas conforme Sampaio Jr, (2007) exemplifica, como “um pouco mais do mesmo”, ao compará-la com políticas empregadas nos governos anteriores que seguiram parâmetros do padrão de acumulação neoliberal em países periféricos.

Todavia, as presunções sobre esse ambicioso projeto, asseverou esforços quanto à justificativa das possibilidades de desenvolver emprego e renda e pela capacidade de articulação por setores distintos da sociedade, tornando-se inexorável aos abalos provocados pela crise política enfrentada em 2005, que provocou demasiadamente a elaboração de ações visando a melhoria da imagem do Estado brasileiro.

Ainda em 2007, aconteceu no Brasil importantes eventos que possibilitaram contribuir na superação da crise política na qual ainda evidenciava resquícios, a exemplo os Jogos Pan-Americanos planejado desde a década de 1990, a candidatura da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão de 2016, conduzindo a hipótese em que o governo FHC e o governo Lula buscaram estratégia como o *sport washing*²⁶, objetivando fortalecer as relações internacionais.

Em 2008 eclode a maior crise financeira internacional desde 1929, causando efeitos similares àqueles já experimentados em países emergentes, entre eles contratação do crédito, queda no preço dos *commodities* e com forte saída de capitais estrangeiros, desvalorização do real em relação ao dólar, segundo Carvalho (2018, p. 36). Sobre tal, Lula apontou os impactos sofridos pelo Brasil sob o nível apenas de “uma marolinha” quando tratou dos estragos que a crise poderiam causar à economia brasileira.

Ocorre que, 2009 comprovou que não se tratava de algo tão simples, o que não isentou o país de tomar medidas de grande influência na arrecadação de impostos, acarretando uma queda de R\$ 505,198 bilhões em 2008 para R\$ 497,619 bilhões em 2009, o que ocasionou

²⁶ Esse conceito existe há quase 100 anos e se configura na estratégia de um país que busca melhorar sua imagem por meio da organização de um evento esportivo, objetivando construir a narrativa de um país moderno e aberto ao mundo, principalmente em casos que países estão envolvidos em casos de violação dos direitos humanos ou de corrupção e/ou escândalos, o que o autor francês David Bloch denomina como lavagem desportiva.

aumento direto na dívida externa e interna, segundo Garcia Jr. (2021).

Essa queda na arrecadação posterior à crise de 2008, foi recuperada com aumento de 4,5% das faixas tributadas de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas no ano de 2009 o que influenciou diretamente na recuperação do ano de 2010, Carvalho (2018, p. 37) ressalta que, “parte desse desempenho se deve às políticas que já vinham sendo implantadas antes da crise, ao honrar o aumento planejado nas transferências sociais, no salário mínimo e nos investimentos do PAC e da Petrobras”.

Desse modo, compete ressaltar que, a crise no Brasil foi enfrentada com forte presença do Estado na economia, instrumentos usados por países desenvolvidos, incluindo o incentivo a economia, o que acarretou destaque sobre o país ser o primeiro a sair da crise, tornando-se capa da revista Inglesa *The Economist*²⁷, sob o título *Brazil take off* (Brasil decola), nela foram dedicadas quatorze páginas que dedicou-se evidenciar o que ela chamou “o sucesso da América Latina”.

Como efeito da permanência no satisfatório desempenho econômico do país, garantindo boas relações internacionais em 2009 aconteceu o primeiro encontro entre os países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, nos quais formaram esta cúpula denominada BRICS, idealizada por Jim O’Neill, um economista britânico que à época ocupava o cargo de chefe de economia global do Grupo Goldman Saches, este encontro teve como o objetivo a ampliação dos limites de relações econômicas, potencializando a exportação de *commodities* como matérias advindas de países em que a situação econômica está em desenvolvimento.

Carvalho ressalta que,

entre 2004 e 2010, o Brasil conseguiu obter, junto com as taxas mais altas de crescimento, uma redução das desigualdades sociais e regionais, o aumento sustentado dos salários, a elevação do nível de emprego formal, a melhoria das contas públicas externa, tudo isso mantendo a taxa de inflação sob controle. O investimento cresceu em média 6,7% ao ano no período, superando até mesmo o crescimento do consumo que foi de 4,5%. (CARVALHO, 2018, p. 10).

Sob estes aspectos, Singer (2009) reitera que, o governo Lula encerrou seu segundo mandato com 83% de aprovação, efetivamente pela sustentação de uma agenda que “construiu uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, representado pela expansão do Bolsa Família, pelo aumento do salário mínimo e pela viabilidade do crédito, corresponde nada mais nada menos

²⁷ A revista *The Economics* surgiu em 1843, é produzida em Londres no Reino Unido e alcançou em 2006 uma média de 1,5 milhão de exemplares semanais vendidos. Metade da empresa pertence à família Rothschild, uma família de banqueiros e proprietários do *The Economics Group*.

que a realização de um completo programa de classe” em que dividiu espaço com a manutenção da tripé da macroeconomia.

Corresponde-nos avaliar que, contradições soam forte às análises da agenda do governo Lula, ao ponto que para Francisco de Oliveira asseverou que, a história recente se estrutura em uma razão dual voltada para a era da mundialização dos capitais, da financeirização do capital-dinheiro e da brutal precarização do trabalho, Antunes (2004, p. 161). A diante, nos seus escritos *Hegemonia às Avessas*, o autor destaca que todo esse contexto representa a “transformação do consenso para a manutenção da dominação”, desse modo, diante do que se pode observar, foram medidas contrarreformistas, muito aquém da política de reforma estrutural sustentada pelo partido, menos ainda às expectativas daqueles que almejam uma radicalização na agenda política de governo a qual a década de 1990 evidenciou.

Por isso, conclui-se que, as margens de uma política dedicada a conciliação de classe, o neoliberalismo progressista parte da premissa de que o neoliberalismo é inquestionável, a política industrial, a política do comércio exterior, a política fiscal, a política tributária, a política monetária, o próprio papel do país na divisão internacional do trabalho, a própria divisão internacional do trabalho, o capitalismo, a propriedade dos meios de produção, tudo isso é inquestionável, só que frente a isso apresenta-se um discurso progressista no campo dos costumes, no campo dos direitos humanos, no campo da diversidade, que nos conduz ao processo reflexivo, porém, a política econômica fica imexível, o Banco Central não sai das mãos dos banqueiros, o Ministério da Agricultura não sai das mãos dos latifundiários, o Ministério da Economia não sai das mãos da burguesia.

Observa-nos por fim que, a presente análise do Brasil recente pós-redemocratização, carrega a essência do neoliberalismo progressista, este que não muda a modelagem da política econômica sem revogar as contrarreformas que se escondem atrás dos mitos da austeridade para ajustar os interesses hegemônicos.

3.3 Da crise ao temeroso golpe de 2016

A história política e econômica do Brasil viveu até 2010 um cenário estável do ponto de vista econômico e social, ainda que, perpetuado entre a crise política de 2005 ocorrida no Brasil e a crise econômica global de 2008, na qual foi responsável pela segunda maior instabilidade e recessão registradas até o presente momento. Outrora, destacou-se a imagem adquirida pelo país e divulgada pela revista *The Economics* como forma de reconhecimento às respostas dada à recessão de 2009, subsidiada pela política de exportação, responsável por

manter o país com o crescimento até então apresentado, chegando a 7,5% em 2010 segundo analisa Costas (2016).

Ainda em 2010, foi eleita a petista Dilma Vana Rousseff, primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta do Brasil, a sucessora de Lula pelo Partido dos Trabalhadores, porém, instituída de autonomia política para gerir o governo que se iniciava. Cabe-nos ressaltar que, a cobertura midiática, incluindo grandes esforços internacionais a despeito das tensões ocorridas durante o governo Dilma, levantadas pelo conflito a que se punha no cenário da sociedade brasileira e aliada às divergência de classes, não admitiam as novas faces do cenário econômico como aquele que evidenciam dados como os que Anderson (2020, p. 94) trouxe, sobre o final do segundo mandato de Lula em que “a fatia de commodities primários no pacote de exportação subiu de 28% para 41% e a de bens manufaturados caiu de 55% para 44%, ou seja, já havia evidência que o boom das commodities decaíam a partir de 2011 chegando a alcançar já no primeiro ano do governo Dilma os valores de U\$ 55 na tonelada de ferro que custava U\$ 180, a soja caiu de U\$ 40 para U\$ 18 e o petróleo bruto despencou de U\$ 140 para U\$ 50 o barril”, ou seja, o modelo de valorização na exportação se esgota.

Nesses termos, as análises que permeiam a governança da então presidenta se dividem pela compreensão das tomadas de decisões frente a matriz econômica atribuída ao seu governo, bem como, pela recessão econômica trazida pela recente crise, enfrentada no mundo como uma das causas da crise que eclodiu no Brasil em 2014, desse modo, Carvalho acrescenta que,

as mudanças que marcaram o primeiro governo Dilma tampouco se resumem a um papel maior e distinto para os incentivos até então aplicados no governo Lula: vários elementos da política econômica do período do Milagrinho (2003-2010) foram abandonados e outros eixos passaram a nortear a estratégia de desenvolvimento. (CARVALHO, 2018, p. 40).

Já nos primeiros anos de governo, atendendo a empresários do setor industrial bem como, seguindo a interpretação de muitos economistas, foram adotadas medidas diferentes das quais até então conduziam o crescimento econômico do país, voltadas para exportação, segundo Barbosa Filho (2017, p. 51) “reduziu a produtividade da economia brasileira e, com isso, o produto potencial²⁸, ocasionando ainda investimentos em setores não tão produtivos”, dos quais, pela então denominada Nova Matriz Econômica, eram chamados de “setores estratégicos”, dentre eles, diminuição dos custos das empresas nacionais por meio da

²⁸ José Ronaldo de Castro Sousa Junior (2005) compreende o produto potencial como a capacidade de oferta da economia com pleno emprego dos fatores de produção (capital e trabalho), sendo que o nível de pleno emprego será o máximo possível sem gerar pressões inflacionárias.

desvalorização do real e a redução de juros, ou seja, medida benéfica ao setor industrial (agenda da Fiesp) em detrimento da agenda do sistema bancário.

em outras palavras, a mudança envolveria substituir uma política fiscal expansionista (crescimento de gastos e investimentos públicos) e uma política monetária contracionista (juros alto) por uma política fiscal contracionista (corte de gastos e investimento público) e uma política monetária mais frouxa (juros mais baixos) que facilitasse a desvalorização da moeda.(CARVALHO, 2018, p. 56).

Como cumprimento desta agenda, o governo Dilma lançou ainda em 2011 o PAC II que obteve inicialmente uma ordem de R\$ 955 bilhões destinados a essa segunda etapa. Mascaro (2018, p. 46) acrescenta que, já no início do governo Dilma evidenciou-se que “não eliminaria os pilares do modelo capitalista neoliberal, impedindo a implantação de uma política desenvolvimentista estrito senso, mas como o do seu predecessor, tomaria medidas buscando atenuar os efeitos negativos desse modelo sobre o crescimento econômico”, o autor ainda acrescenta que o “PT governou com e pelo capital brasileiro, mas as classes burguesas e médias passaram a associá-lo aos pobres que nele votaram e a esquerdismo, comunismo e congêneres”.

Os arrochos provocados pela crise *subprime*, que ainda em 2008 já apresentavam os sinais da sua inevitável chegada, no qual ocasionou desaceleração econômica a partir dos anos de 2011, evoluiu para grande recessão de 2015, recessão essa que a luz da elevação dos juros provocado pelo BC via taxa SELIC chegando a 14,25%, evidenciando uma crise provocada para que um golpe fosse patinado mais adiante. (FATORELLI, 2023).

O campo analítico da economia, se divide em compreender esse fenômeno, de tal modo que, para a vertente ortodoxa, os resultados das políticas implantadas no governo Dilma se configuraram como descontrole dos gastos públicos, já para a linha heterodoxa, esta instabilidade se deu como resultado de uma inflexiva política fiscal segundo Chernavsky, Dweck e Teixeira (2020, p. 811).

Carvalho (2018, p. 9), acrescenta que a interpretação no campo ortodoxo da economia avalia que a utilização exagerada do Estado como promotor da distribuição de renda e do crescimento, é que teria levado ao colapso e que a crise econômica seria essencialmente política, o que pode ser observado como um dos três pilares da fase do crescimento desde a década de 70, dos quais, a partir de 2003 dedicou-se ao distributivismo, aquele como alvo de maior crítica, ou seja, disponibilidade do crédito e no investimento público.

Todo modo, compete-nos ressaltar o que advém de uma análise crítica e contextual pautada no viés marxista sobre a crise estrutural do capital, bem como, das estratégias hegemônicas por meio da ofensiva do capital, utilizada para capturar o fundo público, o que se

configura como um fator que determinou a condução da influência midiática na leitura do cenário político e econômico, considerando as contravenções que permeiam as classes sociais.

A despeito Souza (2022), interpreta que o fenômeno no qual deu início a estabilização de uma crise política no Brasil, respondeu ao incômodo da grande hegemonia que utilizou o distributivismo como fator responsável por não atender às expectativas da transformação estrutural²⁹ idealizada pelo grande capital, que ele chama de “classes do privilégio”, ou seja,

Aqueles que logram, na competição social, monopolizar o acesso aos capitais indispensáveis para a reprodução do capitalismo e as fontes do “reconhecimento social diferencial” nesse contexto. Depois de implantado o capitalismo, as classes obedecem, quer tenha ou não consciência disso, as leis comandadas por esse sistema impessoal. (SOUZA, 2002, p. 19).

Nessa perspectiva, o autor, trouxe-nos a compreensão que o que se dirigia no Brasil, se traduz no moralismo da classe média, que diante da ameaça de perder o privilégio diante dos mais pobres e a exclusividade mesmo que ínfimo, ocupando-se ainda da necessidade eminente de ocupar a primeira fila da sustentação da elite, começou a se levantar por meio de uma rede de interesses capaz de investir no rompimento da diminuição da desigualdade.

Chauí, (2016, p. 24) reitera que, a despeito do moralismo da classe média, estando ela fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, encontra-se também fora do núcleo do poder político: ela não detém o poder do Estado (que pertence à classe dominante) nem o poder social da classe trabalhadora organizada. Isso a coloca numa posição que a define não somente por sua posição econômico-político, mas também e sobretudo por seu lugar ideológico - e este tende a ser contraditório.

No início de 2013, o capital internacional e a fração da burguesia a ele integrada iniciaram uma ofensiva política contra o governo Dilma. Devemos denomina-la como uma ofensiva restauradora, porque seu objetivo era restaurar a hegemonia do neoliberalismo puro e duro, Boito Jr. (2016, p. 37).

Diante desse fazer, é possível elencar alguns episódios que se conformaram em favor do conflito distributivo e pela apropriação da riqueza, em oposição a agenda do governo Dilma, utilizando o teor das medidas adotadas e da lenta recuperação, como justificativa e impulsionador por diversos momentos, um deles foi o grande movimento que eclodiu às ruas

²⁹ De acordo com Marx, a transformação estrutural envolve a superação do modo de produção capitalista, que é caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção, a exploração dos trabalhadores e a busca incessante pelo lucro. Marx argumentava que a transformação estrutural deveria levar à construção de uma sociedade socialista, onde a propriedade dos meios de produção seria coletiva e a produção seria organizada de forma racional, visando atender às necessidades da sociedade como um todo, em vez de buscar o lucro para um grupo restrito de proprietários.

em junho de 2013 como um movimento de massas, ocorrido em mais de 500 cidades em todo país e que impulsionaram o início de uma sólida desestabilização política do governo Dilma.

A organização desse grande movimento teve a internet como fio condutor e possibilitou à chamada de diversas causas para compor aquilo que foi publicizado como “movimento contra o aumento na tarifa do transporte público” MPL- Movimento do passe livre e o denominado “não vai ter copa”, em suma, teoricamente fundamentado devido aumento inflacionário, no qual o BC possui grande parcela de responsabilidade e do combate à corrupção sem precedentes.

Ocorre que, a leitura crítica sobre a origem a jornada de 2013 a evidencia como resposta do movimento de manipulação do grande capital, contrária às expansão das políticas populares e incisivas de distribuição de renda implantadas nos últimos anos, composta por um movimento anônimo que se revelou em 18 de Junho, por meio de um material midiático em formato de vídeo intitulado “Anonymous Brasil - As 5 causas!”, no qual tomou em poucas horas um alcance de milhões de pessoas, neste ato, a mídia nacional e internacional passa a compor abertamente ao grupo que alimenta o interesse hegemônico nesta luta de classe, potencializando os problemas e acirrando o processo de despolitização, bem como o esvaziamento de pautas, incluindo desde a grande mídia brasileira, especialmente na composição de todos os meios de comunicação de grupos como a exemplo Globo e Folha de São Paulo, bem como outros de alcance internacional, cumprindo fidedignamente o papel a que foi designado, o “quarto poder”.

Moraes acrescenta que,

os veículos de massa se situam no centro das disputas pela hegemonia política e cultural, atuando na estreita associação com elites, corporações e partidos conservadores com o propósito de enfraquecer e desestabilizar governos comprometidos com a soberania nacional, a inclusão social, a proteção dos direitos humanos e a regulação dos audiovisual. (MORAES, 2017, p. 16).

A exemplo, a Revista *The Economics* publicou em Setembro de 2013 a chamada descrita “o Brasil explodiu?” evidenciando a comparação do crescimento em 2010 de 7,5% para a taxa desacelerada em 2011 na casa de 2,7% e ainda de 0,9% em 2012, em que traçou um panorama à queda no desenvolvimento do país, atribuindo-o ao que a revista denominou ao afirmar que “o setor público brasileiro impõe um fardo particularmente pesado ao setor privado” e que “as empresas enfrentam o código tributário mais oneroso do mundo, os impostos sobre a folha de pagamento adiciona 58% aos salários e o governo tem suas prioridades de gastos de cabeça para baixo” e comparando os investimentos entre pensões com infraestrutura que segundo a revista, gira em torno de apenas 16% do PIB em comparação aos países de grande economia que chega a 71% do PIB.

Outro ponto destacado faz menção a condução das reformas, nas quais na visão da

revista britânica, deviam focar na previdência social, ou seja, solapar os direitos da classe trabalhadora em termos de porcentagem do aumento salarial conquistados especialmente no período distributivismo da era Lula entre 2003 e 2005, em favor do aprimoramento do setor privado, às custas da restrição dos gastos públicos.

As tensões em torno da crise política no governo Dilma tiveram continuidade em movimentos que se espalharam em contínuo meses depois de Junho, demonstrando uma frágil e quase inexistente conciliação de classes, e que não foi revertida com sua reeleição no final de 2014, quando o governo declara o compromisso eleitoral de medidas populares, prometendo a estabilização da inflação, que causou significativo endividamento familiar, Anderson (2020, p. 94) destaca, “o pagamento de juros sobre crédito familiar absorvia mais de $\frac{1}{5}$ da renda média disponível aos brasileiros”.

As reformas prometidas na candidatura à reeleição em 2014, voltaram-se para a guinada à esquerda com reformas no campo agrário, urbano, tributário, da mídia e política, ou seja, a construção de um novo discurso que 2015 demonstrou não ser a agenda da reeleita presidente do Brasil.

A austeridade, via medidas de ajuste fiscal se tornou a cereja do bolo do discurso do início do segundo mandato de Dilma, ao ponto que, houve alteração da equipe econômica, abandonando as premissas da “Nova Matriz Econômica” como relembra Anderson (2020, p. 93) “agora era imperativo cortar os gastos sociais, reduzir o crédito dos bancos públicos, leiloar propriedades do Estado e aumentar impostos para trazer o orçamento de volta ao superávit, o Banco Central logo aumentou sua taxa de juros para 14,25%”, esse ajuste fiscal se configura como um sinal aos interesses da burguesia.

Uma série de medidas trabalhistas e previdenciárias foram estabelecidas pelo Projeto de Lei Complementar 257 iniciado ainda em 2014, se configurando como um pacote de ajustes fiscal com foco na negociação da dívida dos estados, por meio da imposição no limite dos gastos públicos e na reforma da previdência, o gerou entre o setor público uma série de manifestações contrárias à decisão, estes que representavam a primeira etapa das medidas tomadas para meta de superávit, prosseguindo para o congelamento de despesas e por fim, caso necessário a suspensão do aumento do salário mínimo.

o resultado primário do governo central de 2014 (*deficit* de 0,3% do PIB segundo apuração do Tesouro ou 0,4% do PIB pelo Banco Central) é a pior da série desde a introdução do regime de metas, em 1999. Comparando com o pico de *superavit* registrado em 2008 (2,8% do PIB), o resultado de 2014 indica uma deterioração fiscal da ordem de 3,2 p.p do PIB num período de seis anos, o que reflete não apenas fatores cíclicos (ou seja, a desaceleração econômica registrada desde 2008). (IPEA, 2015, p. 12).

Carvalho (2018, p. 97) ressalta que, as medidas de ajuste divulgadas entre o final de 2014 e o início de 2015 incluíram uma redução de R\$ 58 bilhões de reais nos gastos com o PAC II, uma economia de R\$ 18 bilhões pela alteração das regras para o recebimento do seguro-desemprego, abono salarial e auxílio-doença. As medidas ocasionaram estagnação da economia projetando o nível de desemprego em grande proporção chegando a 9,6% segundo o IBGE, e consequentemente causando reajuste nos preços da energia elétrica, gás e gasolina, o que levou a diminuição no poder de consumo das famílias.

Mendes (2022, p. 105), associa também a alta do desemprego a “inflação dos diplomas”, a tese justifica que a demanda por profissionais graduados não acompanhou a oferta do efeito pela expansão, o que os autores denominam de uma “nova classe trabalhadora”, aquela que geração oriunda das políticas inclusivas do governo petista, na qual saíram da condição de subempregos em que seus pais haviam sido condenados, porém, enfrentando dificuldades de se inserir no mercado.

Vale observar que também sob essa ótica, para Marilena Chauí (2016), a ascensão do conservadorismo da classe média incomodada com o surgimento de uma nova classe trabalhadora³⁰ reconfigurada com as políticas inclusivas no governo petista, mas que não foi politizada, que por isso, incorre nas ilusões democráticas levantadas pela grande hegemonia. Em suma, uma estratégia que não logrou reimprimir a conciliação de classes administrada entre 2003 e 2010, este cenário se configurou como um momento crucial para ascensão do movimento de direita, que objetivaram a queda de toda e qualquer ameaça de políticas distuibutivas e da retomada de índices sociais favoráveis, e de um possível crescimento econômico.

Abramides (2017, p. 380) ressalta que os avanços das medidas, em nome da "responsabilidade fiscal", a serviço da hegemonia do capital especulativo-parasitário, tem capturado o fundo público, que deveria se voltar para a assistência social previdência, educação, saúde, serviços e trabalho de qualidade, com remuneração e recursos orçamentários do fundo público.

Os arrochos anunciados em 2015 tomaram proporções paralelas a outros em tempos de grandes crises no Brasil, a exemplo da complexidade, durante chamada televisiva no mês de Maio em rede nacional, a presidenta Dilma reconhecia tamanha proporcionalidade,

³⁰ Podemos encontra em Jessé Souza (2016) Marilena Chauí (2016) componentes quanto a essa nova classe trabalhadora, cuja inserção econômica e social foram transformada pelo neoliberalismo em força produtiva, não são mais mais um saber autônomo que o capital aplica na economia, uma força do paradigma da informação como forma contemporânea do pensamento e da operação do capital.

justificando-a como resposta às causas trazidas pela crise de 2008, especialmente para classe trabalhadora, em que ela denominou de “problemas conjunturais”, nos quais seriam aliviados ao passo que “distribuídos os esforços de maneira justa e suportável para todos”, concluindo que “o esforço fiscal não é um fim em si mesmo e o que o compromisso com a classe trabalhadora seria mantido”.

Sob esse quadro econômico, em fevereiro de 2015 o Ipea alertou,

Há um grande risco de que o ajuste fiscal a ser promovido em 2015 se baseie em corte em investimento público, num ciclo muito parecido com o que ocorreu em 2011, quando para sinalizar um auxílio à política monetária, o governo anunciou um aperto fiscal. Na ocasião, a postergação do pagamento de investimento interrompeu uma trajetória de crescimento destes, gerando uma inércia que só foi resolvida em 2014, com consequências negativas para a infraestrutura econômica do país. (IPEA, 2015, p. 12).

O profundo contingenciamento estipulado para um curto prazo de cinco meses, visava sair do déficit de 0,6% para um superávit de 1,2% do ano seguinte, como mecanismo de enfrentamento à queda prevista no PIB de 1,2% conforme noticiou El País em maio de 2015, por meio de matéria intitulada “Guia básico para entender o que o ajuste fiscal de 2015 muda na sua vida”. Ocorre que, sessenta dias depois novo ajuste fiscal foi anunciado, novas projeções para queda do PIB foram anunciadas, alterando a meta até então estipulada, que dos improváveis 2% alcançou a casa de 3,5% e uma inflação de 10,67% ao final de 2015. (CARVALHO, 2018).

Estabelecido esse contexto de queda no crescimento econômico do país, que se tornou uma justificativa, pelo aligeiramento do domínio político a que se formara com tamanha obscuridade, aliado ao subjacente golpe de Estado orquestrado pelos sujeitos de um grande projeto, ainda no final de 2015, duas denúncias tornaram-se instrumento de viabilização da destituição do governo Dilma concretizando a “função de reorganização política, social e econômica motivada por disputa entre as elites”. (MENDES, 2022, p. 135).

Acusada de infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal no cumprimento do orçamento público de 2014, e analisado pela prestação de contas via Tribunal de Contas da União, como uma operação irregular de crédito, denominado popularmente de “pedalada fiscal”, o que de fato, se configura apenas no adiamento na transferência de recursos do Tesouro Nacional para os pagamento de programas sociais e subsídios repassados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e autarquia como o BNDES, intercorrendo com o que os bancos cumprissem os compromissos com a população em troca de juros pagos pelo governo a posteriori, o que o TCU chamou de manobras de financiamento, fazendo como que em Abril de 2015 houvesse a

decisão de que a manobra feriu a LRF, desencadeando um embasamento para denúncia do impeachment à função pública de Dilma Rousseff, sem considerar que, para além de qualquer discussão política, é importante ressaltar que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso praticou tais operações financeiras, sem sofrer qualquer repressão.

Tal denúncia, nascida na procuradoria da Justiça, passou pela manutenção do presidente, da Comissão e do Plenário da Câmara dos Deputados, e por fim, foi chancelada pelo Senado entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, sem quaisquer justificativa fundamentada nos preceitos jurídicos, conforme destaca o jurista e professor da faculdade de direito da USP Dalmo Dallari em entrevista ao Observatório do Terceiro Setor. O magistrado complementou que o impeachment se efetivou puramente para o cumprimento de uma ofensiva reacionária como reflexo do inconformismo, que culminou como uma farsa parlamentar.

Ao longo de 2015, convencida de que o petismo não seria capaz de realizar as contrarreformas, a austeridade fiscal e os ataques aos direitos sociais com a velocidade e a profundidade exigidas pelo capital em tempos de crise, a burguesia impudentemente optou pelo golpe, Demier (2019, p. 123).

Sobre tal, refutando-se a Singer (2016), na tentativa de conciliação de classes, na qual sempre se configurou a base petista, até a chegada da campanha de 2014, Dilma governou sob o ponto de vista antiliberal e que após a entrada no segundo mandato, as escolhas denotaram estreito relacionamento com empresários e com mercado em geral, o que fez com o que sua aprovação por parte da classe trabalhadora caísse demasiadamente, erigindo um conflito no qual, se sustentou no que Iasi (2017), denomina de “governabilidade pelo alto”.

Ocorre que, há um esforço estratosférico em torno de várias áreas do conhecimento entre eles jornalistas, historiadores, economistas sejam eles ortodoxos ou heterodoxos, que buscam decifrar as condicionalidades impostas às decisões tomadas pela então presidente Dilma, especialmente no segundo mandato, a fim de, justificar as manifestações, bem como e as refrações classistas que eclodiram em torno do que Demier (2017), chamou de democracia blindada³¹, como um modelo inovador de domínio político dado início de sua vigência, contrária a qualquer governo que sinalize um reformismo baseado no pacto social.

O que o dia 02 de dezembro de 2015 representa, pode ser considerado o marco do prenunciamento do que Dieguez (2022), retratou como o “ovo da serpente” em ascensão no

³¹ A retirada de direitos nos quais são considerados privilégios dentro do contexto neoliberal, se configura como basilar nessa forma de dominação política somadas às medidas de ajuste fiscal de um caráter contrarreformista por meio de imposição, no qual institui um alto grau de repressão que Felipe Demier (2019) denominou-a de democracia blindada em que na versão brasileira é periférica e dependente, a fim de, reproduzir a desigualdade.

Brasil pós redemocratização, que pode-nos também trazer a memória o golpe de Estado de 02 de Dezembro de 1851 cometido na França, no qual inspirou Marx à escrita do célebre *18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852), em que dele interpretou-se que, “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”.

“*A solução mais fácil é botar o Michel (Temer) ... é um acordo botar o Michel, num grande acordo nacional..com o Supremo, com tudo*” disse o então senador Sérgio Machado em conversa ocorrida em Março de 2016 com o então senador e Ministro do Planejamento Romero Jucá, por meio de interceptação divulgada pela Folha de São Paulo em 26 Maio de 2016. Nestes termos, aquele que ocupou os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados, Secretário de Segurança Pública, Procurador Geral do Estado de São Paulo, Vice-Presidente da República, entra para a história política do Brasil como primeiro presidente ilegítimo após a redemocratização, à partir de 13 de Maio ainda de modo interino e em definitivo em 31 de Agosto.

Meses antes de ser instituído o golpe de Estado vivido no Brasil em 2016, o PMDB lançou no dia 29 de Outubro de 2015 um documento intitulado “Ponte para o Futuro” como representativa agenda de medidas contrarreformistas, que focalizavam em quatro grandes objetivos, nas quais foram elencadas por Braz (2017, p. 95), realocar a situação de influência prioritária em benefício da dominância imperialista dos EUA, diferente do debate de soberania nacional de enfrentamento à dependência; implantar uma profunda reforma trabalhista, atacando políticas sociais que beneficiam fundamentalmente o trabalhador; trazer a cruzada conservadora e reacionária ao cenário brasileiro e por fim colocar as políticas sociais nas medidas das políticas neoliberais.

Paulani destaca que,

essa ponte, agora em construção pelo golpista Temer com o auxílio dos Tucanos, não mira apenas os programas sociais e as políticas públicas petistas. Ela busca principalmente destruir a Constituição de 1988 e os direitos sociais que ela garante. Sob um pretexto de um “novo regime fiscal, requer um novo regime orçamentário”, o programa de Temer fala claramente em acabar com a obrigatoriedade constitucional dos gastos com educação e saúde, o que significa menos escolas e creches e menos verbas para universidades públicas [...] significa também a possibilidade de aprimorar a construção do SUS. (PAULANI, 2016, p. 93).

Complementarmente Singer (2018), relaciona que “se verá que Temer tinha um projeto completo, sua meta não era apenas a de tapar um buraco ocasionado pela crise, como fez Itamar Franco em 1992 ou mesmo Sarney em 1985, mas sim de alterar a natureza do regime nascido na Constituição de 1988, o que pode ser confirmado ao longo das suas feitorias, em suma, um poder de interesses à direita. Já na condição de interino, os primeiros quinze dias de Michel

Temer na presidência foram dedicados a elaborar proposta de meta fiscal duas vezes maior que a meta do governo anterior avaliado em R\$ 170,5 bilhões, aprovado sem qualquer impedimento pela Câmara e pelo Senado, o que evidencia a voga de um acordo previamente estabelecido pela cúpula judiciária.

Com intuito de amenizar o caráter de austeridade contido na direção da governabilidade instituído por Temer, o documento “Ponte para o Futuro” elaborado pelo partido do presidente, trazia trechos dedicados a desresponsabilizar-se, efetivando um entendimento de que se tratava de uma única e possível conduta, a fim de, resolver a crise fiscal vivida no Brasil dizendo “solução destas questões não é apenas de natureza técnica: depende de decisão política. Na ausência de uma ação forte e articulada, que conduza a um conjunto de reformas nas leis e na Constituição, a crise fiscal não será resolvida”. (PMDB, 2015, p. 07).

Tal modo, este se apresenta como o movimento de uma minoria reacionária que busca o apoio da grande maioria, ou seja, o povo, em defesa dos interesses capitalistas, Mascaro (2022 p. 25), atribui às ilusões juspositivistas, no qual possibilita que, identifiquemos essa vertente face às medidas de austeridade no Brasil recente.

Ainda em setembro de 2016, o governo Temer apresenta a MP 727 criando um programa de intensa privatização do patrimônio público brasileiro, fortalecendo a relação entre Estado e setor privado, contudo, sob a égide da regulação do Estado, pelo seu teor pautado na desestatização, no qual, foi elaborado.

Entre outras propostas, a privatização tomou frente dos projetos de governabilidade de Michel Temer que, paralelamente atuou em defesa de uma extensa agenda dedicada amalgamar outros projetos burgueses em andamento no Brasil. Destacam-se entre eles a mercantilização das políticas sociais junto ao discurso da reforma previdenciária, cria-se a Secretaria da Previdência subordinada ao Ministério da Fazenda, cujo responsável pela pasta apresentava larga experiência no setor de previdência privada.

A reforma previdenciária foi um dos grandes gargalos do governo Temer, capaz de gerar controvérsias até mesmo dos seus apoiadores, esta se deu como uma das suas medidas mais polêmicas, gerando oposições e contrariedades tanto por parte do poder judiciário quanto da sociedade, o que não ocasionou aprovação desta, a PEC 287 também trazia onerosa proposta do ponto de vista social, visto que, tendia a reformular critérios do BPC, ocasionando uma modernização no caráter seletivo e focalista dos programas de transferência de renda, no qual propunha aumentar a idade mínima para o alcance do benefício, bem como, desvincular o valor deste ao valor do salário mínimo.

Diferentemente da anterior, a reforma trabalhista não só não foi recusada pela Câmara

e pelo Senado, como também teve seu teor destrutivo ampliado. O PL 6.787/2016 convertido na Lei 13.467/2017, foi defendida pelo governo Temer como uma política capaz de diminuir os índices de desemprego e o combate a informalidade no trabalho.

Antunes ressalta que,

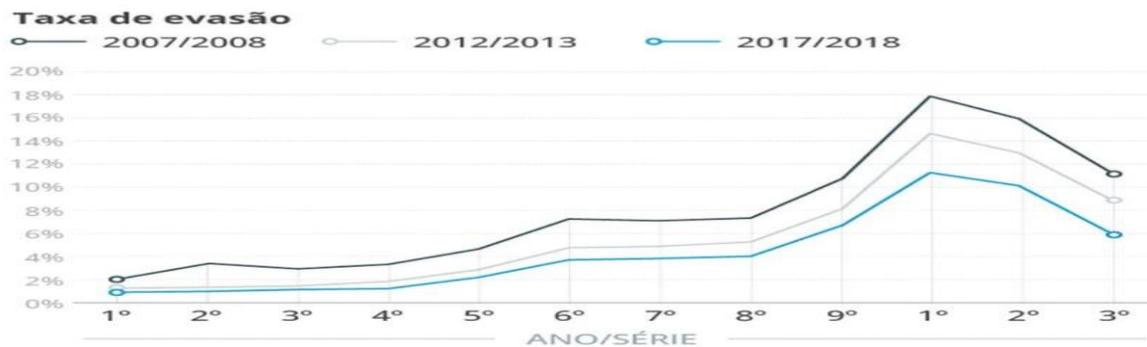
o projeto reformista do governo federal constitui um grave ataque aos direitos dos trabalhadores, medida que não foi empreendida nem mesmo na ditadura militar. Desde 1970 estamos assistindo a uma contrarrevolução burguesa muito profunda, chegamos ao período mais destrutivo da história do capitalismo, no qual a barbárie neoliberal vem promovendo o desmonte e a privatização de tudo que for possível. (ANTUNES, 2017).

Esse avanço promoveu demasiadamente ampliação da terceirização como resposta e destas medidas, nas quais cresceram essa categoria a números grandiosos, a exemplo Abramides (2017, p. 378) acrescenta que, em 1995 (FHC) havia 1,8 milhões de trabalhadores terceirizados, em 2005 (Lula) eram 4,1 milhões, em 2013 (Dilma) esse número chega a 12,7 milhões, concluindo que em 2016 (Temer) alcançou a casa dos 13 milhões.

No campo da educação, houve ainda a apresentação de uma catastrófica reforma voltada para o ensino médio por meio da MP 746, que foi subsidiada por uma exposição de motivos assinada pelo o então Ministro da Educação José de Mendonça Filho, no qual consta 25 itens que foram capaz de externar a capacidade destrutiva de uma formação integral a condição social da juventude brasileira, unicamente, a fim de atender os interesses do capital. Entre os motivos elencados, vale destacar que a MP dedicou-se a construir um cenário de opiniões unilateralizadas sem possibilitar, tão pouco e sem inserir os setores da sociedade a quem se direcionava.

Com um prazo de apenas quatro dias úteis, o documento em questão, foi convertido em MP ainda no primeiro mês em que Michel Temer havia se tornado oficialmente presidente do país, restando claro que já nasceu com força de lei. As principais mudanças estabelecidas davam conta que o modelo do ensino médio não atendia a realidade brasileira e não demonstrava eficiência nos resultados quanto a formação básica, ao passo que interpretadas que a intensidade curricular nos moldes em vigência é fator que corrobora a evasão escolar e que ainda, não corresponde às proposituras mercadológicas, mas que evidentemente é um projeto de formação da classe trabalhadora à serviço do capital.

Gráfico 4 - Evasão Escolar no Brasil



Fonte: Extra Brasil

Como bem ressalta Moraes,

No Brasil, as medidas atuais no campo educacional - Base Nacional Curricular Comum - BNCC e Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), Diretrizes curriculares para Educação Técnica e Tecnológica e suas formas de implementação são inseparáveis das políticas econômicas de contingenciamento de gastos, das reformas trabalhistas e na previdência. (MORAES, 2023, p. 2).

Dentre as diversas medidas apresentadas no curto prazo do governo Temer, sobretudo a que se configura objeto deste estudo, foi apresentada em 2016 a PEC 95 - Proposta de Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, uma medida que visava cada vez mais inserir o Brasil no processo de mundialização financeira, segundo Silva (2020, p. 81), redimensionado a função do Estado, ao passo que, ajustes fiscais se materializam na diminuição do estado, via medidas contrarreformistas, evidenciando o processo de fascistização da sociedade brasileira.

Moraes acrescenta que,

a reforma ou contrarreforma é parte integrante de um amplo projeto, de vida e sociedade no capitalismo em crise, e surge portanto em um momento radical de desmanche das conquistas sociais, de desconstrução de um longo ciclo de direitos, e de consolidação do legado trabalhista, de instalação de uma cidadania salarial no país. (MORAES, 2023, p. 3).

Neste cenário, tais medidas se inserem enquanto mecanismo de redefinição do papel do Estado, acarretando a constitucionalização de um novo regime fiscal no Brasil, redefinindo o aparato institucional reduzindo os aspectos da proteção social, na qual integra à assistência social, saúde, previdência social, educação e seguro desemprego na disputa do fundo público por meio do orçamento público, materializada por “gestores do chicote e políticos da antipolítica”. (CISLAGHI; DEMIER, 2019, p. 12).

3.3.1 A PEC 95/2016: um pacote de perdas de direitos sociais

Diante das aproximações elencadas sobre o teor contrarreformista no processo de governabilidade pós redemocratização, Salvador (2017, p. 129) ressalta que, no Brasil, nos governos tanto peessedebistas quanto petistas, como vimos, permaneceu uma perversa concentração de renda via financiamento do fundo público.

Nesta seção, vale-nos pontuar que no governo FHC um importante instrumento de medidas de ajuste fiscal, foi aprovado no ano de 1999, sendo ela a Lei Complementar nº 96 Rita Camata II que previa limites de despesa para o Executivo, porém, por não integrar o Legislativo e o Judiciário, em 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal a substituí abrangendo então os três poderes e reforçando leis orçamentárias como a LDO, LOA e PPA. Portanto, o que fundamentou a PEC 95, não pode ser referenciado com um caráter inusitado no território brasileiro, a não ser pelo nível destrutivo a que esta se refere.

“Altera o Ato das disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal”, foi com esta emenda que a Proposta de Emenda Constitucional Nº 241/2016 de iniciativa da Presidência da República foi encaminhada à Câmara dos Deputados em Junho de 2016, pautando o maior ajuste fiscal da economia do país e promovendo a abertura de um novo regime do sistema tributário que, ao passo de sua conclusão “acaba com as fontes exclusivas de acordo com o financiamento de políticas sociais”. (SILVA, 2020, p. 85).

Seguidos os trâmites legislativos, em 09 de outubro de 2016 a proposta foi definida em um primeiro jantar oferecido por Michel Temer para cerca de trezentas pessoas, em que Sassatelli (2016), referenciou-o como um “jantar regado a interesses políticos escusos”, onde na ocasião as estratégias de aprovação foram descaradamente combinadas, a fim de rebater a PGR- Procuradoria Geral da União quanto à inconstitucionalidade da emenda ora sustentada.

A então medida foi aprovada pela Câmara dos Deputados, em seguida o Senado Federal recebeu-a, instituindo como Relator o Senador Eunício Oliveira que apresentou posicionamento favorável, porém, contrário às 58 emendas dispensadas pelos Senadores de oposição que, a exemplo a Senadora Erika Kokay do PT/DF sugeriu que houvesse também um limite para pagamento de despesas com a dívida pública, excluindo ainda limite de despesas com políticas sociais como saúde, educação, assistência social, ciência e tecnologia, saneamento. O posicionamento do relator demonstrou a quão sólida é a base ao projeto de austeridade proposta por Michel Temer, que por conseguinte, em 13 de dezembro possibilitou que o Brasil vivenciasse um dos maiores espetáculos contra a Constituição Federal de 1988 na ocasião da aprovação da EC 95 que determina,

Art. 106 Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e de Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 107 Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias. (BRASIL, 1988).

A rigor da PEC 95, foram propostas medidas de ajuste fiscal, nas quais corroboram o mais alto nível de estrangulamento das políticas sociais, por meio dos cortes no orçamento durante vinte anos a contar da data de sua aprovação, limitando o crescimento anual dos investimentos públicos as despesas primárias à taxa de inflação do ano anterior, no qual, por sua capacidade destrutiva demonstra seu impacto negativo nos programas sociais e serviços públicos, pois, limita a capacidade de investimento em saúde, educação e bem-estar social, bem como, dos constitucionais direitos voltados à seguridade social, haja vista que, a inflexibilidade do teto de gastos não leva em conta o crescimento econômico do país, o que resulta em uma redução de longo prazo nos investimentos públicos assegurados constitucionalmente.

A “PEC da morte”, assim como foi chamada pela oposição partidária, demonstra que, as escolhas econômicas não são apenas questões de taxa de crescimento e déficits, mas questão de vida ou morte” Stuckler e Basu (2022, p. 9). A PEC 95 foi desde o início espaço de acalorado debate político com apoiadores e opositores, apresentando seus argumentos na mídia, na comunidade acadêmica e na arena política, a exemplo o IPEA (2015) trouxe que, Alesina e Perotti (1996) foram os primeiros a sustentar que a probabilidade de uma contração fiscal se tornar exitosa (em termos de efeitos positivos sobre o PIB) dependeria da forma como ela fosse realizada, se por meio de cortes no orçamento corrente (boa qualidade), se mediante redução dos investimentos e aumentos de impostos (má qualidade).

Ocorre que, ainda não há indícios que este seja o caminho ideal para o alcance do superávit primário, incidindo no crescimento do ponto de vista econômico. Stuckler e Basu (2014), em sua obra *Economia Desumana: porque mata a austeridade*, entregaram algumas experiências, especialmente no âmbito da saúde populacional, nas quais evidenciam que, as medidas de ajustes colocam em risco a vida das pessoas, sem garantia de alcance do objetivo proposto.

Os autores, analisaram uma grade de países que escolheram caminhos distintos para enfrentamento de crises econômicas seguindo ou não as orientações do FMI, no qual prescreve medidas de austeridade e corte de gastos públicos.

Sobre o Brasil, estes acreditam que o país “faz parte de um experimento em curso” e que as experiências de outros países devem ser levadas em consideração. Embora este não seja o propósito desta seção, assim como indica o autor, é necessário que os resultados precedentes

apresentados pela história econômica, sejam considerados para fins de compreensão das escolhas tomadas diante das crises econômicas, especialmente em países dependentes.

Gomes (2015, p. 1) acrescenta que, este modelo de estabilização econômica por meio do ajuste fiscal não ocorre apenas no Brasil, mas que passa pela Europa, com destaque para a Grécia, na chamada austeridade fiscal. O que muda é apenas a intensidade e o destino destes recursos cortados dos gastos sociais.

Há na guinada de sustentação desse novo regime fiscal, a justificativa de que a ausência de crescimento tem gerado o déficit público no qual o país tem enfrentado especialmente a partir de 2011, sendo este o primeiro motivo, seguindo da elevada despesa pública que impulsiona a dívida pública. Em um segundo jantar, este oferecido a uma média de 80 pessoas, Temer afirmou “vivemos uma recessão extremamente preocupante, o primeiro passo é tirar o país da recessão para começar o crescimento e depois o emprego e que as medidas tomadas não devam ser doces e que estas visam o futuro e não o presente. (SASSATELLI, 2016).

O investimento nas políticas elencadas e apresentadas nas tabelas a seguir, demonstram uma sucessiva instabilidade de recurso aplicado a estas ano a ano, porém, em sua grande maioria em declínio, demonstrando um endurecimento nas políticas de ajuste fiscal, que atualmente a rigor da EC 95, mas que vinha se fortalecendo desde a implantação da LRF e com o Fundo de Estabilização Fiscal (1994) transformada em DRU³², se perfazendo como mecanismos que legalizaram a priorização da dívida pública e os saques aos cofres públicos. Salvador (2010, p. 37) ressalta que a DRU é a alquimia que transforma recursos da Seguridade Social em receita do orçamento fiscal. Segundo Gomes,

Na busca de priorizar o serviço da dívida pública duas iniciativas foram decisivas: a primeira foi a constituição de um gigantesco superávit primário, a cada ano. A segunda foi a criação da LRF, que surgiu com o discurso de criar mecanismos de transparência das contas públicas para evitar descontrole nos gastos públicos. Todavia acabou foi estabelecendo limites para os gastos sociais de forma a assegurar o pagamento do serviço da dívida pública. (GOMES, 2015, p. 1).

Sobre este aspecto, no que configura o item “um retrato do presente” apresentado pelo documento que oficializa o programa “Uma Ponte Para o Futuro”, argumentou-se que o Estado brasileiro viveu uma severa crise fiscal, com déficits nominais de 6% do PIB em 2014 e de inéditos 9% em 2015 e uma despesa pública que cresce acima da renda nacional, resultando

³² A Desvinculação de Receita da União se refere a 30% do que o Governo Federal arrecada e que pode ser utilizado sem regras. Na prática, permite à União aplicar os recursos destinados por lei a áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário, desde que respeitando os gastos mínimos constitucionais exigidos para cada área, com isso, possibilita o manejo de recursos para o pagamento de juros da dívida pública.

numa trajetória de crescimento insustentável da dívida pública que se aproxima de 70% do PIB e deve continuar a se elevar, ao mesmo que reformas estruturais sejam feitas para conter o crescimento da despesa. (PMDB, 2015, p. 3).

Tabela 1 - Orçamento Geral da União e % para políticas públicas 2011-2016

Ano	Orçamento Geral da União (pago)	Pagamento de juros e amortização da dívida pública	Invest. em Educação	Invest. em Saúde	Invest.. em Assistência Social	Invest. em Previdência Social
2011	R\$ 1,571 Tri	45,05%	2,99%	4,07%	2,85%	22,01%
2012	R\$ 1,712 Tri	43,98%	3,34%	4,17%	3,15%	22,47%
2013	R\$ 1,783 Tri	40,30%	3,70%	4,29%	3,41%	24,11%
2014	R\$ 2,168 Tri	45,11%	3,73%	3,98%	3,08%	21,76%
2015	R\$ 2,268 Tri	42,43%	3,91%	4,14%	3,05%	22,69%
2016	R\$ 2,572 Tri	43,94%	3,70%	3,90%	3,02%	22,54%

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida. Dados extraídos do Compilado: Gráfico de Pizza do Orçamento Geral da União Executado (2011-2019). Ressalto que, o quadro de elaboração própria, contém dados nos quais correspondem aos anos 2011-2015 (parte do governo Dilma), período de alta na dívida pública e queda no crescimento econômico conforme foi sustentado pelo “Programa Ponte para o Futuro”. Elaboração: Própria

Desse modo, é possível observar que o que o Programa Ponte para o Futuro chama de aumento na despesa, corresponde de fato ao investimento em políticas de proteção social como saúde, educação, assistência social e de seguridade em ascensão no período a que se refere, sustentando um discurso pretensioso ao ideal neoliberal, denunciando a amarra burocrática que é capaz de evidenciar uma ditadura contrarrevolucionária materializada na égide de um Estado regulador e autoritário, fazendo o governo de controle direto de interesse econômico do Brasil. (AB’SABER, 2018, p. 23).

Num contexto de agravamento da crise do capital, as medidas indicadas de ajuste fiscal, aliada às desonerações tributárias, constituem medidas que arrocham cada vez mais o ajuste fiscal permanente em desfavor da classe trabalhadora, a partir de 2014, Boschetti e Teixeira (2018, p. 5), a exemplo podemos observar que, na tabela o referido ano o orçamento da união apresentou aumento de 21.59%, em contrapartida o investimento em saúde foi de -0,31%, em assistência social em -0,33%, previdência social em - 2,35%, ocasionando apenas um

irrelevante aumento na política de educação em 3%, mantendo a instabilidade até a aprovação até a chegada do “teto de gastos”.

Em tempo, o que os seis anos de vigor da EC 95 nos demonstram diante das argumentações quanto à necessidade do arrocho fiscal, não correspondem ao desfecho propagado, especialmente no que compete a elevada dívida pública brasileira que em determinados momentos demonstram aumento, porém, com crescente parcela do Orçamento Geral da União destinado ao pagamento de juros e amortização, contrapondo o investimento financeiro nas políticas sociais cada vez menos.

Até o presente, o que se presencia é o impacto das medidas contrarreformistas já anunciadas para conter a crise fiscal, pontuada pelo programa como “solução muito dura, para o conjunto da população, que terá que conter medidas de emergência, mas principalmente reformas estruturais”. (PMDB, 2015, p. 5).

As reformas estruturais a que temos visto, baseada na reforma na função do Estado que, tende cada vez mais a desregulamentar direitos, têm-se estruturado no que David Harvey (2013), corresponde como acumulação por espoliação, a partir da retirada de direitos e condições sociais de um povo, como uma situação relativa da classe trabalhadora.

Na mesma linha, Boschetti (2018, p. 132) reitera em Marx o debate sobre a expropriação como elemento determinante no processo de acumulação, haja vista que, a destruição de direitos sociais constitui um avassalador processo contemporâneo de expropriação social que restringe a participação do Estado Social na socialização dos custos da força de trabalho e contribui para ampliação da acumulação.

A EC 95 aprovada em 2016, institui vinte anos de congelamento nas despesas primárias a partir de 2017 até 2036, limitando ao gasto executado no ano anterior, acrescido apenas de 7,2% referente ao IPCA³³, baseando-se em argumentos enviesados de que excessos em gasto público e aumento da dívida pública, que tem sido há anos empregados para justificar as sucessivas reduções de direitos sociais. (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2018, p. 8).

Tabela 2 - Orçamento Geral da União e % para políticas públicas 2017-201

Ano	Orçamento Geral da União	Pagamento de juros e amortização da	Invest. em Educaçã	Invest. em Saúde	Invest. em Assistênci a Social	Invest. em Previdênci a Social

³³ O Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo é considerado o índice oficial de inflação no país e é medido mensalmente pelo IBGE.

	(pago)	dívida pública	o			
2017	R\$2,483 Tri	39,70%	4,10%	4,14%	3,35%	25,66%
2018	R\$ 2,621 Tri	40,66%	3,62%	4,09%	3,26%	24,48%
2019	R\$ 2,711 Tri	38,271%	3,48%	4,21%	3,42%	25,25%
2020	R\$ 3,535 Tri	39,08%	2,49%	4,26%	3,31%	20,34%
2021	R\$ 3,861 Tri	50,78%	2,49%	4,18%	4,11%	19,58%
2022	R\$ 4,060 Tri	40,30%	2,70%	3,37%	4,77%	2,70%

Fonte: Dados extraídos da Auditoria Cidadã da Dívida - Compilado: Gráfico de Pizza do Orçamento Geral da União Executado (2011-2019) acrescido de três anos consecutivos, a fim de, evidenciar o investimento nas políticas à luz da execução da Emenda Constitucional 95. Elaboração: Própria

As despesas voltadas para a dívida pública têm sido peso significativo na totalidade do OGU, Boschetti e Teixeira (2018, p. 7), podendo ser observado no índice de porcentagens destinadas ao pagamento dos juros e amortização da dívida correspondente ao início da vigência da PEC. Essa política de juros altos também foi praticada pelo Banco Central dos EUA durante o governo Reagan, que aprofundou também o endividamento público estadunidense, desde início dos anos 80, que atualmente chegou a US\$ 17 trilhões ou 100% do PIB, Gomes (2015, p. 3).

Um dos mecanismos de sustentação do sistema da dívida³⁴ no compromisso com o setor privado, se mantém em função dos recursos destinados às rubricas juros e amortização da dívida e ainda rolagem ou refinanciamento, dos quais a sociedade não tem acesso integralmente a dados referente às contas públicas, nos quais, descumprem fatidicamente as previsões legais quanto à transparência pública apesar de promulgada lei específica a Lei de Acesso à Informação, conforme sustenta Almada, Amorim, Pinho e Silva (2022).

Ainda sobre a alta nos juros, a prática ocorre em paralelo ao discurso de combater a inflação e impulsionar a retomada do crescimento econômico, evidenciando o aprofundamento do Brasil que tem um dos juros mais altos do mundo, nas relações de dependência para com os países imperialistas, quando de fato alimenta o crescimento da dívida pública fragilizando os

³⁴ A auditora Fiscal Maria Lúcia Fatorelli instituiu o termo sistema da dívida após constatar sobre o funcionamento às avessas do endividamento público, que não funciona como instrumento que aporta recursos ao Estado para trazer investimentos à população, mas que utiliza a dívida pública como serviço de transferência ao setor financeiro.

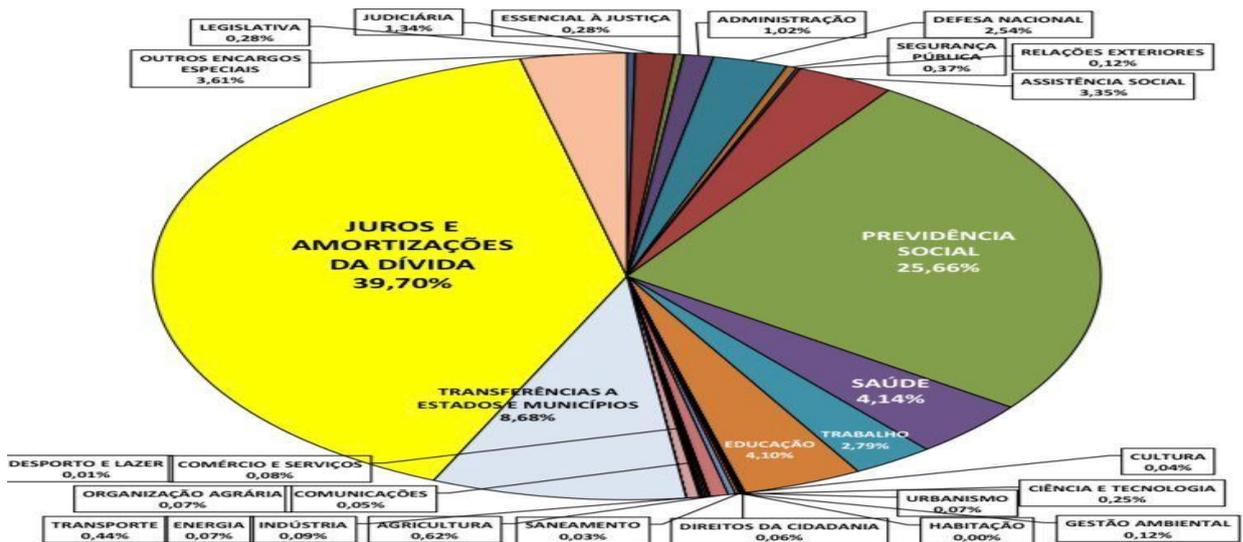
serviços públicos e dos direitos sociais.

Gomes (2015, p. 8) acrescenta que, a contenção da inflação e a manutenção do valor da moeda e a facilitação do sistema de crédito acabam abrindo caminho para a aprovação de quase todas as reformas (do Estado, da Previdência, Universitária, etc) que na prática buscavam introduzir as bases para reestruturação produtiva e atacar todos os direitos sociais,

A EC 95/2016 deixou os gastos da chamada dívida pública fora do teto de gastos, sem controle ou limite algum, enquanto todos os gastos relacionados a manutenção da estrutura do Estado e serviços prestados à população estão submetidos a injustificado teto rebaixado, o que tem paralizado a possibilidade de investimentos em áreas essenciais, deixando a população desassistida em seus direitos constitucionais básicos. (FATORELLI; ÁVILA; MULLER, 2021, p. 4).

Os gráficos sobre o Orçamento Geral da União relacionados ao período de vigência da EC 95, evidenciam a enorme parcela na qual é priorizada para pagamento de juros e amortização da dívida pública, que pela ausência de contraprestação ela não é nem dívida e nem pública, Souza (2018). Desse modo, vejamos que a cada exercício o OGU foi sendo acrescido e acompanhado invariavelmente de significativo declínio, especialmente nas políticas de seguridade social como uma estável imposição da conjuntura.

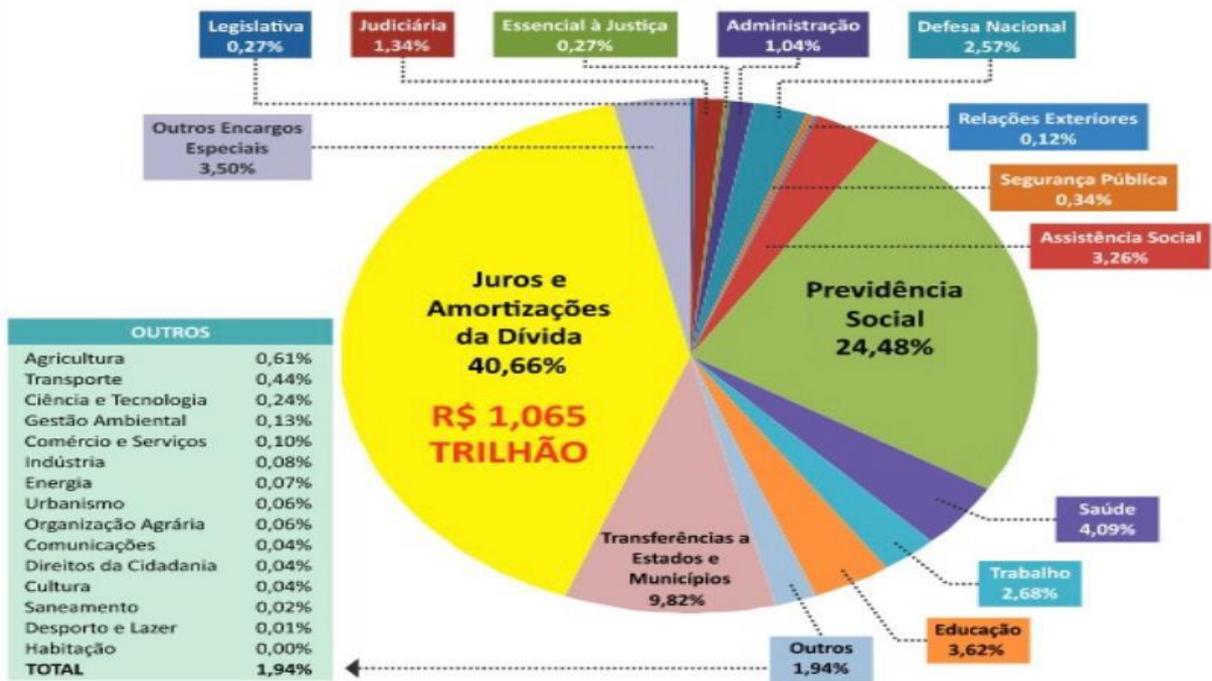
Gráfico 5 - Orçamento Geral da União - 2017



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

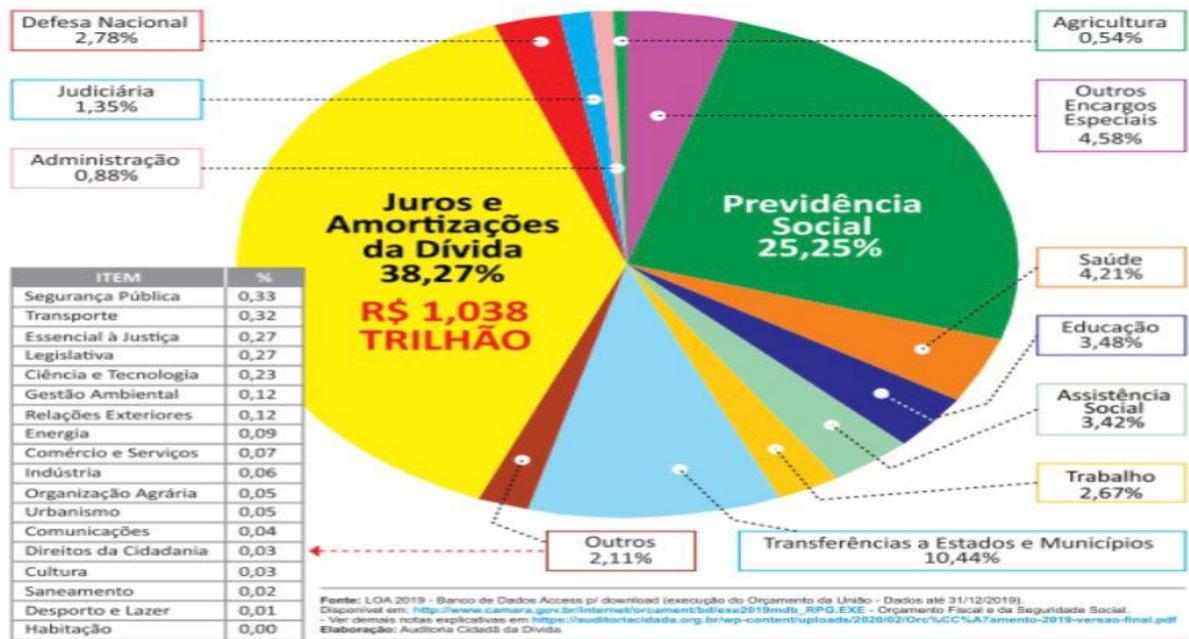
Executado (Pago) R\$ 2,483 Tri . O valor previsto aprovado para 2017 havia sido de R\$ 3,415 Tri.

Gráfico 6 - Orçamento Geral da União – 2018.
Executado (pago) R\$ 2,621 Trilhões



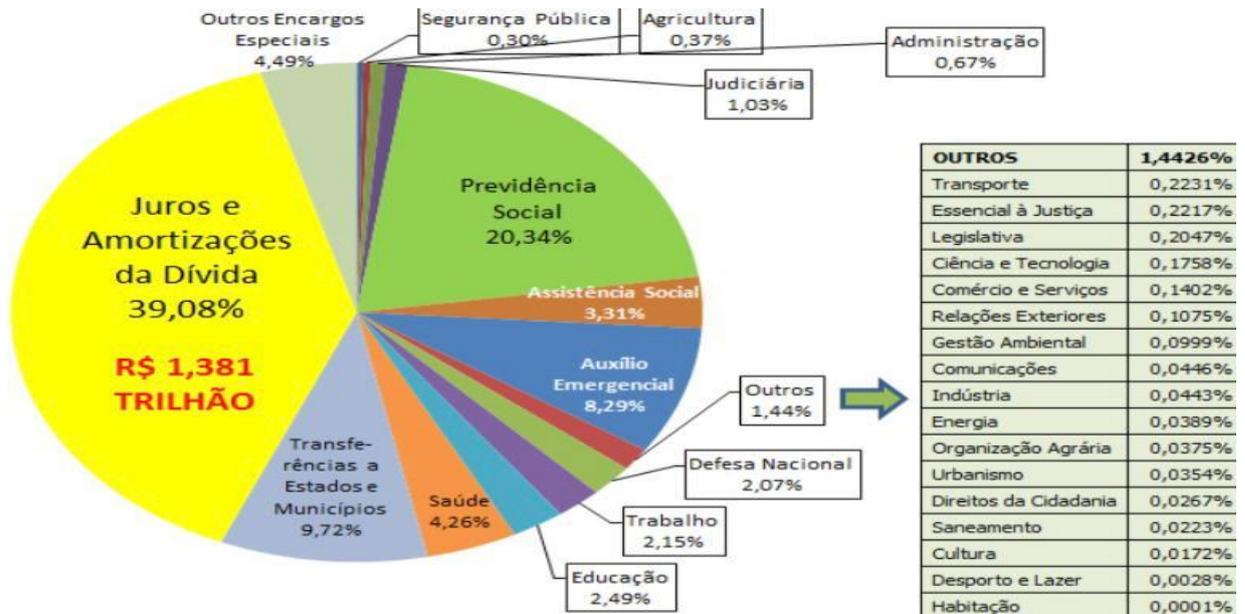
Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Gráfico 7 - Orçamento Geral da União – 2019.
Executado (pago) R\$ 2,711 Tri



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

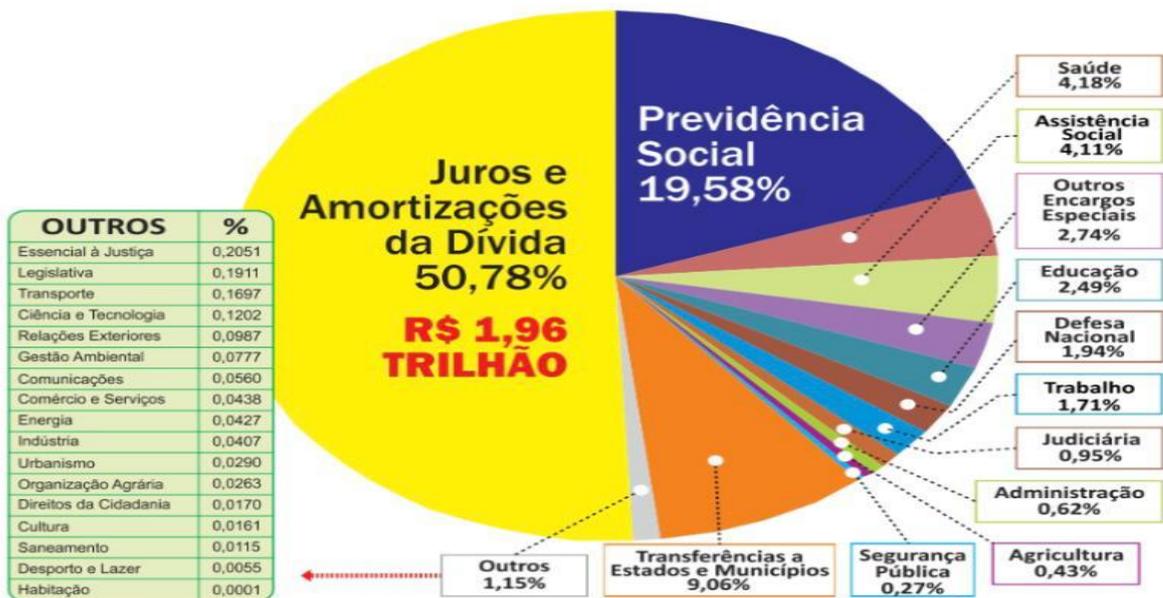
Gráfico 8 - Orçamento Geral da União – 2020



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Executado (pago) R\$ 3,535 Tri. Inclui gastos do “Orçamento de Guerra” autorizado pela Emenda Constitucional 106/202.

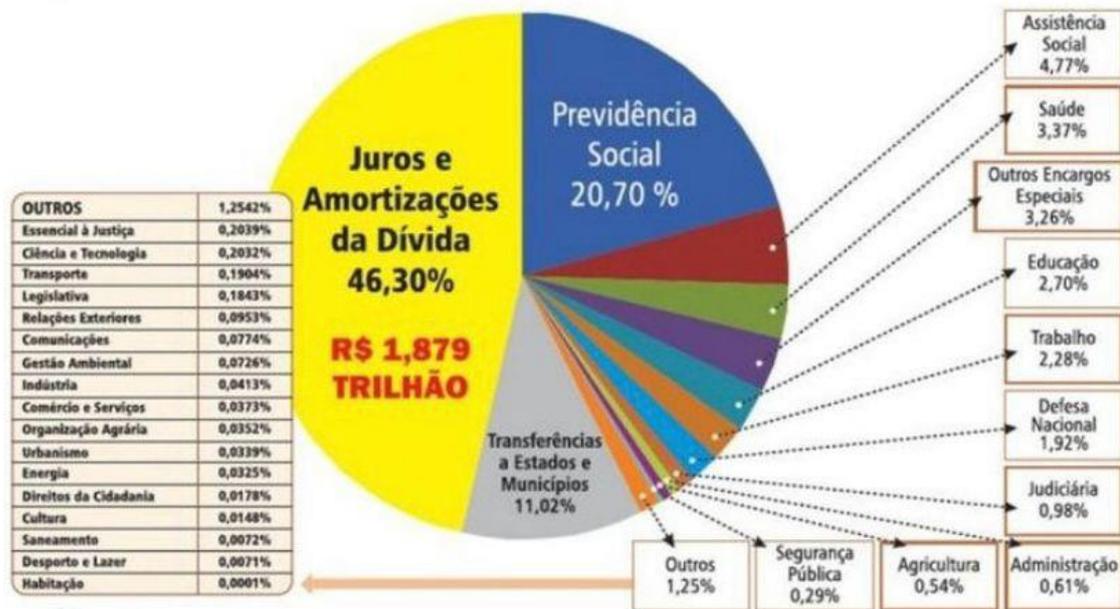
Gráfico 9 - Orçamento Geral da União



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

2021 Executado (pago) R\$ 3,861 Tri.

Gráfico 10 - Orçamento Geral da União – 2022
Executado (pago) R\$ 4,060 Tri



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Observemos que, entre 2017 e 2019 o Orçamento Geral da União manteve teto de acordo com o limite estabelecido na PEC 95, e que a partir de então fora acarretado um aumento de 30,39% a partir de 2020, em função dos recursos extraordinários em rubricas destinadas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Em paralelo, a EC 106 a chamada “PEC do Orçamento de Guerra” aprovada sem maior relevância quanto ao enfrentamento da pandemia para pagamentos e contratações, haja vista que, as diretrizes estabelecidas na LRF, assim como a LDO não se aplicam em situação pandêmica, se configurando como mecanismo que oportuniza retiradas de recurso do orçamento público para direcionar ao sistema financeiro.

Ainda sobre a disparidade que o OGU de 2020 apresenta, destaca-se que os recursos acrescidos ao exercício em questão, não efetivou ampliação orçamentária nas políticas de seguridade. A exemplo, na política de educação houve uma redução de -0,99%, na política de saúde um irrelevante acréscimo de +0,05%, na assistência social declínio de -0,11% e na previdência de -4,91%.

Em 2021, o crescimento com a dívida pública sob modelo de atendimento às diretrizes da EC 95 alcançaram o maior índice desde a implantação das políticas de estabilização no Brasil. 50,78% do OGU, este é o tamanho da fatia do bolo destinado a alimentar o rentismo que tem uma vinculação umbilical com a onda liberal iniciada nos anos 1970. Sobretudo, o gasto com juros tem sido historicamente o principal fator de crescimento da dívida pública Fatorelli

e Ávilla (2022), no qual o governo tem apresentado como refinanciamento ou rolagem, o que se configura como estratégia falaciosa da política de acumulação do capitalismo que expropria cada vez mais os direitos sociais da sociedade.

O recorde de arrecadação no ano de 2022 ocasionado por tributos, emissões de novos títulos da dívida e receitas das privatizações, alcançou a média de R\$ 4 trilhões, mas que diante da luta de classe na qual a sociedade está posta, esse recurso não foi o suficiente para atender as demandas sociais em detrimento do privilégio da financeirização da riqueza pública.

Nestes termos, mesmo que os números demonstrem que o pagamento com juros e amortização em 2022 (46,30%) foi menor que 2021 (50,78%), segundo o Tesouro Nacional, ainda assim, o estoque total da dívida saltou de R\$ 7,643 trilhões para R\$ 8,107 trilhões. Isso se dá pela manutenção da alta dos juros, que a revelia da unilateralidade das decisões do Banco Central em função da autonomia adquirida em 2019, na qual, têm sido de elevar os juros, desprendidos de qualquer impedimento jurídico, bem como, de qualquer responsabilidade quanto às demandas da sociedade, como pode-se observar.

Figura 1 - Despesas Financeiras e Despesas Sociais na disputa do Fundo público



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

A EC 95 alcança muito além do enfraquecimento do pacto social estabelecido com a CF de 88, quando as políticas sociais se tornaram alvo de congelamento fiscal, Reinholz (2018) afirma que, tal medida significa que o Estado não só deixou de atuar na reprodução da pobreza, como se transformou num poderoso instrumento de acumulação e concentração de riquezas.

A despeito, é possível encontrar em Azevedo (2018), que no pensamento liberal o crescimento econômico tende a estar diretamente ligado a arte de ignorar os pobres, e que portanto, no atravessar dos séculos os problemas resultantes da coexistência entre ricos e pobres

podem ser superados, quando a busca da eliminação destes como meio natural para melhoria da raça é tomada como referência, como defendiam os presidentes norte-americanos Calvin Coolidge e Hebert Hoover ao afirmar que *“toda ajuda pública aos pobres, constituía um obstáculo ao funcionamento eficaz da economia”* .

Essa linha de pensamento possibilita compreender o arcabouço que leva a EC 95, conhecida não só como “EC do teto de gastos”, mas como a “EC da morte”, evidenciando que há em curso, como bem defende Fernandes (2019, p. 92), uma contrarrevolução em escala mundial, haja vista que, nunca o capitalismo foi tão poderoso, nunca a denominação de classe burguesa, o poder político burguês e o Estado burguês foram a um tempo tão flexíveis e tão autoritários.

Portanto, o processo de aprofundamento de expropriação contemporânea, encontra na eliminação dos direitos sociais, acertados meios de sucumbir à força de trabalho, utilizando-se de estratégias capaz de fortalecer a acumulação e o rentismo em tempo de dominação política que, utiliza a riqueza do setor público como correia de transmissão para o setor privado.

4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DOS CORTES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

4.1 A educação profissional e tecnológica no limbo autoritarista

A educação profissional e tecnológica tem um lugar fundamental no contexto do sistema capitalista, pois está diretamente relacionada à produção e reprodução das relações sociais e ao desenvolvimento econômico e tecnológico de um país. Nesse sentido, a formação técnica e profissionalizante é uma das estratégias utilizadas pelo capitalismo para garantir a sua reprodução e expansão, especialmente na manutenção da mão de obra de baixo custo, operada pela classe trabalhadora.

A educação profissional e tecnológica, assim como a educação geral, é permeada por contradições. Por um lado, ela pode ser uma oportunidade para trabalhadores qualificados e capazes de enfrentar os desafios do mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, por outro, ela pode ser utilizada como ferramenta para exploração e alienação da classe trabalhadora, ao subordinar a formação do indivíduo às necessidades do capital, reproduzindo as desigualdades sociais, especialmente por ter sido quase que substancialmente demandada pelo setor empresarial, conforme aponta Moura (2005, p. 27).

No contexto atual do sistema capitalista, marcado pela globalização e pela intensificação da concorrência entre as grandes potências mundiais, a formação técnica e profissionalizante se torna ainda mais relevante aos interesses do capital. O avanço das tecnologias digitais e da automação, está transformando profundamente o mundo do trabalho, exigindo trabalhadores cada vez mais qualificados e adaptáveis às mudanças.

Nesse sentido, a educação profissional e tecnológica é defendida pelo sistema capitalista como uma das soluções para o aumento da produtividade e da competitividade das empresas, bem como para a melhoria da qualidade de vida das condições de trabalho dos trabalhadores.

No entanto, é importante ressaltar que a educação profissional e tecnológica não pode ser vista apenas como uma ferramenta de adaptação às demandas do mercado de trabalho, ela deve ser concebida como uma educação crítica e emancipatória como bem evidenciou Antônio Gramsci no legado da escola unitária³⁵ e na relação trabalho e educação, capaz de formar

³⁵ Coutinho (1991) em Os Intelectuais e a organização da Cultura argumenta que, Antônio Gramsci defende a escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da

sujeitos conscientes de seus direitos e deveres sociais, e de sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, além disso, a formação técnica e profissional deve estar articulada com a formação geral, garantindo uma visão ampla e crítica da realidade social e contribuindo para o desenvolvimento integral dos indivíduos, assim, a crítica economicista a despeito da política da educação profissional e tecnológica, historicamente têm servido de instrumento de alianças de classes a favor da industrialização brasileira .

Segundo o educador e filósofo Paulo Freire, a educação profissional e tecnológica deve ser orientada por uma perspectiva crítica e transformadora, que não se limite à simples adaptação dos indivíduos às demandas do mercado de trabalho, por meio de suas palavras, “a educação não pode ser vista como mero instrumento de adaptação do indivíduo às condições do mercado de trabalho, mas como um processo de construção de um projeto de vida autônomo e crítico”. (FREIRE, 1982, p. 26).

Sobretudo, as condições postas a política de educação nos últimos anos, tem demonstrado que,

na crise atual a educação é desafiada duplamente: por um lado, cabe-lhe resistir, exercendo o direito de desobediência civil, às iniciativas de seu próprio abastardamento por parte do governo que se instaurou por meio de usurpação da soberania popular sobre a qual se funda o regime político democrático. (SAVIANI, 2018, p. 38).

O golpe de 2016, no qual Dermeval Saviani se refuta para demonstrar a materialização do rompimento com a institucionalidade democrática no país, que impôs um governo ilegítimo e autoritário, efetivou regressivamente um processo de despolitização da educação quando, a favor do desmonte das políticas sociais, anulou significativamente importantes avanços, nos quais foram legitimamente construídos pela sociedade.

A saber, a Lei 13.005 de 2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação atendeu uma das maiores e mais longas lutas no campo desta política, a despeito da Meta nº 20 do PNE que estabelece “aumentar o investimento público à 7% do PIB até 2019, e 10% do PIB até 2024” de destinação de recursos orçamentários da união, ficando esta sobreposta a regressividade contrarreformista constitucionalizada no cenário brasileiro a partir de 2016. Sobre as metas que englobam a EPT na PNE, até o presente momento o cenário se configura de tal modo,

O monitoramento da Meta 20, voltada à questão do financiamento, é realizado pela análise da evolução de dois indicadores: Gasto público em educação pública (Indicador 20A) e Gasto público em educação (Indicador 20B). Esses indicadores

capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

permanecem estagnados em torno de 5,0% e 5,5% do PIB e bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação. Considerando que esse aumento precisa ocorrer em um prazo relativamente curto, o esforço anual necessário para o atingimento desses objetivos pode ser considerado bastante elevado, mesmo tomando como referência a meta intermediária. Para atingir a meta intermediária, teria sido necessário ampliar o gasto em educação em torno de R\$ 140 bilhões (1,9% do PIB de 2020, corrigida a inflação do período). Já para o alcance da meta final, a qual prevê que o gasto público em educação pública atinja 10% do PIB até 2024, seria necessário praticamente dobrar, em termos reais, os recursos aplicados em educação pública, considerando um cenário hipotético de estabilidade real do PIB. (INEP, 2022, p. 18).

Os gráficos apresentados no capítulo anterior, demonstram que em termos proporcionais a política de educação, foi a que diretamente sofreu maior corte nos primeiros seis anos de medida de ajuste. Os números evidenciam que com a EC 95 entre 2017 e 2022 a educação foi atingida por uma severa diminuição de 34,14% em seu orçamento, e que especialmente no ano de 2022 o investimento do orçamento geral da união ficou na casa do 2,70%, mesmo considerando o período pandêmico vivido pelo mundo a partir de 2019.

Segundo o INEP (2020), em 2016 o investimento em educação em relação ao PIB foi de 6,3%, seguindo em 2017 com a mesma porcentagem e decaindo em 2018 para 6,2%, dados extraídos dos indicadores financeiros educacionais³⁶. Dessa forma, as medidas de ajustes aniquilaram toda uma conjuntura que culminou em 2007 no Plano de Desenvolvimento da Educação, um plano que para além de metas, carrega em seu bojo um contexto centenário de contribuições ancoradas em diversos fatores da história social e econômica deste país, assim como por intelectuais de correntes ideológicas distintas. A exemplo, à constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos moldes atuais, via decreto 6.095 de 2007, reorganizou as instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Portanto, a criação de cada IF voltado a EPT decorrerá da necessidade de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Institucional, que em consonância com o Art. 4º do referido decreto atenda,

§ 1º ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis de modalidade, formando e qualificando profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade.

§ 2º ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente em cursos e programas integrados ao ensino regular. (BRASIL, 2007, p. 01).

Desse modo, de acordo com artigo do referido decreto, a preferência do Estado pelo

³⁶ Os indicadores de investimentos públicos em educação são produzidos e calculados pelo Inep seguindo metodologia recomendada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, sendo utilizados, principalmente, para a comparação internacional desses indicadores.

ensino técnico profissional integrado ao ensino médio, corrobora com a análise crítica dispensada por Frigotto (2007, p. 1130), que afirma que por trás de cada conceito de conteúdo ou de organização e financiamento da educação profissional e tecnológica, aninha-se um longo embate histórico de caráter político-ideológico que expressa relações de poder que se reiteram em nosso processo histórico, assegurando a dualidade existente entre educação geral e específica.

A despeito, no campo da educação, esse caráter político-ideológico pode ser compreendido nos elementos relativos à natureza da prática educativa, por confronto com a especificidade da prática política descrita por Saviani (2018, p. 92)³⁷ e que muitas vezes, se materializam imbricadas em decisões unilaterais e autoritárias no atendimento aos interesses da classe hegemônica efetivada pelo bloco de poder.

Portanto, é possível compreender tal fenômeno a partir da trajetória de interrupções dos projetos societários que postulavam as reformas estruturais e os investimentos em educação, ciência e tecnologia, condições necessárias à constituição efetiva de uma nação soberana, mediante ditaduras e golpes. (FRIGOTTO, 2007, p. 1136).

Nesse confronto, localiza-se a educação profissional e tecnológica como espaço de forças produtivas, reiterando o projeto educacional dualista, que não demonstra um vínculo orgânico à educação básica, superando uma perspectiva de adestramento pela produção da formação profissional voltados ao mercado de trabalho.

Portanto, a educação profissional e tecnológica no limbo autoritarista enfrenta desafios e implicações calcadas no controle estatal, podendo afetar sua qualidade e eficácia, para superar esses desafios é importante promover a autonomia das instituições educacionais, garantindo a liberdade acadêmica, a diversidade de ideias e a autonomia financeira livre de medidas de ajustes e da constitucionalização do desmonte das políticas públicas nas quais integram a realidade da proteção social contemporaneamente.

4.2 Da trajetória da rede federal aos cortes no orçamento no âmbito da assistência estudantil nos institutos federais

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia é um conjunto de instituições públicas de ensino no Brasil, que tem como objetivo oferecer educação profissional

³⁷ Em *Escola e Democracia*, Dermeval Saviani levantou as “*onze teses sobre educação e política*”, retratando os limites que as cisam no contexto das relações internas e externas e que ao mesmo tempo evidenciam-nas de maneira distintas.

e tecnológica de qualidade, promover a pesquisa aplicada e a extensão, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A história da rede federal é composta por diversos episódios que, ao longo dos anos, corroboraram com a estrutura que hoje a compõem. Suas raízes possuem referência no início do século XX, mas foi significativamente expandida e reestruturada no século XXI, hoje com 114 anos. O marco inicial da rede foi a criação das primeiras Escolas de Aprendizes Artífices em 23 de setembro de 1909 pelo então presidente do Brasil Nilo Peçanha, subordinadas ao Ministério dos Negócios e Agricultura, estas permaneceram durante quase três décadas em vigência, dedicando-se a formação manufatureira.

A partir de 1942 foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, essas escolas tinham como objetivo formar profissionais qualificados e contribuir para o desenvolvimento industrial do país vinculadas ao ensino secundário, passando a ter autonomia técnica, didática, administrativa e financeira a partir de 1959, quando então Escola Técnica Federal.

Tal período, exprime no país um cenário de crescimento, no qual exigiu expressiva necessidade de mão de obra qualificada, tal qual, em 1989 as Escolas Técnicas passam a ofertar curso superior e ingressam a Cefets, ocasionado em 1993 a oferta de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Aqui, legalmente a área tecnológica passa a ser o conceito norteador das ações institucionais.

Um grande avanço ocorreu no ano de 1994 com a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que inclui a avaliação de desempenho como instrumento de monitoramento. Já no ano de 1997, dois grandes avanços foram alcançados, entre eles o Decreto 2.208/97 que instituiu os níveis de educação profissional para o básico, o técnico e o tecnológico, dando plena autonomia aos Cefet's na organização curricular.

Outro significativo momento para a Rede Federal ainda em 1997, se configura pela criação do Plano Nacional de Qualificação, que deu origem ao Programa de Expansão Profissional, oriundo de um acordo estabelecido entre o Ministério da Educação e o Banco Mundial, como atendimento aos interesses do grande capital, o ensino médio e a educação profissional deixam de ser equivalentes, o que proporcionou ampliação na formação apenas do ensino profissionalizante, como expressão das reformas liberalizantes que a década de 90 exprimiu ao país, sendo revogado apenas em 2004, com o retorno da sua integração.

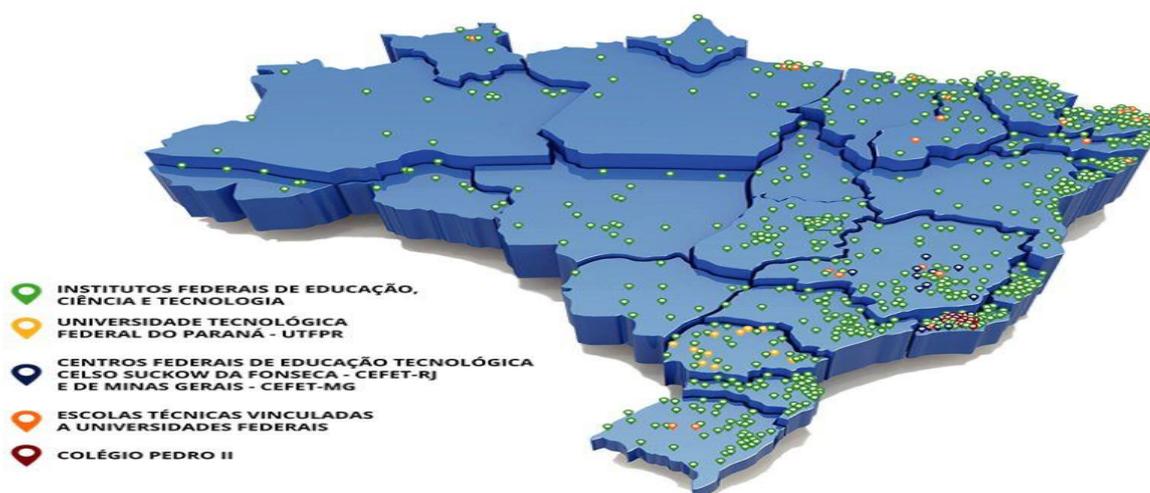
Ocorreu em 2005 a primeira fase da Expansão da Rede Federal, e em seguida a educação de jovens e adultos começa a integrar o ensino profissional ofertada pela Rede. Nestes termos, a expansão passa cada vez mais a ser uma realidade, expressando uma modernização pedagógica, curricular e conceitual, acarretando assim a transformação da grande maioria dos

Cefet's em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia com a lei 11.892/2008, portanto, uma reforma atribuída de uma nova institucionalidade.

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais, (BRASIL, 2010, p. 1).

Dessa forma, a rede passa a ser composta por diferentes tipos de instituições que atuando em nível nacional, hoje presentes em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, entre elas os Institutos Federais (IFs), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas técnicas vinculadas às universidades federais. Atualmente 661 unidades compõem a Rede Federal, segundo informações do CONIF (2022), mais de um milhão e meio de estudantes frequentam um dos quase 12 mil cursos ofertados desde o nível básico até a pós-graduação.

Figura 2 - Distribuição da Rede Federal no Mapa do Brasil



Fonte: Ministério da Educação/Rede Federal/Instituições da Rede Federal

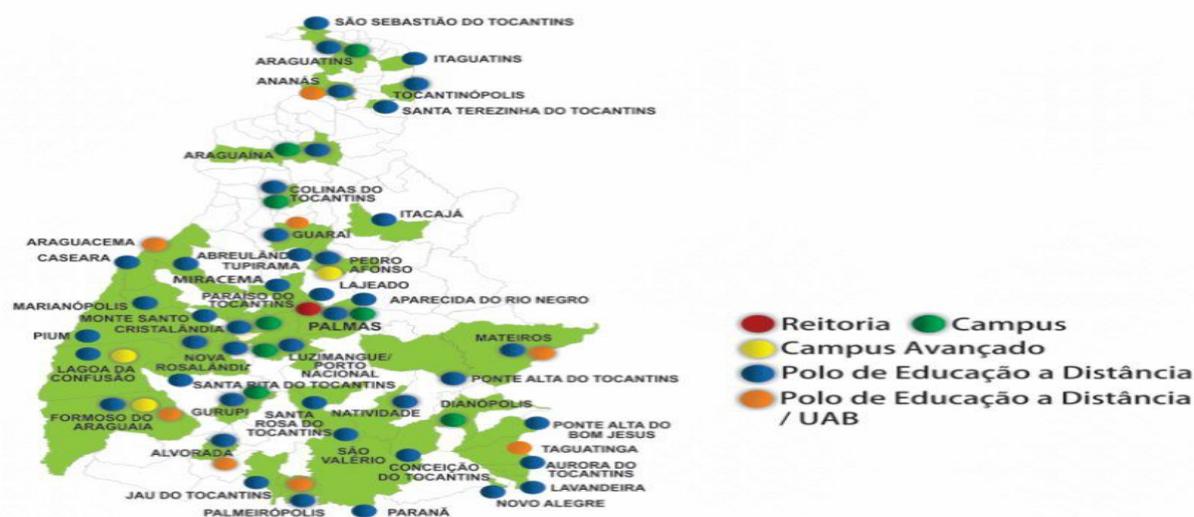
Eliezer Pacheco, nomeado Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Mec - SETEC no ano de 2005, participou ativamente da elaboração da proposta da criação dos Institutos Federais, como resposta de unificação das unidades federais de ensino em educação profissional e tecnológicas, sobre tal, Pacheco (2008, p. 4) ressalta que,

a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual.

Seguindo esta premissa, no Estado do Tocantins, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia foi criado como os demais através da Lei nº 11.892 em 2008, e surgiu após integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Tocantins CEFET-TO localizada na cidade de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguaínas.

A instituição oferece cursos técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação e formação continuada em diversas áreas do conhecimento, distribuída em diversos campi pelo Estado do Tocantins, sendo eles *campus* Araguaína, Araguaínas, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, além destes, a instituição também conta com unidades de ensino descentralizadas, ampliando ainda mais seu alcance e contribuindo para a interiorização do acesso à educação no Estado nas cidades de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso e polos de educação a distância.

Figura 3 - Distribuição dos Institutos Federais no Estado do Tocantins



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins

A missão do IFTO se configura em promover a educação profissional e tecnológica, a pesquisa aplicada e a extensão, visando à formação integral dos estudantes e o desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins. Nesses termos, o Estatuto do Instituto Federal do Tocantins, sendo este um dos instrumentos normativos no qual regem a instituição, observa no Art. 3º os seguintes princípios norteadores:

I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos

produtivos locais, sociais e culturais; IV - inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; V - natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União. Adiante, o Art. 5º confere o seguinte objetivo: V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho, renda e emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. (IFTO, 2023).

Neste aspecto, o que compete o compromisso com a formação profissional, o comprometimento com o desenvolvimento regional e o atendimento às necessidades do mercado de trabalho, contemplam-se em todos os instrumentos legais que norteiam instituição, tais como o Estatuto do Instituto Federal do Tocantins, o Regimento Geral, as Resoluções constituídas pelo Conselho Superior, assim como os Atos da Reitoria.

Todavia, ressalta-nos compreender que os princípios e objetivos descritos no arcabouço legal do IF, nos quais, descrevem o compromisso com a justiça social e a emancipação do cidadão, para que haja cumprimento, requerem políticas públicas compromissadas com a superação das desigualdades sociais no contexto da comunidade acadêmica, capaz de reconhecer a necessária condição de igualdade de oportunidades no acesso, na permanência e no êxito escolar, assegurando dentro deste ambiente a equidade como mecanismo de correção das disparidades histórica que assolam a juventude brasileira.

Em função do Programa de Expansão da Rede Federal, os planos e programas desenvolvidos dentro da política de educação, em sua maioria oriundos de movimento e lutas sociais, se configuram como instrumentos necessários, que qualificam a garantia do acesso à educação, efetivando essa política como direito social garantido pela Carta Magna de 1988, mas que enfrentam desafios estruturais a esta e as demais políticas sociais, por meio de aspectos demasiadamente contraditórios, que muito se mostram à serviço do capital.

Oliveira e Ferreira ressaltam que,

O aumento nas oportunidades de acesso, dada em decorrência dessa expansão, permitiu que estudantes de diferentes trajetórias educacionais ingressassem nos institutos federais, incluindo aqueles oriundos de classes menos privilegiadas. Tal circunstância se fez possível também em razão das políticas afirmativas, implementadas com a finalidade de ampliar a inclusão social, o que contribuiu “[...] decisivamente para a progressiva ampliação do número de estudantes de origem popular nas instituições de ensino públicas federais”. (OLIVEIRA; FERREIRA, 2022, p. 3).

A institucionalização da educação e o contexto de ampliação dos Institutos Federais, corroboraram para a necessidade de inserir a temática da permanência e do êxito por meio do reconhecimento da diversidade imbuída de fatores sociais, culturais e econômicos que permeiam a condição social do aluno, por meio do estabelecimento de normas e regulamentos destinados para tal, nos quais, viabilizam a oferta da política de assistência estudantil via

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil assegurado pela Portaria do MEC nº 39 de 12 de dezembro de 2007 e regido pelo Decreto 7.234/2010, que tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos alunos de cursos presenciais da educação federal, visando a diminuição das desigualdades de oportunidades e neste último incluiu os Institutos Federais de Educação.

Especialmente no Art. 2º, o referido Decreto expressa que são objetivos do PNAES;

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Entre outras áreas, o programa se configura como instrumento de concessão de auxílios a estudantes em situação vulnerável, no qual possa atender as áreas estabelecidas no Art. 3º§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

Carvalho e Anjos (2021, p. 15) ressaltam que, na educação técnica profissional, a assistência estudantil se expressa em diversas interfaces com as atividades de ensino: saúde em suas variadas áreas, assistência social, atendimento especializado visando à inclusão de estudantes com necessidades específicas e assessoramento pedagógico.

Todavia, as ações que visam o cumprimento do programa de assistência ao estudante, estão direcionadas em grande parte na concessão de auxílios financeiro, desse modo, o que nos remete aqui relacionar, são os fatores que envolvem o orçamento deste programa em atendimento às demandas apresentadas pela comunidade acadêmica, de modo que, a conjuntura apresentada à instituição no que condiciona o estudante socioeconomicamente vulnerável à iminente possibilidade de evasão ou retenção escolar, seja superada pela oferta de ações que viabilizem a garantia não só do acesso, mas da permanência e êxito, assim, em relação aos estudante de baixa renda que dependem do PNAES, a nossa hipótese é de que a redução dos recursos levam a maior índice de evasão.

Dessa forma, trazer o discurso do orçamento público na perspectiva da política de educação e em especial do programa de assistência estudantil frente ao atual cenário, incide num debate no qual nos remete à reflexão do lugar que ocupa a educação profissional e

tecnológica na história da educação, dentro dos contextos societários e da captura da identidade desta instituição, portanto, levantar tais informações nos possibilitam buscar compreender em que sentido os investimentos no PNAES buscam garantir efetivamente o cumprimento do dever do Estado processo de formação do indivíduo.

O que se objetiva aqui, não é problematizar uma análise crítica tão somente do contexto desta tenebrosa fase do capitalismo quanto aos cortes no orçamento para política de educação e especificamente no PNAES, mas também contabilizar os limites e possibilidades de tais perdas durante a vigência da EC 95, dado início dos efeitos financeiros a partir da referência orçamentária de 2017.

Para a revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, Andressa Pellanda (2020, p. 01) ressaltou que;

Já faz quatro anos que a Emenda Constitucional 95 de 2016 foi aprovada. Nesse tempo, seus efeitos foram muito graves para as áreas sociais, especialmente as de saúde, educação, habitação, segurança alimentar e assistência social. Para a educação, desde o começo das políticas de austeridade – em 2015, mas agravando-se a partir da EC 95 – já se contabiliza uma perda de R\$ 99,5 bilhões (USD 20 bilhões), sendo R\$ 32,6 bilhões só em 2019 (USD 7 bilhões). (PELLANDA, 2020, p. 01).

É possível compreender o que representa essa discussão, quando comparado com o orçamento federal destinado ao âmbito da educação desde 2017, possibilita-nos situarmos à condição que nos assola, resultando um quadro baseado na perversidade das contrarreformas e das políticas de austeridade.

Carvalho e Anjos reitera que,

a divisão do orçamento direcionado para a assistência estudantil é discricionária e vinculada ao orçamento encaminhado pelo ente federal, sendo, na maioria das vezes, destinado quase que integralmente às bolsas auxílio e à refeição, considerando, ainda, que desde 2016, a rede federal de ensino vem passando por cortes orçamentários críticos em virtude da política de austeridade fiscal estabelecida e instituída pela Emenda Constitucional 95. Tal restrição orçamentária incide diretamente na capacidade das instituições de ensino em fortalecer a assistência estudantil, perpassando também pelas questões políticas e visionárias de cada gestor ao direcionar o investimento. (CARVALHO; ANJOS, 2021, p. 140).

Os dados já apresentados nesta escrita, demonstram que em 2017 do orçamento geral da união destinou a educação 4,10%, já em 2018 esse número decaí para 3,62%, demonstrando a que veio a EC 95, e que continuamente em 2019 apenas 3,48% e em 2020 esse número cai para 2,49%, seguido de continuidade de 2,49% em 2021 e 2,70% em 2022 (ano eleitoral), o que Oliveira e Ferreira (2022, p. 3) desvelam como uma destituição das prerrogativas

Constitucionais, haja vista que, esta determina que seja investida anualmente em educação o mínimo de 18% das receitas líquidas de impostos pela União e de 25% pelos estados, Distrito Federal e municípios.

É importante ressaltar que, a divisão do orçamento do Ministério da Educação é um processo complexo que envolve várias etapas e diferentes áreas de atuação. O orçamento do MEC é dividido em diversas áreas, como educação básica, ensino superior, pesquisa científica e tecnológica, formação de professores, entre outras. Cada uma dessas áreas recebe uma parcela do orçamento total, que é definida com base nas prioridades e demandas do setor educacional, estabelecidas pela agenda governamental, bem como pelos critérios da Matriz Orçamentária³⁸.

Além disso, o processo de divisão do orçamento também leva em consideração as políticas públicas e programas educacionais do governo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa de Assistência Estudantil (PNAES), entre outros.

Todo esse processo de elaboração, execução e acompanhamento do orçamento do MEC é regulamentado pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República, através do Plano Plurianual (PPA), que elabora os objetivos e metas por quatro anos consecutivos, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que direciona as prioridades do ano seguinte e pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que determina em que e qual o limite se deve investir, dessa forma, a CF de 1988 preconiza dimensões de cunho jurídico, econômico e político na definição do orçamento público descritos nos Art. 165 e 169.

Tabela 3 -Orçamento da Educação/MEC 2015-2023

Ano	Orç. Inicial	Variável	Desp. Executadas
2015	R\$ 139,74	8%	R\$ 115,97
2016	R\$ 137,86	4%	R\$ 132,35
2017	R\$ 144,31	4%	R\$ 138,53

³⁸ A Matriz Orçamentária é dividida em três partes principais: a Receita, a Despesa e o Cronograma de Execução. Na parte da Receita, são listadas as fontes de recursos que o governo espera arrecadar durante o ano, como impostos, taxas e contribuições. Na parte da Despesa, são listados os programas e projetos que receberão recursos do orçamento, bem como os valores destinados a cada um. O Cronograma de Execução indica o período em que os recursos serão liberados para cada programa e projeto. (BRASIL, 2023).

2018	R\$ 143,65	2%	R\$ 149,78
2019	R\$ 149,74	3,9%	R\$ 119,77
2020	R\$ 142,11	3,9%	R\$ 114,25
2021	R\$ 145,70	-15,28%	R\$ 123,43
2022	R\$ 159,55	-12,50%	R\$ 139,60
2023	R\$ 184,17	-	-

Fonte: Portal do Ministério da Educação. Elaboração: Própria

Adiante, a delimitação do orçamento público destinado a Rede Federal e posteriormente distribuído aos Institutos Federais segundo Menezes, ocorre da seguinte forma,

O processo de distribuição do orçamento da SETEC/MEC destinado à Rede se inicia pela definição de uma comissão paritária composta por membros do MEC e do CONIF, que tem a função de definir os critérios e a metodologia da matriz de distribuição de recursos, coletar os dados e calcular os valores destinados a cada instituição, conforme determina o Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010. A lógica da composição da Matriz CONIF considera essencialmente as matrículas dos estudantes dos cursos de nível médio, graduação, pós-graduação lato sensu, stricto sensu, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação à distância (EAD) por *campus* de cada Instituição da Rede. (MENEZES, 2019, p. 53).

Tabela 4 -Orçamento dos Institutos Federais

Ano	Dotação Orçamentária	Variável
2016	R\$ 13.836.297.545,00	
2017	R\$ 15.565.460.704,00	+12,5%
2018	R\$ 16.469.689.881,00	+5,8%
2019	R\$17.910.681.313,00	+8,8%
2020	R\$ 18.326.566.257,00	+2,5%
2021	R\$ 18.551.793.848,00	+1,2%
2022	R\$ 19.252.797.325,00	+3,8%

Ano	Dotação Orçamentária	Variável
2023	R\$19.400.125.910,00	+1%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha. Elaboração: Própria.

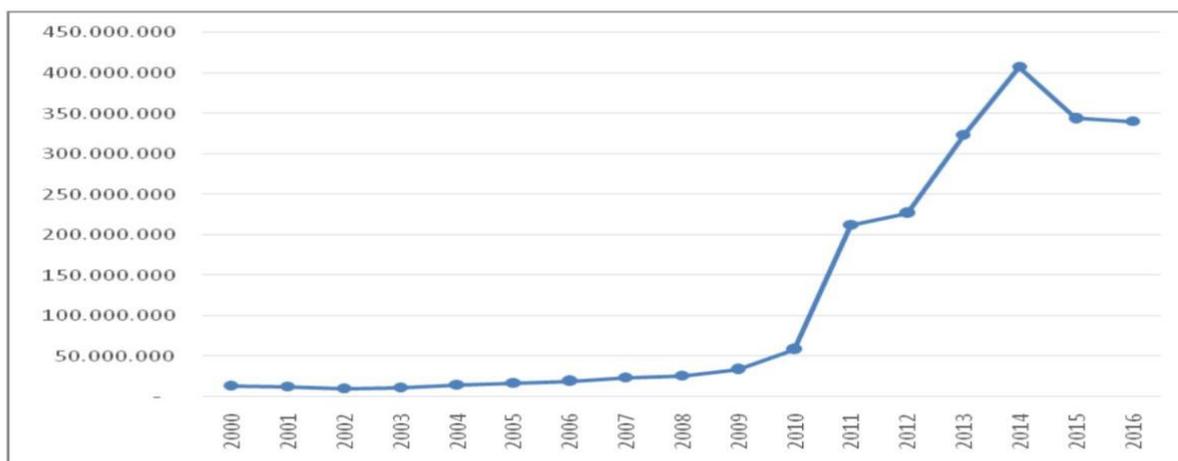
Tabela 5 – Orçamento do Instituto Federal de Educação do Tocantins – LOA

Ano	Dotação Orçamentária	Variável
2016	R\$181.477.120,00	
2017	R\$ 203.498.885,00	+ 12,13%
2018	R\$ 210.325.090,00	+ 3,35%
2019	R\$ 238.900.761,00	+ 13,58%
2020	R\$ 245.174.796,00	+ 2,62%
2021	R\$ 134.805.955,00	- 45,01%
2022	R\$ 38.562.434,00	- 71,39%
2023	R\$ 37.112.196,00	- 3,76%

Fonte: Lei Orçamentária Anual do IFTO (2016 - 2022). Elaboração: Própria.

Dessa forma, o quadro a seguir apresenta a ascensão no orçamento da assistência estudantil ao longo do processo de institucionalização enquanto Instituto Federal, recurso este proveniente do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. É possível observar que, ainda no segundo ano do segundo mandato do governo Lula, a assistência estudantil começa a institucionalizar-se como um programa que, no contexto da expansão visa romper com os limites orçamentário, ampliando as oportunidades de permanência e êxito, tal como a expansão da Rede instituiu o acesso, via interiorização da Rede Federal.

Gráfico 11 - Evolução dos recursos de Assistência ao Estudante RFEPT e da RFEPT (2000-2016) com todas as fontes de receitas. Valores em reais, a preços de janeiro de 2017 – IPCA



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre tais informações, Pereira analisa que,

A dinâmica do gráfico revela que, entre 2000 e 2005 os recursos destinados à Assistência ao Estudante da EPT observam um período de estabilidade, com baixa representação no total do bloco. A partir de 2006 verifica-se uma tendência de crescimento em ritmo moderado, partindo neste ano de 19,2 milhões e registrando em 2008, 25,9 milhões de reais. De 2009 a 2014 observa-se um salto gigantesco, saltando de 34,1 milhões no primeiro ano para 407,3 milhões de reais no último, crescendo, portanto, quase doze vezes em cinco anos. Em 2015, no contexto da crise financeira do Estado, registou-se um recuo de 14,9% em relação ao ano anterior e em 2016 ampliou-se tal redução para 16,6% em relação ao melhor ano da assistência estudantil da Educação Profissional, Científica e Tecnológica Federal – 2014. (PEREIRA, 2018, p. 209).

Prosseguindo, o orçamento da assistência estudantil a partir deste período em análise, corrobora com o objeto deste estudo, que além dos cortes e contingenciamento sofridos no orçamento geral da educação no ano 2015 devido período de recessão enfrentado pelo país, acrescenta-se no ano seguinte, a EC 95 aprovada em 2016 e com referência orçamentária a partir de 2017, apresentando declínio orçamentário em 2018.

No âmbito do IFTO, as ações estudantis até o ano de 2020 foram elaboradas, executadas e avaliadas pela Diretoria de Assuntos Estudantis, que utilizava-se do Regulamento da Assistência Estudantil para delimitação das modalidades de atividades ofertadas na instituição para o alcance dos objetivos descritos no Decreto 7.234/2010.

Dada continuidade da divisão orçamentária dos recursos destinados a SETEC/MEC e entre outras demandas, atendendo ao Decreto 7.313/2010, o quadro a seguir apresenta as deliberações orçamentárias que no âmbito do PNAES do Instituto Federal do Tocantins entre os anos de 2015 a 2023, no qual fora elaborado tomando como referência a previsão

orçamentária prevista na LOA, bem como, as informações contidas nos Relatórios de Gestão de cada ano. O quadro evidencia a dotação orçamentária e o valor executado de cada referência.

Tabela 06 - Comparativo entre valor empenhado e valor executado PNAES/IFTO

ANO	DOTAÇÃO ORÇ.	VARIAÇÃO 1	VALOR EXECUTADO
2015	R\$ 8.109,100	-	R\$ 7.097.620,10
2016	R\$ 7.455,005	-8.66%	R\$ 6.135.085,01
2017	R\$ 7.480.791	+0.34%	R\$ 6.489,108,91
2018	R\$ 6.989.721	-6.68%	R\$ 7.287.920,63
2019	R\$ 8.074,434	+15.66%	R\$ 6.951.821,23
2020	R\$ 7.804,468	-3.34%	R\$ 7.844,468,00
2021	R\$ 6.796,694	-12.91%	R\$ 6.796,694,00
2022	R\$ 6.970,068	+2.55%	-
2023	R\$ 6.738,59	-3.32%	-

Fonte: LOA e dos Relatórios de Gestão 2015 a 2022. Elaboração: Própria

A dotação orçamentária relativa ao ano de 2015, período que antecede à aprovação da EC 95, obteve destaque pelo montante previsto, o que segundo o Relatório de Gestão do IFTO de 2015, ocasionou um recorde em benefícios concedidos, ainda que haja disparidade entre a previsão inicial e a execução final, a meta estabelecida em 35 mil benefícios foi superada, em 2015 o IFTO concedeu 89.415 benefícios de Assistência Estudantil (IFTO, 2016, p. 64) aos 11 mil matriculados, porém a “ação 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica” descrita no relatório em questão, não enfatizou a quantia de alunos atendidos pelo programa em suas diversas áreas no ano de 2015, o que nos impossibilita mensurar quantidade de matrículas e quantidade de alunos assistidos pelo programa no referido ano.

Considera-se essa diferença na gestão no orçamento e nas finanças públicas como resultado de diversos fatores, entre eles, cortes e contingenciamentos instituídos ao longo do ano como determinações provenientes de diversas causas; dificuldade na operacionalização das

ações que muitas vezes dependem de fatores externos à instituição e aos servidores públicos que a gerência, montante financeiro que integra o item restos a pagar, entre outros.

Para o ano de 2016, houve uma redução de -8.66% na LOA, podendo essa ser explicada por fatores políticos e sociais ocorridos em 2015, tais como, movimento de greve dos servidores das instituições federais de ensino superior, motivados pelos cortes no orçamento e reivindicações salariais que se estendeu de maio a Outubro de 2015, certamente esse movimento corroborou na dotação orçamentária do PNAES devido suspensão de aulas nesse extenso período.

Ainda a despeito do orçamento de 2016, segundo o Relatório de Gestão houve um montante inscrito em restos a pagar em casos de contratos de Seguro de Acidentes Pessoais, itens para Kit do Estudante, camisetas de uniforme e aquisição de gêneros alimentícios para restaurante escolar devido à execução do serviço ou entrega dos produtos ocorrerem no ano seguinte (IFTO, 2017, p. 59).

Ocorre que, esse montante significa um elevado valor que pode ser levado em consideração a respeito da divisão orçamentária do ano seguinte entre o conselho gestor da instituição, que estabelece a priorização no cumprimento do princípio da anualidade da despesa pública descritos na Lei 4320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LCP) 101/2000.

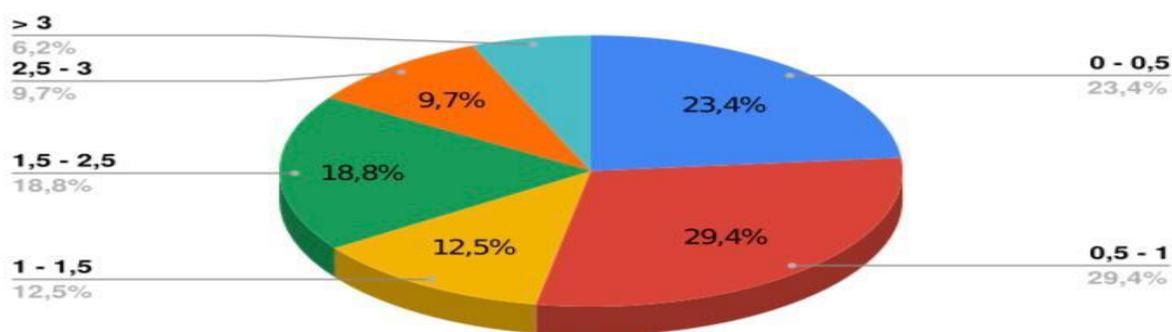
Portanto, a respeito dos indicadores socioeconômicos “verifica-se número alto de estudantes que não declararam renda familiar no ano de 2016, fato relacionado à utilização do sistema acadêmico eletrônico no IFTO, que apresentou inconsistências para gerar o dado em questão” (IFTO, 2016 p. 93), deixando de cumprir integralmente os preceitos nos quais “visam e ampliar o escopo desse monitoramento, tal como requer o atual PNE (Lei n.º 13.005/2014), o qual prescreve que o Sistema de Avaliação da Educação Básica passe a divulgar também indicadores de avaliação institucional tratando, entre outros aspectos, do perfil do alunado” conforme Nota Técnica, a respeito do Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica. (INEP, 2013).

O ano de 2017 se configura como ano referência para o início do contingenciamento do orçamento federal nas despesas primárias conforme Art. 1º I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior

a que se refere a lei orçamentária.

A Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que fixou o teto de gastos para as despesas primárias do governo federal, reduziu gradualmente o volume de recursos por matrícula que se destinam às despesas correntes e de capital³⁹ nos IFs, Maicon (2021, p. 16). Pode-se observar que, em 2018 houve uma redução de 6.68% no orçamento previsto relativo ao ano anterior, ainda que a instituição tenha registrado 14.407 matrículas no ano em questão, destas, 4.907 foram beneficiadas com as ações da assistência estudantil (IFTO, 2019, p. 36), ou seja, uma parcela de 34% do total de matrículas, aquém dos 65,3% alunos aptos aos critérios de renda estabelecidos pelo PNAES, que entre eles, 23,4% declararam de 0 a 0,5 salário mínimo como renda per capita, 29,4% declararam de 0,5 a 1 salário mínimo e 12,5% declararam de 1 a 1,5 salário mínimo conforme gráfico a seguir.

Gráfico 12 - Distribuição dos estudantes matriculados por renda per capitassem



Fonte: Relatório de Gestão de 2018 (IFTO, 2018). Elaboração: IFTO.

Em 2019, os números subscrevem que houve um aumento de 15.66% no orçamento previsto ao ano corrente, porém no interstício entre orçamento previsto e financeiro executado a diferença é deletéria e corresponde a 13,9%. Quanto ao número de matrículas, em 2019 haviam 16.230 alunos, destes apenas 28,69% foram assistidos pelo PNAES, em termos numéricos 4.657. No que compete o perfil socioeconômico, 8,2% declararam possuir renda de 0 - 0,5 salários-mínimos per capita, 29,6% informaram que a renda per capita é de 0,5 - 1 salários-mínimos per capita e 18,5% declararam renda de 1 - 1,5 salários-mínimos per capita, (IFTO, 2020 p. 30). Dessa forma, um percentual de 56,3% do total de alunos matriculados

³⁹ As despesas correntes e as despesas de capital são duas categorias de gastos utilizadas na contabilidade pública e na administração financeira. A principal diferença entre elas é a finalidade a que se destinam. As despesas correntes são gastos que se destinam à manutenção das atividades do governo, sem gerar benefícios a longo prazo. Elas incluem despesas com salários, encargos sociais, aquisição de materiais de consumo, serviços de terceiros, juros da dívida pública, entre outras. Essas despesas têm um impacto imediato no orçamento público e não geram ativos que possam ser usados no futuro.

respondem aos critérios de renda do PNAS, o que evidencia uma disparidade elevada entre a oferta e a demanda.

Ainda em 2019 o IFTO aderiu à Plataforma ForRisco, para gerenciamento dos Riscos do IFTO. Foi realizada então uma rodada de identificação de riscos, na qual 184 foram identificados, sendo 82 destes classificados como críticos. Foram previstas ações de tratamento para 100% dos riscos críticos, o que representa 44,56% do total de riscos, dentre eles destacam-se cortes nos recursos orçamentários dos programas e Redução dos recursos orçamentários. (IFTO, 2020, p. 23).

Em 2020, os resultados esperados no campo da política de educação foram além de todo o contexto contrarreformista já em andamento, acrescido pelos impactados da covid-19, em todos os aspectos, incluindo a ausência de ampliação no orçamento. Dada continuidade no corte da previsão orçamentária de 2019 para 2020. De acordo com o Banco Mundial, mais de 1,5 bilhões de estudantes ficaram sem estudos presenciais em todo o mundo, as aulas e atividades presenciais tiveram que ser substituídas pelo ensino remoto, forçando professores e estudantes a um aprendizado rápido das novas tecnologias de informação e comunicação (Tic's) em meio a variáveis e agravantes fatores. (IFTO, 2021, p. 14).

Diante do cenário de enfrentamento da pandemia, o Ministério da Educação publicou legislações específicas, nas quais ficaram estabelecidos critérios e ajustes necessários para a oferta do ensino, porém, embora já houvesse o ensino Ead, os desafios se multiplicaram. Estudantes e professores sem o aparato tecnológico e sem a capacitação necessária para aproveitamento das aulas, aumento do estresse devido ao período de confinamento e distanciamento social, falta de estrutura social para promover a concentração e o engajamento durante os longos períodos de ensino remoto, bem como, as dificuldades familiares e financeiras.

Diante de todo esse contexto, diversas ações tiveram que ser implementadas em caráter emergencial, buscando minimizar os atrasos e prejuízos causados pelos fatores aqui elencados por meio do Plano Emergencial de Permanência e Êxito do IFTO. De todo modo, um cenário como este requer um investimento financeiro capaz de possibilitar as ações propostas pelas instituições de acordo com a realidade social da comunidade acadêmica e especialmente do corpo discente, minimizando o índice de evasão.

Para tanto, em 2020 além do investimento orçamentário do PNAES também foram ofertados R\$ 770.250,000 via o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, destinado a entrega de gêneros alimentícios há 5 mil estudantes em situação de risco alimentar (IFTO, 2021 p. 30). Houve neste ano 18.074 alunos matriculados, destes 26,60% declararam renda de

$0 < RFP \leq 0,05$; 26,77% informaram que possuem renda $0,05 < PFR \leq 1$ e 13,20% estão na renda de $1 < RFP \leq 1,5$, portanto, somadas os alunos que atendam os critérios de renda do PNAES, 66,57% dos alunos matriculados atendem aos critérios de vulnerabilidade social e econômicos estipulados pelo programa de acordo com os dados contidos na Plataforma Nilo Peçanha, enquanto que não fora encontrado no Relatório de Gestão publicado no site oficial a quantia de alunos assistidos pelo PNAES em 2020, impossibilitando assim a compreensão dos números que expressaram oferta e demanda neste período.

Em 2021, os desafios que foram postos à educação no ano anterior tiveram continuidade. A pandemia ainda mantinha-se como um risco à sociedade, fazendo com que o isolamento e o distanciamento perdurassem como necessário junto às demais medidas de prevenção. No contexto da educação, as aulas remotas buscavam atender a demanda do ensino e aprendizagem como único meio possível. Ainda assim, a queda no montante orçamentário e financeiro voltado para assistência ao estudante foi expressivamente alta, atingindo 12,91%, menos que o ano anterior.

O número de matrículas foi registrado em 14.243, e em decorrência as demandas apresentadas pelo período pandêmico, diversas ações no âmbito da assistência estudantil foram implantadas, no intuito de minimizar os prejuízos causados pela necessidade do isolamento social que assistiram 3.838 estudantes em 2022. (IFTO, 2022, p. 69).

Ainda conforme a Plataforma Nilo Peçanha, o perfil de renda dos estudantes que responderam o levantamento, aponta que 11,79% possuem renda de $0 < RFP \leq 0,05$, 32,45% $0,05 < PFR \leq 1$ e que 24,65% declararam que fazem parte do grupo $1 < RFP \leq 1,5$, dessa forma, um total de 68,89% respondem ao critério mínimo de renda para o PNAES. Essa elevação na renda per capita pode corresponder ao aumento no número de estudantes que responderam o questionário, bem como, pelo nível de queda na renda e elevação do desemprego causados pela Covid-19, o que requer políticas de educação mais eficiente e atenda as demandas da sociedade, o que diante do contingenciamento imposto à educação, não aconteceu.

Em 2022 o retorno presencial das aulas se tornou uma realidade. Um momento em que foram exigidas outras novas estratégias de aprimoramento e adequação às necessidades do tempo presente. Para tanto, o acréscimo no orçamento do PNAES não ultrapassou 2,55%, evidenciando o cumprimento das regras do regime fiscal em andamento, assim como, nos exercícios anteriores a este.

Para além dos cortes orçamentário e financeiro destinados ao programa, às regras fiscais que condicionam a elaboração e divisão do orçamento não consideram a ampliação no número de matrículas anualmente, tão pouco o perfil econômico da comunidade acadêmica que envolve

estudantes e os demais membros do grupo familiar no qual ele está inserido, que em 2022 foi de 20.964 matrículas.

Quanto ao perfil econômico dos estudantes, consta no Relatório de Gestão de 2022 que devido ao processo de migração do sistema acadêmico e o prazo para atualização dos dados dos estudantes no SUAP EDU, não foi possível gerar as informações de Renda Familiar Per Capita dos estudantes que cursaram o ano de 2022 no IFTO até a entrega deste relatório (05/04/2022). O indicador será incluído na versão futura deste documento (IFTO, 2023 p, 72).

Desse modo, não será possível mensurar em termos percentuais, a demanda apresentada a instituição dos estudantes que possuem renda per capita de até 1,5, renda esta considerada para fins de benefícios assistenciais, todavia, considerando o aumento expressivo no número de matrículas em relação a 2019 e ainda o irrelevante acréscimo no orçamento do PNAES é possível compreender que as evidências culminam para a insuficiência no atendimento entre oferta e demanda.

Portanto, após dois anos letivos com aulas presenciais suspensas, o que possibilitou, entre outros fatores, um aumento na evasão⁴⁰ escolar crescente, chegando em 2022 com maior índice nos últimos oito anos, ou seja, 29,6%, um número muito aquém dos 12,52% em 2019, ano de origem da pandemia no contexto mundial, sendo assim, é salutar compreender em que aspecto essa variação no orçamento destinado ao PNAS a partir da EC 95, pode acarretar possíveis agravamentos, interferindo nas ações da política de assistência estudantil por meio de cortes ou reajustes orçamentários.

Para tanto, é possível observar que as instituições públicas de ensino, numa conjuntura de sucessivos cortes têm sofrido impactos que refletem diretamente na qualidade da educação em todas as atividades relacionadas ao ensino, a pesquisa e extensão, demonstrando ainda que as ações dos programas que visam a permanência estudantil estão cumprindo sua função de acordo com as possibilidades possíveis diante do regime fiscal em vigência, dessa forma, é possível identificar a predominância de uma orientação pautada no desmonte da política de educação, tal como, o processo histórico já havia conquistado por meio de um linear e fatídico descumprimento da legislação.

Nessa esteira, a perspectiva para política de educação é de intensos e consecutivos cortes e contingenciamento no orçamento público conforme prevê a EC 95; condições estas que vêm evidenciando um estrangulamento da política de educação em todos os níveis, atendendo aos

⁴⁰ Para fins de contabilidade quanto ao número de não-concluintes, considera-se evadido o discente que sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas, incluindo status de evadido, abandono, transferência interna, transferência externa e reprovados, conforme refere o Relatório de Gestão 2022.

interesses da reprodução do capital, como golpes que avançam desde a educação fundamental à pós-graduação e que instigam saber quais são os fundamentos da educação na fase deste século XXI, que evidenciam uma normatização e normalização de uma educação meramente instrumental e barbarizada.

4.3 Aspectos fascistas como Instrumentos de repressão às políticas de cortes no orçamento

No contexto da implantação da EC 95/2016, reacende a urgente e necessária participação popular em temáticas de relevante interesse público. Tal como o aspecto regressivo da medida apresentada, as manifestações de diversos segmentos em desfavor desta, colaboraram na possibilidade das mudanças nas quais Harvey (2014) *apud* Lefebvre (2001), afirma ser possível por meio da mobilização social e da luta política social, buscando através da teoria marxiana uma transformação que se encontra na dialética da raiz do trabalho humano, um movimento reacionário a favor da garantia de direitos e da ampliação das condições de legitimação do indivíduo.

Todavia, o conflito de classe materializado enquanto interesse do capital, evidenciados nas práticas da modernização burguesa e na ascensão do radicalismo de direita, as quais vem sendo exauridas cada vez mais, necessita-se constatá-la, tal qual afirma Sodré (1985), porque todas as estratégias utilizadas pelo capitalismo partem de uma mesma intencionalidade.

Há um potencial facista latente no Brasil desde o processo de integralismo em 1930⁴¹, enquanto um país de origem colonial acostumados com extermínio dos que não representam a imagem e semelhança da burguesia, um potencial que precisa ser analisado a partir das particularidades do seu conteúdo histórico e observadas características do tempo presente, coadunando com o que Adorno (2019, p. 11) ressalta que, “quem não quer falar sobre o capitalismo, deveria calar-se sobre o facismo”⁴².

O facismo é um fenômeno político de massas que surgiu no século XX, da era do capital monopolista ou do capital imperialista. Lênin (2012), expõe que na era de dominação de massas, da capacidade de controle político dos estados nacionais frente a movimentação de massas e de

⁴¹ O integralismo foi um movimento político e social brasileiro fundado em 1932 por Plínio Salgado. O integralismo defendia um modelo político baseado em valores nacionalistas, autoritários e anti-liberais, inspirado no fascismo italiano e no integralismo português.

⁴² Max Horkheimer em sua obra *os Judeus e a Europa*, exprime o vínculo existente entre o facismo e o capitalismo por meio da teoria crítica frankfurtiana sobre a análise do facismo de que a intuição de que o facismo revelava uma verdade maior da história moderna e das tendências imanentes ao desenvolvimento capitalista, marcou a obra de Adorno.

ofensiva a classe trabalhadora, expressões que se caracterizam pelo nacionalismo extremo, autoritarismo, totalitarismo, anticomunista e supressão das liberdades individuais e políticas.

Umberto Eco (2018), em seu livro intitulado *O facismo Eterno* elencou algumas características tipicamente fascistas entre elas, o culto à tradição, a rejeição ao modernismo, discordância é traição, rejeição às diferenças, apelo a frustração social, desprezo pelos fracos e ainda, que o facismo fala a Novilíngua de Orwell, ou seja, os livros didatizados ao facismo e ao nazismo cultuavam uma linguagem que dificultava a leitura complexa e crítica quanto os fatores sociais.

Entre eles, destaca-se a cultura do medo como uma estratégia usada por regimes autoritários para manter a população sob controle, gerando um clima de insegurança e ameaça constante, a partir de um regime repressivo, correlaciona as projeções trazidas por Carl Schmitt, um dos colaboradores da elaboração do novo liberalismo, em que, propagava a ideia de “Economia livre, Estado forte” e sobre tal dialética, “somente um Estado forte pode despolitizar”, ou seja, uma expressão que singulariza o significado de “Estado Totalitário”, relata Adorno (2019, p. 18).

Tal qual o objeto deste estudo, a EC 95/2016 como uma medida de ajuste fiscal no contexto das políticas neoliberais, exacerbam as implicações do desmonte das políticas sociais, Poggi (2019, p. 73) corrobora que,

a alternativa fascista consegue promover, assim, a rearticulação das forças de uma burguesia em crise, necessária para geração de um novo ciclo de acumulação do capital sob o controle do Estado, desse modo, sustentado no diagnóstico de redução das taxas de crescimento, da elevação da dívida pública e do suposto déficit da previdência social, o Governo Federal consegue implementar o amargo remédio do endurecimento do ajuste fiscal, centrado na redução dos gastos públicos, com exceção das despesas financeiras. (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2017, p. 2).

Portanto, centrado na continuidade da retomada do poder pela direita no país e arquitetado em 2016, o resultado da eleição presidencial de 2018 no Brasil, evidenciou uma resposta do acordo jurídico, midiático e político para instaurar o Golpe de 2016. Um movimento liderado por políticas antipopulares e sustentada por uma figura que segundo Acary,

o núcleo de sua base social é a classe média, mas alcançou influência entre os trabalhadores. Ele responde às demandas de liderança forte contra a corrupção e de comando diante do agravamento da crise de segurança pública; ao ressentimento diante do aumento do peso de impostos; à ruína de pequenos negócios diante da regressão econômica; a pauperização, diante da inflação, dos custos da educação, saúde e segurança privadas; a exigência de ordem diante das greves e manifestações e de autoridade diante dos conflitos, da disputa de poder entre as instituições; a exaltação da ditadura militar e o apoio a manifestações xenófobas... não fosse isso o bastante, conquistou visibilidade dando expressão ao ódio de ambientes sociais retrógrados e arcaicos, especialmente de algumas igrejas neopentecostais, à luta do feminismo, do movimento negro e LGBT, e até dos ecologistas.

Essa radicalização política entre outros aspectos, têm como objetivo promover a manutenção das políticas neoliberais, que no caso do Brasil reacenderam em 2016 durante a governança de Michel Temer e que tiveram andamento durante a gestão presidencial de Jair Messias Bolsonaro. Neste aspecto, a partir dos gráficos evidenciados neste estudo foi possível compreender o quão as medidas de ajuste fiscal acarretaram um declínio nos gastos com despesas nas políticas sociais, especialmente no campo da educação, por meio do teto de gastos limitados através da EC 95/2016 durante o governo Bolsonaro.

Dessa forma, observemos que, para além da representação em termos numéricos, a gestão orçamentária durante a era Bolsonaro, subscreveu de modo articulado suas estratégias de despolitização da sociedade, difundindo informações diversas quanto as tomadas de decisões, buscando instituir o caos na produção da minoridade crítica no âmbito da classe média e da classe trabalhadora, como um amálgama do facismo, uma “expressão da justificação de ações econômicas e a paralisia da crítica, através da mobilização massiva de discursos psicológicos e morais”. (SAFATLE, 2022, p. 19).

Neste esteio, destacar-se-á algumas matérias publicadas ao longo do governo Bolsonaro, que refutam mecanismos estratégicos utilizados para compor uma agenda política pautada na difusão da desinformação pela latente, numérica e instável racionalização em nome do equilíbrio econômico no campo orçamentário da educação.

Quadro 1 - Notícias midiáticas sobre cortes orçamentários Governo Bolsonaro

Data	Contexto da matéria
30/04/2019	Corte de 30% da verba valerá para todas a universidades federais, diz MEC: O anúncio acontece após declaração do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de que o MEC cortaria recursos de universidades que não apresentassem desempenho acadêmico esperado e estivessem promovendo "balbúrdia" em seus campi. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Weintraub citou UFF, UnB e UFBA como alvo dos cortes.
11/05/2019	30% ou 3,5%: Quanto Bolsonaro cortará nas universidades federais? Entenda
12/08/2020	Presidente Bolsonaro reforça compromisso com teto de gastos “Nós respeitamos o teto de gastos, queremos a responsabilidade fiscal”, disse após reunião com ministros e presidentes da Câmara e do Senado

17/09/2020	Corte de R\$ 1,6 bi no MEC atinge áreas de destaque no Ideb, diz ministro
23/04/2021	Orçamento sancionado por Bolsonaro mantém risco de 'shutdown' do governo O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou na quinta-feira (22/04), a poucas horas do fim do prazo e passados 112 dias do ano, o Orçamento do governo federal para 2021. A demora representou um recorde nos últimos 15 anos
31/05/2021	Decreto altera programação orçamentária e financeira para 2021 Após análise do segundo bimestre, verificou-se a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e ajuste de dotações orçamentárias ao teto de gastos
15/03/2022	Decreto de Bolsonaro bloqueia R\$ 1,7 bilhão em emendas de relator... os ministérios da Educação e da Agricultura perdem pouco mais de R\$ 200 milhões para o cumprimento da meta de resultado primário
27/05/2022	Governo bloqueia 14,5% da verba para custeio e investimento de universidades federais MEC diz que bloqueio dos recursos 'discricionários' é necessário para cumprir teto de gastos. Governo tenta encaixar reajuste de servidores federais no orçamento deste ano
03/06/2022	Ministro diz que governo diminuiu para R\$ 1,6 bi o corte na verba das universidades federais Em um ofício anterior enviado na última sexta-feira (27), a pasta havia informado que o corte seria de R\$ 3,2 bilhões (equivalente a 14,5%)
05/10/2022	Universidades federais dizem que governo bloqueou orçamento e estão com atividades em risco Governo anunciou contingenciamento de R\$ 2,6 bilhões no Orçamento da União, mas ainda não detalhou as áreas que foram afetadas. Institutos federais também reclamaram de bloqueio
29/11/2022	MEC congela R\$ 240 milhões das federais no 'apagar das luzes do governo' Segundo entidade, novo corte feito na segunda-feira (28) inviabiliza a manutenção das universidades e pode levar ao 'caos orçamentário'
01/12/2022	Governo Bolsonaro volta atrás em corte de verba das federais Medida havia

	travado cerca de R\$ 1,4 bilhão na área da Educação, sendo R\$ 344 milhões de universidades
--	---

Fonte: Google. Elaboração: Própria

Nestes termos, foram trazidos aqui, algumas das notícias que propagam cortes e contingenciamento no orçamento da educação durante o governo Bolsonaro, para que somados aos quais foram efetuados anualmente por meio do cumprimento da EC 95/2016, causasse uma retenção no uso do orçamento disponibilizado pela LOA de cada ano, possivelmente objetivando um retardamento no uso dos recursos, como uma amostra das implicações de conteúdo fascistas sobre a educação. Sobre tal, Lher ressalta,

Diferente do fascismo clássico, o atual governo não se vale de imagens e estéticas específicas para difundir o medo e o silêncio[...] Bolsonaro se utiliza, permanentemente, da ameaça de possíveis ações das Forças Armadas e de forte presença nas mídias sociais. Sempre suas ameaças objetivam ampliar as prerrogativas do Executivo, em detrimento do Legislativo e do Judiciário. Esse é o *modus operandi* do bolsonarismo. (LHER, 2020, p. 66).

Portanto, identificar e mensurar todo o engodo que assevera o bolsonarismo, não se trata de uma tarefa demasiadamente fácil, tal como defende Konder (2009), o facismo é um fenômeno histórico, temporal. De todo modo, o que se buscou demonstrar neste item é o uso de forças repressivas que, por meio do poder midiático, assim como dos demais, assola à insegurança quanto ao futuro das políticas sociais e em particular da política de educação, colaborando para a legitimação da ordem social capitalista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos nos aproximando de 2024, ano que marca o término da vigência do atual Plano Nacional de Educação (2014-2024). Com ele, será elaborado o 5º e último Relatório de Monitoramento das Metas do PNE, produzido pelo INEP, que é divulgado a cada dois anos desde o início do plano. Até o momento, as evidências nos levam ao desalento. Neste aspecto, diversos fatores contribuíram para esta realidade, incluindo a ampliação das medidas de ajustes neoliberais adotadas na política de educação. Essas confrontam diretamente os cortes orçamentários e o contingenciamento na política e, conseqüentemente, nos programas educacionais. Aqui, em especial, analisamos o programa de assistência estudantil do IFTO, que é o objetivo desta pesquisa.

Neste estudo, é possível identificar alguns pontos que delineiam um cenário de caráter ofensivo pelo qual a política de educação tem passado no contexto contrarreformista. Dentre eles, retomando o PNE, ressalta-se que a meta 11, que trata da expansão da Rede Federal visando triplicar o número de matrículas, tem sofrido oscilações a ponto de não alcançar o objetivo proposto. Este fato deve ser considerado junto às adversidades decorrentes da pandemia da Covid-19, que impactaram significativamente o número de matrículas no IFTO, assim como em todo o país. Além disso, a meta 20, que está diretamente relacionada à destinação de 10% do PIB para a educação, até o momento não chega a 6,5%, conforme pudemos identificar.

Identificamos também que, no contexto do IFTO, existe uma discrepância entre o número de matrículas e o número de alunos que respondem aos questionários dedicados ao levantamento do perfil socioeconômico. Isso não reflete com precisão o impacto do programa diante das condições sociais e de vulnerabilidade presentes na comunidade acadêmica. Ressalta-se que a pandemia trouxe um obstáculo adicional, pois foi o período em que houve o menor índice de participação nas respostas, apesar da maior urgência em traçar o perfil dos estudantes. O que este fator indica é que, levando em consideração a renda per capita estipulada pelo PNAES, mesmo que a condição orçamentária não seja compatível com a demanda, o programa tem conotação com a focalização e seletividade encontradas na tendência neoliberal.

Outro fator observado em relação ao público atendido pelo programa é que ele está direcionado exclusivamente aos alunos do ensino presencial. No entanto, esse é um critério estabelecido pelas diretrizes do PNAES e não pela autonomia administrativa e financeira da instituição. Portanto, existe uma clara culpabilização da vítima quando os alunos, que não possuem a mesma oportunidade de ensino presencial, ficam excluídos do acesso aos programas

que colaboram para as condições de permanência e êxito educacional.

Essa tendência neoliberal atua na invisibilização da disputa pelo fundo público, assim como intensifica o saque à riqueza pública. Dessa forma, a ausência de decisões sólidas, divulgadas nas declarações públicas durante os últimos quatro anos de vigência da EC/95, constitui um ataque frontal à democracia. Isso traz à gestão de recursos do PNAES uma intensa insegurança quanto à estabilidade do orçamento disponível para a execução do programa.

De toda forma, considerando o descumprimento relativo por parte do Governo Federal em relação à Lei 12.527/2011, que trata da garantia do acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988, não foram encontrados dados claros sobre o orçamento da educação (previsão orçamentária e orçamento executado) para todo o período em análise no Portal da Transparência. Apenas na Plataforma Nilo Peçanha, gerenciada pelo SETEC/MEC, foi possível acessar parte das informações necessárias para este estudo. Da mesma forma, as informações fornecidas pelo Relatório de Gestão do IFTO, elaborado e publicado anualmente com maior rigor de detalhe - como informações sobre perfil socioeconômico e evasão na instituição - foram úteis, porém, observamos que apenas a partir de 2019 o formato deste documento apresentou maior aproveitamento.

Desse modo, sabemos que analisar o comportamento da sociedade é um dos objetivos da pesquisa social e, diante do objeto deste estudo, foi possível compreender que o orçamento possui um aspecto político, servindo como um mecanismo de dominação em face dos interesses da luta de classes. Assim, considerando as mudanças cada vez mais aceleradas no cenário global, em relação à direção das projeções em diversos campos, tais como financiamento do setor público, dívida pública, fundo público, políticas sociais, financeirização, medidas de ajustes e afins, torna-se claro que, em tempos de ascensão neoliberal, a pesquisa social é um importante instrumento capaz de revelar o lócus deste contexto globalizado, que não apresenta sinais de esgotamento.

Nessa perspectiva, abordar a temática do orçamento público no contexto de cortes e contingenciamento das políticas públicas no âmbito do Serviço Social configura-se como um novo e desafiador espaço de análise para a profissão. Elaine Rossetti Bhering, juntamente com outros estudiosos da temática, se destaca como precursora na compreensão desse cenário. Especificamente no campo da educação, a inserção do Serviço Social possui registros desde 1930, mas foi na década de 1990 que o número de profissionais ganhou maior expressividade, mesma década em que as políticas de ajuste fiscal no Brasil foram legitimadas. Atualmente, estamos enfrentando um cenário sem precedentes de medidas contrarreformistas, onde a política de educação tem sido utilizada como um dos principais espaços para a implementação

da desmontagem das políticas sociais.

Simultaneamente, a categoria se empenhou por quase duas décadas na luta pela garantia deste profissional na política de educação nas esferas municipal e estadual, o que recentemente culminou na conquista da Lei 13.935/2019. Para a profissão, este é mais um espaço que legitima o Serviço Social com autonomia para atuar no enfrentamento das expressões da questão social. No âmbito da educação pública, isso se mostra de extrema relevância através dos fenômenos como a pobreza, a violência no contexto familiar, as disparidades de gênero e a desigualdade, os quais contribuem para a insegurança na permanência e sucesso escolar.

Portanto, mesmo que este estudo esteja voltado para o orçamento do PNAES na educação profissional e tecnológica, ele contribui para reflexões críticas e propositivas da categoria na compreensão dos ataques e na utilização de mecanismos para destituir o sistema de proteção social no âmbito das políticas educacionais, asseguradas pela Constituição Federal de 1988.

No momento de fechamento deste estudo, novas medidas de ajustes fiscais estão sendo apresentadas à sociedade pelo atual Ministro da Economia Fernando Haddad, sem que a Emenda Constitucional 95/2016 seja completamente revogada, mas reconfigurada, o que já tem levantado contribuições analíticas e teóricas distintas, o denominado “Novo Arcabouço Fiscal”, proposta que propaga zerar o déficit e estabilizar a dívida pública.

Considerando o avanço da medida já aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em junho de 2023, após intensa disputa para retirar do texto o Fundeb e as despesas com ciência e tecnologia, a pauta retorna à Câmara e, em seguida, à sanção presidencial. Nestes termos, observa-se que a função do orçamento configura-se como uma peça política, não técnica, sendo esta a parte mais visível do fundo público pela sua capacidade de mobilização de recursos. Assim, o financiamento do Estado fica a cargo da população mais pobre, por meio de um sistema que, além de regressivo, pune a população empobrecida, negando-lhe os preceitos de seguridade social ampliada encontrados no artigo 6º da Constituição Federal.

Portanto, as políticas de ajuste fiscal, como temos visto no Brasil, tem se tornado uma política permanente desde a década de 90, reforçando cada vez mais uma violenta limitação dos direitos sociais e evidenciando uma democracia cada vez mais blindada. Isso nos demonstra que a necessidade deste estudo não se esgota na finalização desta dissertação.

REFÊRENCIAS

- ABRAMIDES, M. B. C. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Rev. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago., 2017.
- AB’SABER, T. **Michel Temer e o Facismo Comum**. Ed.: Hedra, São Paulo, 2018.
- ADORNO. Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. Traduzido por Felipe Catalani. - São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- ALMADA, M.P.; Amorim, P. K.; Pinho, M.D.C; Silva, C.G.C. A Transparência do Executivo Federal brasileiro: uma comparação entre os governos Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. **Rev.: Opinião Pública**, Campinas, Vol.: 28 n° 1, p. 169-199, jan-marc., 2022.
- ALVES, Waldon V. **Uma breve história das crises econômicas**. Edição Kindle., Ed. Simplíssimo, 1970.
- ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas; SP: Autores Associados, 2004.
- ANTUNES, R. Reforma trabalhista representa retrocesso ao séc. XIX. **Jornal da Unicamp**, 2017. <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/30/reforma-trabalhista-representa-retrocesso-ao-seculo-xix>
- AZEVEDO. P. F. **Neoliberalismo: Desmonte do Estado Social**. Ed.: Libretos, Porto Alegre, 2018.
- BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Revista Estudos Avançados**. v. 31, Abril de 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>
- BARUCO, G. C. da C. **Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington**. 2007.105f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Belo Horizonte, 2007.
- BEDÊ, D A.T. Resenha. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002, 317 pp
- BEHRING, E. R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. - São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. - São Paulo : Cortez, 2011.
- BEHRING, E. R. **Fundo Público, Valor e Política Social**. 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2021.
- BLYTH, M. **A história de uma ideia perigosa**. Ed.:Autonomia Literária, 2017.

BOSCHETTI, I. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, S. O. O fardo do radical ajuste fiscal para a classe trabalhadora sob a ótica das despesas do orçamento da seguridade social. **Anais do 16º ENPESS**, Vitória - ES, 2018.

BOUÇAS, V. F. **História da Dívida Externa da União**. Conselho Técnico de Economia e Finanças/Ministério da Fazenda. Vol. XV da série: Finanças do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. <https://archive.org/details/financasdob1946minfaz15a/page/n6/mode/1up?view=theater>

BRAGA, J. C. de S. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 25–57, 2016.

BRANCO, R. C. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1- 2009.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm

BRASIL. Relatório Final: **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários destes pagamentos e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País**. Brasília, maio de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica**, Brasília-DF, 2010.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Rev. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/?format=pdf&lang=pt>

CARDOSO, F. H. **Diário da Presidência 1995-1996**. Ed.: Companhia das Letras, São Paulo, vol.01, 2015.

CARMEM, S. V. M. Reforma do Ensino Médio. In: **A terra é redonda**, 16/02/2023. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/reforma-do-ensino-medio>

CARVALHO, Emily Lima; Anjos, Nívia Barreto dos. **Assistência Estudantil: As Múltiplas Interfaces**. Editora Appris. Edição do Kindle.

CARVALHO, L. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. Ed.: Todavia, São Paulo 1ª ed., 2018.

CASTELO, R. **O Social-liberalismo: Auge e Crise da Supremacia Burguesia na era Neoliberal.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAVALHEIRO, J. S. **Os planos de estratégia e êxito nos Institutos Federais gaúchos: um estudo sob a ótica da comunidade acadêmica.** Pelotas/RS: UCPEL, 2020. 200 f. Tese de doutorado – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós- Graduação em Política Social e Direitos Humanos.

CELSO, F. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

CHAUÍ, M. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: **Porque Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política do Brasil. Ed.: Boitempo, 2016.

CHESNAIS, F. O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada.** São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

CISLAGHE, J. F., Demier, F. **Neofascismo no poder (Ano I):** Análise crítica sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CREMONESE, Djalma. **Anos 90: o neoliberalismo no Brasil.** Santa Maria: FACOS-UFMS, 2016. 1 e-book. - (Coleção Filosofia e política, n. 4)

COSTA, E. **A globalização e o capitalismo contemporâneo.** 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COSTA, Ruth. **O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais.** Entrevista a BBC News, 20156. Disponível em

DALLARI, D. **Não há fundamento jurídico para o impeachment.** Entrevista ao Observatório do Terceiro Setor, 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GNk6qY9rgdc>

DEMIER, F. **Depois do Golpe: A dialética da democracia blindada no Brasil.** - 1. ed. –Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **As receitas de prestação de serviços dos bancos.** Brasília-DF, junho de 2006.

ENGELS F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** Editora Edipro - 2 ed., 2017. Edição Kindle.

FAGNANI, E. Previdência Social: Reformar ou destruir?. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 108-119.

FALEIROS, V. de P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e**

assistência sociais - 12ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

FATORELLI, M. L.; ÁVILA, R. **Gastos com dívida pública sem contrapartida quase dobrou de 2019 a 2021.** Acesso em Fevereiro de 2023, Disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>

FATORELLI, M. L.; ÁVILA, R. **Gastos com a dívida consumiram 46,3% do orçamento federal em 2022.** Acesso em Fevereiro de 2023, Disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>

FATORELLI, M. L.; ÁVILA, R. **Fatorelli fala sobre juros e expectativa para a primeira reunião do CNM em 2023.** Entrevista realizada pela TV Democracia, 2023. Acesso em Fevereiro de 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=33EuU7Gky-0>

FÁVERO, M. de L. de A. “Resenhas”. Teixeira, Anísio. Educação não é privilégio. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957. Resenhas • **Rev. Bras. Educ.**, v. 14, - Ago. 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Xjib7nFp8bjfyWVsqWPG/>

FLORESTAN, F. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Ed.:L Kotter Editorial: Curitiba; Contracorrente: São Paulo, 2020.

FLORESTAN, F. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”.** Ed.: Expressão Popular, São Paulo, 2019.

FONTES, Virgínia. **O Imperialismo:** de Lênin aos dias atuais. Outubro Revista. Ed. nº 17, 2008.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 13 p. 409-425, set/dez. 2017. <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/D6NmRJcx4Z98gmSSp4cCwLy/?format=pdf>

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional.** 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020, 383p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Rev.: Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007 Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/KS6FVdMKj4D9hzbGG9dfcps/?format=pdf>

GARCIA JR. **A política econômica do governo Lula:** Uma análise do I Plano de Aceleração do Crescimento. São Paulo. Ed: Dialética, 2021.

GHIRALDELLI JR., P. **Filosofia e história da educação brasileira:** da colônia ao governo Lula. 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

GONÇALVES, R; Pomar, V. **O Brasil endividado:** Como a nossa dívida externa aumentou

mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90. Ed.: Fundação Perseu Abramo, 2000.

HARVEY, D. **Para entender o capital** - Livros 2 e 3. Ed.: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

HOBBSAWM, E. J. (Eric J.), -1917. **A Era do Capital, 1848-1875** [recurso eletrônico] /

IFTO. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. 165 p. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2015.pdf/view>

IFTO. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. 191 p. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ifto-2016.pdf/view>

IFTO. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. 166 p. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ifto-2016.pdf/view>

IFTO. **Relatório de Gestão do Exercício de 2018**. 112 p. Disponível em http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorio_de_gestao_2018.pdf/view

IFTO. **Relatório de Gestão do Exercício de 2019**. 99 p. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2019-ifto.pdf/view>

IFTO. **Relatório de Gestão do Exercício de 2020**. 98 p. Disponível em [relatorio-de-gestao-exercicio-2020.pdf](#) - Google Drive

IFTO. **Relatório de Gestão do Exercício de 2021**. 118 p. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ifto-2021-final.pdf/view>

IFTO. **Relatório de Gestão do Exercício de 2022**. 128 p. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ifto-2022/view>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Indicadores Financeiros Educacionais, 2000-2018**. Brasília: MEC, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação 2022**. Brasília: MEC, 2022.
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf

JESSOP, B. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009.

KONDER, L. **Introdução ao facismo**. 1ªed. São Paulo: Ed.: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969, 230p.

LÊNIN, V. **Imperialismo: estágio superior do capitalismo**. 1 ed., Ed.: Expressão Popular - São Paulo, 2012.

LHER, R. Educação e neofacismo no governo Bolsonaro In: REBUÁ, Eduardo, et al (Orgs.) - **(Neo)facismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. 1ºed. Ed.: Mórula Editorial, 2020

LOWY, M. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. **Rev. Actuel Marx**, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro. Acesso em 09 de Novembro de 2022. 139455101-A-Teoria-Do-Desenvolvimento-Desigual-e-Combinado-pdf.pdf

LIMA, G. L. Globalização: uma nova fase do capitalismo?. **Rev.GeoNordeste**, São Cristovão, Ano XXIX, n. 1, p. 20-36, Jan./Jun. 2018.ISSN: 2318-2695 .

LIMONCIC, F.**Os inventores do New Deal: Estado e sindicato no combate a Grande Depressão**. 1.ed. - São Paulo, 2009.

LINS, P. **O PAC valeu a pena?**. Blog do IBRE: Economia e políticas em foco. Disponível em <https://blogdoibre.fgv.br/> .

LIBÂNEO, J. C. O declínio da escola pública brasileira: apontamentos para um estudo crítico. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.). **História, Educação e Transformação: Tendência e Perspectivas para educação pública no Brasil**. Ed.: Autores Associados, Campinas - SP, 2010.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução**. Editora: Expressão Popular, 1ª ed. 2004

MASCARO, A. L. **Crise e Golpe**. 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

MASCARO, A. L. **Crítica do Facismo**. 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2022.

MARQUES, R. M.; Mendes A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 15-23 jan/jun. 2007.

MARQUES, R. M.; Nakatani, P. **A política econômica do governo Lula: Como mudar para ficar no mesmo**. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/126012006/politica-economica-do-governo-lula-pdf>

MARX, K. Para a crítica da economia política Livro I: o processo de produção do capital. In: Lucáks, G. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MELLO, C. A. B. **Curso de Direito Administrativo**. 22^a ed. rev. e atual. São Paulo., Malheiros: 2007, Capivbara.

MENDES, M. **Guerra híbrida e neogolpismo: Geopolítica e luta de classe no Brasil** (2013-2018). 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MENEZES, M. F. **Uma proposta de modelo de distribuição orçamentária para as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Orientador: Marcelo Embiruçu, 2019. 205 fls. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Engenharia Industrial, Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, Julho de 2019. Disponível em https://pei.ufba.br/sites/pei.ufba.br/files/dissertacao_mauricio_menezes.pdf

MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. **Reformas Educacionais: As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Organizadores BLANCK, Maria; et al. Campinas: Editora Autores Associados, 2022. -- (Coleção memória da educação) ePub. Edição Kindle.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MORAES, C.S.V. **Gramsci e as políticas educacionais: a Reforma do Ensino Médio e o apartheid**. Esquerda online. Para derrotar o Bolsonarismo e as suas ideias. Disponível <https://esquerdaonline.com.br/2023/02/17/gramsci-e-as-politicas-educacionais-a-reforma-do-ensino-medio-e-o-apartheid/>

MOREIRA, C.R.B.S. **O ProUni e os muros da educação superior**. 1^a ed. Curitiba: Appris, 2018.

MOURA, D. H. **Trabalho, formação e educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005

NOGUEIRA, M. A. **As Possibilidades de Política: Ideias para a Reforma Democrática do Estado**. São Paulo. Ed.: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. O Surgimento do Antivalor: Capital. Força de Trabalho e Fundo Público. **Revista Novos Estudos**. Ed. n° 22, Out/1988.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, R. I. da S.; Ferreira, M. A. dos S. A Emenda Constitucional n° 95/2016 e as Implicações para os Recursos da Assistência Estudantil do IFRN. **Rev. Fineduca: Revista de Financiamento da Educação**, v. 12, n. 7, 2022. <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/109019/84383>

PACHECO, Eliezer. **Os institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**, 2005. Artigo publicado na *home page* da SETEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>

PAULANI, L. Uma ponte para o abismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no

Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 69-75

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. - (Biblioteca Básica de Serviço Social. v.1).

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012. - (Biblioteca Básica de Serviço Social. v.1).

PAULO NETTO, José. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020. 816p.

PERRY, A. **Brasil à parte: 1964-2019**. Ed.: Boitempo, 1ª ed. São Paulo, 2020.

PILETTI, C ; Piletti, N. **Filosofia e História da Educação**. Ed.: Ática, São Paulo. 15ª Ed., 2009.

PMDB, **Uma Ponte Para o Futuro**. 29 de out. 2015. Disponível em:<<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTEPARA-O-FUTURO.pdf>

POGGI, T. Fascismo à brasileira. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (orgs.) **Neofascismo no poder (Ano I): Análise crítica sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Ed. Campus, 1. ed. Rio de Janeiro, 1980.

POULANTZAS, N. **Estado, Poder e Socialismo**. Ed.: Paz e Terra, São Paulo, 2009.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Ed.: Companhia das Letras. São Paulo, 2011.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil 1907-1990**. São Paulo. Ed.: Brasiliense, 2012.

ROCHA NETO, A. S.; SILVA, L. V. P. Estado Moderno e Capital: a dinâmica das contrarreformas e da financeirização de políticas sociais no estágio de crise estrutural do capital. In: Org.: ESTEVES, Juliana Teixeira; GURGEL, Vitor Gomes Dantas; UBILLA, Gonzalo. **Direitos na Era da Financeirização das Finanças: Ode às finanças**. - Belo Horizonte: CAPES: PPGD: GP: RICDP: RTM, 2022. Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Ebook-Direitos-Sociais-na-Era-da-Financeirizacao-Juliana-Esteves.pdf>

RODRIGUES, R. Obras de Infraestrutura do Brasil na ditadura. **Rev. Guia do Estudante**. Ed.: Abril, Abril de 2014. Disponível em <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/obras-de-infraestrutura-do-brasil-na-ditadura/>

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Ed.: Vozes,

1999.

ROSSI, P.; Dweck, E.; ARANTES, F. Economia Política da Austeridade. In: Rossi, P.; Dweck, E.; Oliveira, A.L.M (orgs). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo. Ed. Autonomia Literária, 2018.

SABADINI, M. de S. Sobre o conceito de capital financeiro. **Rev.: Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n.30, jul/dez.2015. Acesso 12 de Agosto de 2022

SALVADOR, E. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010. In Rezende, T. D. H. **Valor e Fundo Público: Análise do Sistema Tributário Financeiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, 2021.

SALVADOR, E. Fundo Público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 14, n.2, p. 04-22, Jan./Jun.2012. Disponível em : <http://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/I%20Simposio/Fundo%20Publico%20e%20o%20financiamento.pdf>

SAMPAIO JR, P. A. **Nem crescimento, nem igualdade**. Curso Realidade Brasileira. Disponível https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fwww.geocities.ws%2Frb_bh%2Ftextos%2FTexto_para_discussao_sobre_o_PAC_-_Plinio_de_Arruda_Sampaio.doc

SANTOS, F. L. B. **Uma História da Onda Progressista Sul-Americana (1998-2016)**. Editora Elefante: São Paulo, 2019.

SANTOS, M. F.V; Santos L.M.M. O Brasil e o FMI: Uma Análise nas cartas de intenção de 1998 a 2004 e o constante problema da inflação. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 12, n.3,p. 65-73, dez. 2019.<https://www.researchgate.net/journal/PRACS-Revista-Eletronica-de-Humanidades-do-Curso-de-Ciencias-Sociais-da-UNIFAP-1984-4352>

SANTOS, J.R.S. **O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil: os desafios da formação politécnica e o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Ed.:Dialética, 2022.

SASSATELII, M. **Um jantar regado a interesses políticos escusos**. Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo. São Paulo, 2016. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/24/artigo-um-jantar-regado-a-interesses-politicos-escusos/>

SAVIANI, D. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia. Ed.: Navegando Publicações, 2018.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Ed.: Autores Associados, Campinas - SP, 2018. Versão Ebook Kindle 2018

SCHIEDECK, S. **Narrativas memoriais sobre os Institutos Federais: a concepção de uma**

nova institucionalidade para a educação profissional e tecnológica. 95 f. Dissertação (Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2019 Disponível em <https://repositorio.ifrs.edu.br/bitstream/handle/123456789/179/123456789179.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: Engenheiros e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835**. Ed.: Companhia das Letras, São Paulo, 1988. Versão Ebook Kindle.

SILVA, D. N. **Crise, fundo público e a contrarreforma no Brasil recente: uma análise da Emenda Constitucional (EC) 95, 2020**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UERJ.
SILVA, J. M. O governo Lula em revista: o jornalismo como fenômeno de descobrimento (a cobertura de Veja). **Revista FAMECOS** - Porto Alegre, vol. 13 nº 29, Abril de 2006.

SILVA, S. de S. O pensamento de Gramsci e o Estado brasileiro: contribuições ao Serviço Social. **Rev. O Social em Questão**, vol. 24, núm. 51, pp. 233-254, 2021. PUC-RIO.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Rev. Novos Estudos**, Ed. 85, vol. 28, N.º 3, Nov. de 2009. Disponível em <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-85/#gsc.tab=0>

SINGER, A.; LOUREIRO, Isabel (orgs). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

SOARES, Laura T. R. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SOUZA, J. **A herança do golpe**. 1.ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SOUZA, J. **A classe média no espelho: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Ed.: Estação Brasil, Rio de Janeiro 2018.

SOUZA JÚNIOR, J. R. C. **Produto Potencial: Conceito, Método de Estimação e Aplicação a Economia Brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão Nº 1130. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1641/1/TD_1130.pdf

TEIXEIRA, A. Porque "Escola Nova". **Boletim da Associação Bahiana de Educação**. Salvador, n.1, 1930. p.2-30. Disponível em <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/>

TEIXEIRA, A. **Escola não é privilégio**. 7º ed. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

TONELLO, Iuri. **No entanto, ela se move: A crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo [recurso eletrônico]: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**.- 1 ed. - São Paulo : Boitempo : Iskra, 2021. (Mundo do Trabalho)

UMBERTO, Eco. **O facismo Eterno**. Rio de Janeiro: Ed.: Record, 2018.